

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

KAROLINA GUEDES DE OLIVEIRA

**Uma análise sobre as questões de gênero na Central Única dos
Trabalhadores (2003-2016)**

Versão corrigida

São Paulo

2022

KAROLINA GUEDES DE OLIVEIRA

**Uma análise sobre as questões de gênero na Central Única dos
Trabalhadores (2003-2016)**

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientação: Profa. Dra. Paula Regina Pereira Marcelino

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48a Oliveira, Karolina Guedes de
Uma análise sobre as questões de gênero na Central Única dos Trabalhadores (2003-2016) / Karolina Guedes de Oliveira; orientador Paula Regina Pereira Marcelino - São Paulo, 2022.
150 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. sindicalismo. 2. gênero. 3. divisão sexual do trabalho. 4. reprodução social. 5. Central Única dos Trabalhadores. I. Marcelino, Paula Regina Pereira, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Karolina Guedes de Oliveira

Data da defesa: 16/09/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof^a Dr^a Paula Regina Marcelino

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 05/11/2022



(Assinatura do (a) orientador (a))

OLIVEIRA, Karolina Guedes

**Uma análise sobre as questões de gênero na Central Única dos Trabalhadores
(2003-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

(...) a classe operária continua sendo pobre em meio a um luxo crescente. A miséria material debilita o operário tanto moral quanto fisicamente. A classe operária nada tem a esperar da outra classe. Por isso, é absolutamente necessário que defenda sua causa por si mesma. Deve modificar sua atitude para com os capitalistas e latifundiários e isso significa que deve transformar toda sociedade. Isto é, praticamente a finalidade de toda organização operária: as ligas operárias e camponesas, as sociedades de socorro mútuo e os sindicatos, as cooperativas de produção e de consumo somente são os meios para alcançar esse fim.

(Karl Marx)

As lutas da reprodução social, porém, são especialmente explosivas hoje. Enquanto o neoliberalismo exige mais horas de trabalho remunerado por unidade familiar e menos suporte estatal à assistência social, ele pressiona até o limite as famílias, comunidades e (acima de tudo) mulheres. Sob essas condições de expropriação universal, as lutas em torno da reprodução social ocuparam o centro do palco. Agora formam a linha de frente de projetos com potencial para alterar a sociedade por completo.

(Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza e Nancy Fraser)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi elaborado em meio a muitas adversidades: a rotina atribulada na escola pública, as diversas mudanças entre Santos e São Paulo e, principalmente, a pandemia da Covid-19, que lamentavelmente provocou tristeza e muitas mortes.

De antemão, agradeço imensamente àquelas e àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta pesquisa em um contexto tão difícil.

Agradeço à Prof.^a Paula Marcelino pelo seu acolhimento na Universidade de São Paulo (USP) e por aceitar orientar esta pesquisa, dedicando-se com tanta paciência e confiança.

À CUT, ao Centro de Documentação e Memória (CEDOC), especialmente a todas as trabalhadoras e os trabalhadores da base dos sindicatos filiados à central, e às sindicalistas que prontamente me receberam para as entrevistas, ofertaram materiais e se colocaram à disposição para dialogar sobre o tema gênero e sindicalismo.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos que, durante os anos de 2019 e início de 2020, possibilitou o meu afastamento do trabalho e a dedicação em tempo integral aos estudos do mestrado.

Ao grupo de pesquisa *Luta*, com o qual muito aprendi ouvindo e dialogando sobre os diversos temas que cruzaram a trajetória acadêmica dos últimos anos, e que aprofundou significativamente meus conhecimentos no âmbito das relações de classe, de gênero e do sindicalismo.

À minha família e aos meus amigos que me acompanharam em momentos delicados e que, de distintas formas, muito me ajudaram. Muito obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo traçar um panorama sobre a CUT a partir da seguinte pergunta: como se orientaram as ações da CUT sobre as questões de gênero durante os governos do PT? Trata-se, portanto, de um estudo de caráter exploratório que se justifica pela importância da central no panorama sindical brasileiro e pelas mudanças substanciais nas suas relações com os governos do período. Partimos da hipótese de que essas relações resultaram na ação da central marcada fortemente pelo aspecto institucional e um sindicalismo propositivo. Em nossa avaliação, a conjuntura favorável, durante o período de crescimento econômico no país, propiciou a ampliação da luta reivindicativa. A pesquisa foi conduzida por meio da revisão bibliográfica sobre o tema, entrevistas com roteiro de questões semidirigidas com sindicalistas de diversos ramos da central e por meio de pesquisa documental dos congressos nacionais da CUT e de materiais específicos da Secretaria da Mulher Trabalhadora.

Palavras-chave: sindicalismo; gênero; divisão sexual do trabalho; reprodução social.

ABSTRACT

The current research has the objective to draw a panoramic view about CUT (Unique Central of Workers, referred as Central) starting from the following question: how CUT's actions have been oriented on gender during PT's (Worker's party) government periods? This research is, therefore, an exploratory character study justified by the importance of Central in Brazil's unions panorama and because of the substantial relationship changes with the government of that period. It is started from the hypothesis that these relationships provoked changes in Central's action aspects, strongly marked by institutional action and propositional claiming. In our assessment, the favourable conjuncture, during the country's economic growth period, provided the expansion of the fight for demands. The research was conducted by bibliographic revision of the theme, scripted interviews with open questions with unionist from several branches of Central and through documental research of CUT's national's congresses and specific materials from Secretaria da Mulher Trabalhadora (Worker women secretary).

Key words: tradeunionism; gender; sexual division of labor; social reproduction.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria de Construção

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CDM – Conselho de Direitos das Mulheres

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CEDOC – Centro de Documentação e Memória Sindical

CEPIA – Cidadania, Pesquisa, Informação e Ação

CEPIS – Centro Popular de Inclusão Social

CFMEA -Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CF8 – Centro Feminista 8 de Março

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CI – Comitê Internacional

CLADEM – Comitê da América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres

CMP – Central de Movimentos Populares

CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais

CNC – Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNMT – Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora

CNMRT – Comissão Nacional de Trabalhadoras Rurais

CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros

COB – Confederação Operária Brasileira

CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CONCUT – Congresso Nacional da CUT

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CSC – Corrente Sindical Classista

CSD – CUT Socialista e Democrática

CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DORT – Distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho

EUA – Estados Unidos da América

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FENATRAD – Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas

FETAG – Federação de Trabalhadores da Agricultura

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FLACSO – Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNT – Fórum Nacional do Trabalho

FS – Força Sindical

GGJ – Grassroots Global Justice

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JECRIM – Juizados Especiais Cíveis e Criminais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LER – Lesão por esforço repetitivo

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, queer, intersexuais, assexuais

LOSAN – Lei orgânica de segurança alimentar e nutricional

MLT – Movimento de Luta pela Terra

MMIRDH – Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

MMM- Marcha Mundial de Mulheres

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MNMQC – Movimento Nacional de Mulheres Quebradeiras de Coco

MP – Medida Provisória

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores

NE – Nordeste

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OLT – Organização no local de trabalho

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEA – População Economicamente Ativa

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PL – Projeto de Lei

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNPM – Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSC – Partido Social Cristão

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PIB – Produto Interno Bruto

REF – Rede Economia e Feminismo

REMTE – Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia

SI – Secretariado Internacional

SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros

SNMT – Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora

SINPEEM – Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal de São Paulo

SIPRA – Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

SPM – Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SVD – Sistema de Vendas Diretas

TGEU – ONG Transgender Europe

TRS – Teoria da Reprodução Social

UBM – União Brasileira de Mulheres

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

VCM – Violência contra a mulher

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Conferências e planos da SPM	31
Quadro 2 – Reivindicações do 8º Encontro Nacional das Mulheres.....	113
Tabela 1 – Participação das mulheres nas estruturas sindicais.....	98
Tabela 2 – Percentual de sindicatos por composição das diretorias por gênero.....	99

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – A relação da CUT com os governos do PT (2003-2016)	6
1.1 Caracterização política e econômica dos governos do PT.....	9
1.2 A relação dos governos do PT a CUT e o sindicalismo.....	19
1.3 Ações da CUT em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).....	29
Capítulo 2 – Divisão social e sexual do trabalho: uma perspectiva teórica	42
2.1 A divisão sexual do trabalho	44
2.2 A teoria unitária e a crise da reprodução social.....	54
2.3 Mapeando a divisão sexual do trabalho no Brasil.....	66
Capítulo 3 – As organizações da Marcha Mundial de Mulheres e da Marcha das Margaridas, ações e relações com a CUT	76
3.1 Marcha Mundial de Mulheres – a parceria e as ações.....	78
3.2 A Marcha das Margaridas.....	83
3.3 A violência de gênero, avanços legislativos e o parecer das mulheres do projeto democrático popular.....	89
Capítulo 4 – A paridade e as reivindicações de gênero no interior da CUT	94
4.1 Gênero e sindicalismo.....	94
4.2 A construção da política de gênero: um breve histórico.....	102
4.3 As pautas congressuais e de encontros debatidas pelas mulheres da CUT.....	105
4.4 A percepção das mulheres da CUT sobre o machismo no sindicalismo.....	113
4.5 A política de paridade de gênero.....	118
Conclusão	122
Anexo I	127
Referências bibliográficas	129

Introdução

No ano de 2003, Luís Inácio Lula da Silva tornou-se presidente da república pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Havia uma grande expectativa por parte da militância e das entidades de esquerda quanto ao governo de um ex-operário, ex-metalúrgico, com uma trajetória de luta iniciada junto ao Novo Sindicalismo. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade historicamente vinculada àquele partido, participou ativamente dos conselhos tripartites, além de ter tido parte de seus dirigentes incorporados nos diversos escalões do governo. A CUT assumiu uma posição de apoio crítico aos governos, mas manteve-se alinhada ao seu projeto político-econômico, principalmente durante os governos Lula (BOITO, 2018).

Nos primeiros anos da década de 2000, o Brasil registrou um crescimento econômico que modificou para melhor os índices de formalização do mercado de trabalho. A luta sindical também se ampliou, a análise dos indicadores referentes às greves apontou que, em maioria, foram ofensivas, e obtiveram conquistas para a classe trabalhadora (MARCELINO, 2017). O que nos permite afirmar que havia uma conjuntura favorável ao sindicalismo. E diante daquele contexto, indagávamos: a conjuntura favorável ao sindicalismo favoreceu o avanço das pautas feministas e a ampliação organizativa do movimento? Aquela conjuntura favorável provocou mudanças significativas para as mulheres no mundo do trabalho e nas entidades sindicais?

Partindo destas indagações, a nossa pesquisa tomou por objeto a CUT. As razões para a escolha da central é que esta é, nos dias atuais, a maior central sindical do país, a 5ª central mundial e tem uma posição hegemônica no sindicalismo brasileiro. Segundo documentos congressuais da entidade, a CUT é uma central sindical que objetiva um projeto político e organizativo combativo, classista, democrático e de massas, além de buscar aprofundar a relação com os movimentos sociais. Além do apoio crítico ao governo, a central construiu, durante o período de 2003 a 2013, mobilizações, atos e ações com demais entidades, partidos e movimentos sociais, bem como teve uma ação destacada na participação e elaboração dos planos nacionais de combate à violência contra a mulher, criados pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM). No decorrer de sua

formação e trajetória, as mulheres da central votaram ações afirmativas para as mulheres, tais como a política de cotas e a paridade de gênero. Assim, a pergunta dessa pesquisa foi: como se orientavam as ações da CUT no tocante ao gênero durante os governos do PT?

O tema escolhido para esta pesquisa – gênero e sindicalismo – é pouco explorado no âmbito da Sociologia do Trabalho. As pesquisas que encontramos são, em sua maioria, ligadas à divisão sexual do trabalho. Por mais que existam estudos a este respeito, a análise sobre gênero e sindicalismo ainda requer mais referências. A revisão bibliográfica acerca do tema revelou que as entidades sindicais apresentam fortemente um caráter machista e patriarcal, com baixa participação ou ausência das mulheres, principalmente, nos cargos de direção das entidades. Análises como estas, de Helleieth Saffioti (2013), Elizabeth Souza Lobo (2011), Ângela Araújo (1998) entre outras, marcaram os anos de 1980 e 1990, e mostraram de diferentes formas que a divisão sexual do trabalho operava internamente as entidades de classes. E que as mulheres ocupavam postos de menor visibilidade, prestígio e poder.

Durante os primeiros anos de criação das secretarias de mulheres nas entidades sindicais da CUT, as reivindicações das mulheres foram vistas como “um fator de divisão da classe trabalhadora”. Segundo esta concepção, a classe social é homogênea, o que oculta as desigualdades de gênero. Foram as análises, as obras e a militância feminista que propiciaram refutar esta compreensão. As mulheres da CUT, em materiais, debates e votações, reafirmaram o compromisso de toda a classe trabalhadora de combater a opressão de gênero. Durante os anos de 1990, as mulheres da central organizaram os seus primeiros comitês, dando origem à Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT). A escolha da central, portanto, se justifica pela sua defesa dos interesses imediatos e históricos das mulheres trabalhadoras.

Ainda no início da nossa pesquisa tínhamos como hipóteses: 1 - que durante os anos em que vigorou o governo do PT, houve um avanço sobre a discussão referente à esfera da reprodução social e à divisão sexual do trabalho, com o fortalecimento do movimento feminista e, conseqüentemente, a ampliação das ações; 2 - Que as pautas da central refletiam as mudanças no mercado de trabalho e a atual divisão sexual do trabalho, discutindo novos obstáculos à organização e à participação

das mulheres nas entidades sindicais; 3 - Que a paridade votada no 11º CONCUR em 2012 e a presença das mulheres nos cargos de direção teriam contribuído para impulsionar campanhas de sindicalização, de combate à violência, por isonomia salarial, creches públicas e outros temas caros ao feminismo e à trajetória da central.

Como poderá se observar, o desenvolvimento deste trabalho a pesquisa apontou para o destaque e o reconhecimento de novas entidades do movimento feminista nos anos 2000, a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas, que com a CUT realizaram diversas manifestações feministas que pautaram a divisão sexual do trabalho, a esfera da reprodução social e a luta contra a violência de gênero. Estas foram ações que se ampliaram nos anos de 2003-2016, que confirmaram nossa primeira hipótese. No âmbito interno a central, observamos que houve um avanço significativo na inserção das mulheres na vida da central com a votação e aprovação da paridade de gênero. Também pode ser observado que as mulheres cutistas objetivam, atualmente, formalizar um futuro pleito à presidência da central. Por fim, que suas pautas de reivindicações continuam a refletir os obstáculos às mulheres no mercado de trabalho, na reprodução social e no sindicalismo.

Sobre a pesquisa empírica

A fim de responder à questão “como se orientavam as ações da CUT no tocante ao gênero durante os governos do PT?” e as hipóteses ditas anteriormente, a pesquisa empírica foi desenvolvida por meio de entrevistas semidirigidas com as sindicalistas da CUT, da Executiva e com trabalhadoras de base presentes na realização do 13º Congresso Nacional da CUT (CONCUR), que ocorreu de 7 a 10 de outubro, em Praia Grande em 2019. O primeiro roteiro de entrevista, aplicado no CONCUR, contava com 15 perguntas, as quais indagavam sobre a participação das mulheres na base e nas direções sindicais, sobre o critério de cotas, além da relação do movimento feminista e sindical. Concederam entrevista 20 pessoas, entre homens (4) e mulheres (15), de distintos ramos da central, trabalhadores do campo e da cidade, conforme apontado no anexo I.

Em 2020, outro roteiro foi elaborado com o objetivo de complementar as informações obtidas nas primeiras entrevistas. Foram 6 novas, realizadas com as mulheres da direção da entidade, dos ramos internos à central e com as mulheres

ligadas à Marcha Mundial de Mulheres e à Marcha das Margaridas. Neste segundo roteiro, foram apresentadas 10 questões com a mesma temática: a divisão sexual do trabalho, a relação do movimento sindical e feminista. Responderam a esta entrevista, Junéia Batista (secretária de mulheres da CUT), Cida Trajano (Vestuário - CUT), Rosane Bertotti (Secretaria de Formação - CUT), Sônia Coelho (Sempreviva Organização Feminista-SOF), Edjane Rodrigues (CONTAG), Rachel Moreno (militante feminista).

Além das entrevistas, adotamos a análise de documentos como outra técnica de pesquisa. Os documentos analisados foram os Cadernos de Resoluções de congressos nacionais, os CONCUTs, e de plenárias nacionais, que estão disponíveis no site do Centro de Documentação e Memória da CUT (o CEDOC). Esse centro abrange diversos materiais: desde folhetos, imagens, relatórios. Outros materiais, panfletos, obras, foram disponibilizados pelas entidades que compõem projeto democrático popular.

Cabe destacar que partimos do pressuposto que a CUT, a Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Margaridas são entidades parceiras, estão alinhadas politicamente à esquerda do espectro político, e que estas detêm um projeto político amplo, de defesa da democracia, de combate à opressão de gênero que se assemelha aos fundamentos de um programa nacional-democrático, denominado pelas mulheres das próprias entidades como “projeto democrático-popular”.

Quanto a revisão bibliográfica realizada esta tinha, a princípio, um duplo recorte. O primeiro estava focado na relação entre o sindicalismo, a CUT, com os governos do PT. O outro recorte deteve-se sobre o tema da divisão sexual do trabalho e da esfera de reprodução social, ao qual estão vinculadas as pautas, as reivindicações e os fundamentos das práticas e das ações das mulheres do projeto democrático-popular.

Divisão dos capítulos

No primeiro capítulo, intitulado *A relação da CUT com os governos do PT*, buscou-se apresentar, através das análises macroeconômica (SINGER, 2016; 2016) e do bloco no poder (BOITO, 2018), a contextualização política e econômica do período estudado, entre 2003-2016, durante os governos petistas. Entretanto, cabe

salientar que o período contém oscilações na política e na economia, sendo marcado pela formação de uma frente neodesenvolvimentista nos anos de 2004 a 2014, e pela crise política e econômica no decorrer dos anos de 2015 e 2016 (BOITO, 2018; MARCELINO, 2017). Além disto, neste capítulo abordamos o intenso debate na Sociologia do Trabalho acerca da relação entre os governos do PT e a CUT (OLIVEIRA, 2003; ANTUNES, 2018; GALVÃO e MARCELINO, 2018; COLOMBI, 2020), bem como destacamos a ação conjunta da CUT com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão criado pelo governo federal.

No segundo capítulo, *Divisão social e sexual do trabalho: uma perspectiva teórica*, buscou-se considerar os conceitos fundamentais da teoria feminista, buscando articula-los com a perspectiva apresentada pelas mulheres da CUT e dos movimentos sociais ligados à central. Desta forma, abordou-se o conceito de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009; HIRATA, 2020) presente nos documentos da central e nos depoimentos das trabalhadoras de base e sindicalistas, bem como o de reprodução social (BHATTACHARYA, ARRUZZA, FRASER, 2019) como fonte de uma renovação do marxismo-feminista. A revisão bibliográfica realizada propiciou a análise em linha cronológica de trabalhos acadêmicos sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil, e o contexto de crise da reprodução social em âmbito internacional.

O terceiro capítulo, *As organizações da MMM e da Marcha das Margaridas, ações e relações com a CUT*, apresenta as principais entidades vinculadas à central, a Marcha Mundial de Mulheres e a ação da Marcha das Margaridas. Com isto, buscou-se elucidar as relações estabelecidas entre o sindicalismo cutista e os movimentos sociais feministas alinhados, visando reconstruir as ações realizadas no período de 2003 a 2016. Para tanto, foram considerados os atos e materiais publicados e as entrevistas realizadas, debatendo, principalmente, as ações de combate à violência contra a mulher, uma pauta prioritária para o projeto democrático-popular.

Por fim, no quarto capítulo, *As questões de gênero no interior da CUT*, aprofundou-se a análise das questões de gênero no âmbito interno da central. Buscou-se considerar a percepção das mulheres cutistas sobre o machismo no sindicalismo, bem como o debate interno realizado em torno de pautas congressuais e de encontros de mulheres e, principalmente, a luta pela paridade de gênero como uma ação voltada à equidade e à defesa de uma efetiva democracia interna da central.

Capítulo 1 – A relação da CUT com os governos do PT (2003-2016)

De acordo com o conteúdo apresentado pela extensa bibliografia sobre o Novo Sindicalismo, a história da Central Única dos Trabalhadores (CUT) não pode ser desvinculada da luta traçada pelos trabalhadores do ABC Paulista, ocorrida no final da década de 1970, em especial, durante os anos de 1978 e 1979, período marcado pelo ressurgimento da ação reivindicativa e grevista no Brasil.

Em torno do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, sob a direção de Luiz Inácio Lula da Silva, o novo sindicalismo questionou os limites impostos pelo sindicalismo atrelado ao Estado, defendeu a luta contra o arrocho salarial e a exploração do trabalho, e contribuiu para abrir fissuras no regime ditatorial nos anos subsequentes (ANTUNES, 1995; MATTOS, 2009).

Nos anos de 1980, em decorrência do ressurgimento da ação reivindicativa no ABC Paulista, em torno da liderança operária de Lula da Silva, representante do “sindicalismo autêntico” e então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, reúnem-se os demais campos da oposição ligados a setores da esquerda católica, em especial, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e setores operários, para a fundação de um partido que representasse os trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores (PT) (ANTUNES, 1995; RODRIGUES, 1997; SINGER, 2012).

Três anos mais tarde, em 1983, tem início a criação de uma central sindical¹, com o objetivo de propiciar a construção de uma entidade de classe em âmbito nacional, que proporcionasse aos trabalhadores/as do campo e da cidade a unificação das lutas (ANTUNES, 1995; MATTOS, 2009).

A CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT)², que ocorreu em São Bernardo do Campo, no

¹ Antecedendo à criação da CUT, com estrutura de central sindical, houve a Confederação Operária Brasileira (COB), em 1906, e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962 (ANTUNES, 1995).

² Marco que antecede a fundação da CUT é a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) que ocorreu entre os dias de 21 e 23 de agosto de 1981, em Praia Grande, no estado de São Paulo. Foi o maior evento sindical no período reunindo cerca de 5.000 delegados/as, de diversos estados, representantes de 1.091 entidades. Durante a Conferência os/as sindicalistas discutiram reivindicações econômicas e políticas, bem como um plano de lutas para combater a crise econômica e o regime militar. A CONCLAT é um marco de resistência e de unificação dos trabalhadores, na qual deliberou-se a criação da Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores (Pró-CUT) que posteriormente, em 1983, deu origem a Central Única dos Trabalhadores (CUT). As resoluções

estado de São Paulo. A central emerge da confluência entre o Novo Sindicalismo, das oposições sindicais — dentre elas, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo — Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e de setores da esquerda católica como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e intelectuais marxistas. O surgimento da central aglutinou diversos setores do operariado industrial, dos trabalhadores rurais, do funcionalismo público, assalariados médios e do setor de serviços (ANTUNES, 1995, p. 65), o que garantiu à central forte representatividade e expressão no contexto político e de luta contra a ditadura militar (ANTUNES, 1995; MATTOS, 2009; RODRIGUES, 1997, 1999).

Nos anos 1980, o movimento sindical deflagrou greves nacionais e, em 1989, uma greve geral, que durou dois dias e contou com a participação de 20 milhões de trabalhadores. A luta pela democratização se acentuava no início da década de 1980, a CUT participou da campanha pelas eleições diretas para Presidente, as *Diretas Já*, em 1984; e em 1988, manifestou-se como um forte instrumento de pressão frente à Assembleia Nacional Constituinte. Contudo, o período foi marcado também pelo menor poder de mobilização da CUT e seus dirigentes pelo fim da estrutura sindical atrelada ao Estado (BOITO, 1991; GALVÃO, 2007; MATTOS, 2009), um tema que era caro aos sindicalistas nas greves do final da década de 1970 e do início dos anos 80.

Diversos autores e pesquisadores (ANTUNES, 2018; MATTOS, 2009) mostraram que a década de 1990 abriu uma nova fase de internacionalização do capital financeiro, que afetou profundamente o mundo do trabalho. A inserção na divisão internacional do trabalho e a reestruturação produtiva modificaram a composição da classe trabalhadora e colocaram o sindicalismo na defensiva. Nesse contexto, houve a diminuição de postos de trabalho e do percentual da população economicamente ativa no setor secundário (indústria), bem como a ampliação do setor de serviços. Segundo Mattos (2009), a mudança na composição da força de trabalho gerou um processo contraditório que significou, ao mesmo tempo, a

debatidas na CONCLAT pautaram a queda do regime militar, a construção de uma efetiva democracia, a elaboração de uma legislação trabalhista que exprimisse os interesses da classe trabalhadora. Além da elaboração de uma Constituição, do direito ao trabalho, da liberdade e autonomia sindical, da previdência social, bem como a política econômica, salarial, a reforma agrária, que são pontos fundamentais do documento. A declaração de princípios, contida no caderno de resoluções, afirma que a defesa dos interesses da classe trabalhadora depende do nível de mobilização, organização de um sindicalismo combativo, autêntico e construído pela base (Resoluções da CONCLAT, 1981, p.1). No período de fundação da CUT, setores da esquerda (PCB, PCdoB e MR-8) se opuseram a criação da central, uma corrente identificada como “unidade sindical”, que posteriormente iriam integrar a CGT (MATTOS, 2009).

ampliação da exigência de qualificação em alguns casos; e em outros, o retorno às formas mais brutais de exploração, como o trabalho compulsório (MATTOS, 2009, p. 127).

Na esfera da produção, uma faceta mais visível das transformações que se sucederam foi uma nova reestruturação produtiva, que integrou em escala global o processo produtivo através das empresas transnacionais, multinacionais, dando origem à formação das cadeias de valor. As novas tecnologias aplicadas à produção industrial permitiram reduzir o emprego da força de trabalho nos processos produtivos, o que criou o trabalhador polivalente e ampliou o ritmo das atividades, impondo um novo modelo de organização do trabalho cujo objetivo era reduzir os custos e aumentar a produtividade. A consequência foi a precarização das relações de trabalho por meio da terceirização, além do aumento do desemprego e da informalidade a que estava submetida grande parte da classe trabalhadora (ANTUNES, 2018).

Nos anos de 1990, o contexto de perdas para a classe trabalhadora e o impacto da ideologia neoliberal provocaram mudanças significativas na estratégia da CUT. Antunes (1995, p.66) observou que, naquela década, houve uma redução da participação das bases nos congressos da entidade, ainda mais restritos às direções sindicais, o que acentuou a institucionalização e a social democratização da central. Para Mattos (2009), a central atribuiu um caráter de inevitabilidade às transformações na economia capitalista e apresentou uma ação ambígua, que a fez abandonar um sindicalismo combativo para adotar um sindicalismo propositivo, buscando ampliar a inserção em espaços institucionais. A central perdeu o caráter ofensivo e de resistência das práticas de confronto mais direto com os governos e com o patronato. Esse processo ocorreu simultaneamente com a ascensão e fortalecimento da tendência Articulação Sindical³ e de suas lideranças dentro da CUT (ANTUNES, 1995; 2018; MATTOS, 2009, GALVÃO, 2007).

Passados mais de trinta anos, nos anos 2000, a CUT foi base apoio dos governos petistas, parte de seus militantes integrou o governo em diversos escalões,

³ A mudança estratégica e tática da CUT nos anos de 1990 também está vinculada direta ou indiretamente à Articulação Sindical, corrente interna à CUT, que se tornou hegemônica nos anos posteriores. A mudança foi objeto de pesquisa de diversos sociólogos, que destacam ora o voluntarismo da Articulação Sindical ora os desdobramentos da luta pela democracia. Segundo Boito (1999, p. 131) o marco desta mudança foi a IV Plenária Nacional da CUT, que ocorreu em 1990, no qual a Articulação Sindical aderiu ao sindicalismo propositivo, com o objetivo de elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas entre sindicalistas, governo e empresariado.

além de ter sido reconhecida oficialmente, depois da aprovação da Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais, em 2008 (Lei 11.648/2008). Com o objetivo de analisar a ação da central na defesa dos interesses das mulheres trabalhadoras no período em que vigoraram os governos do PT, entre 2003 e 2016 buscamos considerar antes: a) a contextualização política e econômica do período estudado; b) a relação que a central estabeleceu com aqueles governos; c) a ação conjunta da CUT com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão criado pelo governo federal. Estes são os temas tratados nas próximas seções.

1.1 Caracterização política e econômica dos governos do PT

O Brasil teve um período de crescimento econômico durante os anos 2000. As razões atribuídas ao desenvolvimento e a relevância da política nacional e internacional abrangem diversos fatores e são retratadas de forma distinta por diversos autores. A fim de compreender a política econômica do período (2003-2016) e caracterizar a crise política e econômica que marcaram os anos finais dos governos do PT, apresentaremos análises sobre a política macroeconômica e do bloco no poder realizadas sobre o período — destacamos que esse breve balanço bibliográfico sobre o tema se dará com base mais em autores da área de sociologia política, do que da economia. É consenso entre os pesquisadores que abordamos (SINGER, 2012; BOITO, 2018) que no período entre 2006-2010 o crescimento da economia foi impulsionado pela conjuntura internacional, bem como pela implementação de políticas econômicas adotadas pelos governos do PT.

Como demonstraram os pesquisadores (SINGER, 2012; BOITO, 2018), o desenvolvimento econômico do período pode ser explicado, em parte, pela conjuntura internacional marcada pelo *boom* das commodities, isto é, pelo aumento das exportações de matérias-primas, consumidas em grande medida pela China, bem como por outros fatores, tais como a distribuição de renda, a expansão do crédito e os investimentos públicos, medidas que contribuíram para a situação favorável da economia brasileira, que provocaram a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) e que postergaram o impacto da crise econômica internacional, aberta em 2008 nos Estados Unidos. Os autores destacam que, ao contrário de países desenvolvidos, no mesmo período, no Brasil, os indicadores de desigualdade reduziram, ao mesmo tempo em

que houve a expansão do emprego formal (SINGER, 2012; KREIN, 2012; BOITO, 2018).

A análise da política macroeconômica realizada por André Singer (2012) divide os governos do PT em três grandes períodos. Segundo o autor, os primeiros anos do governo Lula (2003-2005) não provocaram ruptura com a política econômica do governo precedente (SINGER, 2012, p.144). Ainda de acordo com Singer (2012, p.144), essa primeira fase foi marcada pela contenção da despesa pública, pela reforma previdenciária com a redução de benefícios, a elevação das taxas de juros, entre outras medidas. Ao mesmo tempo, aquele governo adotou políticas no sentido contrário, tais como: a política de transferência de renda, lançada em 2003, com o programa Bolsa Família, a expansão do crédito consignado, a valorização do salário mínimo. Tais medidas produziram, a partir de 2005, a melhora da condição dos mais pobres e a ativação do mercado interno (SINGER, 2012, p.144).

Para Singer (2012, p. 147), uma segunda fase do governo Lula começa com a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda em 2006 e a implementação de uma política econômica desenvolvimentista. Nesse período, ocorreu uma flexibilização dos gastos públicos, a redução dos juros, a valorização do salário mínimo. As políticas implementadas contribuíram para elevar as taxas de emprego formal e perduraram até meados de 2009-2010. Para o autor, a terceira fase da política econômica do governo Lula foi marcada pelo crescimento econômico, alavancado por meio do consumo interno e impulsionado por medidas de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda e pelo crédito, bem como pelos financiamentos estatais, sendo o principal exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida.

Segundo Singer (2012), os governos Lula e Dilma representaram o que denominou de “reformismo fraco” e atenderiam, fundamentalmente, sua base social, o subproletariado. O autor argumenta que o *lulismo* se iniciou com a mudança na base eleitoral dos governos petistas provocadas pelo realinhamento eleitoral ocorrido no ano de 2006. Haveria um deslocamento de classe, o que alterou a base social petista para o subproletariado. O pivô dessa nova configuração foram as políticas voltadas ao combate à pobreza apresentadas desde o início do governo Lula, isto é, os programas de transferência de renda aos mais pobres, além da integração da fração

de classe do subproletariado à condição proletária por meio da elevação do emprego formal (SINGER, 2012, p. 16).

Para Singer (2012), o PT, representante do subproletariado, colocou o conflito entre as classes fundamentais à margem, ou seja, saíram de cena burgueses e proletários, entraram ricos e pobres e uma plataforma política caracterizada pelo reformismo fraco, que combate à pobreza sem tocar a ordem social conforme o conservadorismo daquele que é a sua base social. A análise de Singer sobre as contradições do lulismo pôs em evidência o caráter ambíguo do período. O autor afirma:

Como analisar um período que pode ser pintado de duas formas? Reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito educacional com crescimento do ensino superior privado, walmartização do trabalho com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação cultural com empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas (SINGER, 2016, p.13).

Ainda segundo Singer, o lulismo transpôs os limites do governo Lula com o êxito da candidatura de Dilma Rousseff⁴ em 31 de outubro de 2010. Dilma defendeu a plataforma de interesse de sua base social subproletária e, no seu primeiro mandato (2011-2014), estabeleceu a continuidade do lulismo. Como afirmou o autor, o lulismo não dependeu exclusivamente da conjuntura econômica internacional favorável; e sua continuidade se deu com os governos do PT sustentados pelo subproletariado, o que lhe conferia o caráter de “reformismo fraco” e de pacto conservador. Nas palavras do autor:

O êxito da candidatura Dilma Rousseff em 31 de outubro de 2010 [...] representou a sobrevivência do lulismo, para além do mandato de Lula. Apoiada nos mais pobres, Dilma defendeu a plataforma que interessa à base social subproletária: ampliação da transferência de renda; expansão do crédito popular; valorização do salário mínimo e geração de emprego, tudo sem radicalismo. Não por acaso, o primeiro item dos “13 compromissos para o desenvolvimento social” divulgados pela campanha foi “eliminar a pobreza absoluta do país”. Em outras palavras, seguir com o aumento dos postos de trabalho e da capacidade de consumo dos setores populares, mas sem

⁴ Dilma Rousseff foi Ministra-chefe da Casa Civil do governo de Lula da Silva, escolhida pelo ex-presidente para disputar a Presidência da República em 2010. Na primeira vitória eleitoral, Dilma alcançou mais de 12% de votos válidos contra José Serra (PSDB). No entanto, seu segundo mandato, iniciado em 2015, foi marcado por uma disputa acirrada com Aécio Neves (PSDB), e com o apoio à petista significativamente menor do que no pleito anterior. Como apontam Singer (2016) e Braga (2016), Dilma se elegeria apoiada em setores precarizados da classe trabalhadora. No seu segundo mandato, de forma contraditória com o seu discurso na campanha eleitoral por “nenhum direito a menos”, Dilma realizou uma guinada neoliberal, perdendo parte significativa do apoio popular.

confronto com o capital, segundo o figurino montado nos dois mandatos anteriores (SINGER, 2012, p. 155).

Contudo, Singer (2016) salienta que o primeiro governo Dilma viria a se distinguir dos governos Lula que a antecederam. Segundo o autor, um ponto de destaque do primeiro mandato de Dilma Rousseff foi a “nova matriz econômica” do “ensaio desenvolvimentista⁵”, cujos pontos elaborados pelo ministro Guido Mantega foram adotados pela presidente, dentre eles: a redução dos juros com “a batalha do spread⁶”, a aposta na reindustrialização, o plano de infraestrutura, etc.

Conforme pontua Singer (2016, p. 33), a nova matriz econômica teve no Estado os meios para alavancar o crescimento econômico, que a partir de 2007, seria fomentado com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em 2008, por meio dos bancos públicos que adquirem um papel crucial tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), o que configuraria um cenário de maior ativismo estatal.

As críticas ao intervencionismo estatal tomaram as páginas de grandes jornais internacionais nos anos de 2012 e 2013 (SINGER, 2016). Segundo Singer (2016), o cerco rentista encontrou respaldo no caráter contraditório das manifestações de 2013⁷. O autor destaca que, segundo o Datafolha, no início dos protestos (6 e 7 de junho), houve uma queda na avaliação positiva do governo Dilma de 67% para 43% entre aqueles que apresentavam renda mais alta. Diante disto, Dilma recuou, impondo o ajuste fiscal, a responsabilidade fiscal, cortes no orçamento público, uma política econômica de caráter mais ortodoxo que marcou o seu segundo mandato (SINGER, 2016). Para o autor, a explicação para a guinada neoliberal do segundo mandato e o recuo do “ensaio desenvolvimentista” está no realinhamento da burguesia industrial e na formação de uma frente antidesenvolvimentista.

⁵ Singer utiliza o termo entre aspas com o objetivo de ressaltar o ativismo estatal pela reindustrialização do país, destacando o caráter antiliberal. Porém, o autor indaga sobre seu caráter efêmero e de contornos vagos (SINGER, 2016, p. 26).

⁶ Segundo Singer (2015, p. 40), “o spread é a taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro ou a diferença entre o custo de captação do dinheiro [quanto as instituições pagam pelos recursos] pelos bancos no mercado e os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos aos clientes”, definição presente também no Dicionário de Economia, de Paulo Sandroni (1999)

⁷ As manifestações que ocorreram em junho de 2013 foram objeto de diversos debates. Alguns pesquisadores viram nas “jornadas de junho” um novo ciclo de luta da classe trabalhadora e de crise da hegemonia lulista (BRAGA, 2016); outros, observaram a instrumentalização das manifestações por setores da direita e pela mídia (SINGER, 2013; BOITO, 2018).

Em outras palavras, as duas coalisões, a rentista⁸ e a produtivista, que se contrapunham e vigoraram durante o governo Lula, passaram por uma reconfiguração durante os governos Dilma. Segundo o autor (2012, p.165), o lulismo arbitrou uma política para manter em equilíbrio as coalisões que também favorecesse o subproletariado, com a redução da pobreza e a ampliação do consumo.

Singer (2016) afirma que durante o governo Dilma, a burguesia industrial, apesar de favorecida pela política econômica, convenceu-se dos custos do intervencionismo estatal e se deslocou rumo à coalisão rentista, a partir do segundo semestre de 2013. Para o autor, as causas deste deslocamento referem-se: 1) à financeirização do capital que levou à mistura entre o capital industrial e o capital financeiro, a burguesia teria um duplo caráter, industrial⁹ e rentista e, em decorrência, ocorreria um comprometimento de sua parte com a especulação financeira; 2) ao intervencionismo estatal que provocou o aumento de postos de empregos formais, retirando o poder de pressão dos empresários sobre os trabalhadores com o desemprego, e ao mesmo tempo melhorou as condições de luta dos sindicatos, elevou o número de greves e fez ascender a remuneração do trabalho, tais fatores indicam, segundo o autor, que a oposição da burguesia industrial ao governo estava, portanto, ligada à luta de classes; 3) à reorganização das relações internacionais, em especial entre a burguesia interna e o capital internacional. Segundo Singer (2016), analistas e empresários viram nas relações com o Mercosul e com a China um isolamento internacional do Brasil e, segundo estes, a necessidade de um realinhamento das relações internacionais com os Estados Unidos, com a participação nos tratados de livre-comércio com aquele país; 4) à mobilização das grandes mídias favoráveis ao cerco rentista que viria somar denúncias de incompetência, arbítrio e corrupção na administração da então presidente Dilma. Todos estes fatores contribuíram para o esfacelamento do “ensaio desenvolvimentista” do período lulista. Em síntese, o autor explica:

⁸ Para o autor, a coalisão rentista reuniria o capital financeiro e a classe média tradicional, cujos interesses implicam no receituário neoliberal e no alinhamento com a liderança política dos EUA, enquanto que a produtivista era composta de empresários industriais e da fração organizada da classe trabalhadora, setores que defenderam a intervenção do Estado para a reindustrialização do país e a distribuição de renda (SINGER, 2015, p. 54). O lulismo teria arbitrado políticas que privilegiaram uma ou outra coalisão, a fim de criar um Estado de bem-estar no país.

⁹ Segundo Singer, para os industriais interessa o crédito barato, com a redução da taxa de juros, entretanto, como parte beneficiada do capitalismo financeiro, aspira juros altos, para lucrarem com os recursos aplicados. Além disto, a relação com as entidades representantes dos trabalhadores iria se esgarçando à medida que comprometia os lucros do setor (SINGER, 2015, 2016).

O fato de a camada industrial ter ao mesmo tempo um lado rentista a torna mais sensível à ideologia neoliberal, apesar de essa orientação objetivamente prejudicar suas atividades produtivas. O mesmo se aplica ao aguçamento da luta de classes (greves), ao aumento do salário real e à perda de poder resultante do pleno emprego: tornam mais sedutores aos industriais os argumentos do neoliberalismo (SINGER, 2016, p. 52).

De forma distinta da análise macroeconômica realizada por Singer (2012; 2016), Armando Boito Junior tem outra compreensão da natureza de classe dos governos do PT. A partir da teoria marxista de Nicos Poulantzas, Boito (2018) observa a formação de uma frente política neodesenvolvimentista, representada no plano político-partidário pelo PT e composta pela burguesia interna, a baixa classe média, o sindicalismo operário, o campesinato que vigorou entre os anos 2004-2014. A frente política, hegemonizada pela grande burguesia interna, principalmente a partir de 2008, pode ser caracterizada como neodesenvolvimentista¹⁰, por propor um programa que busca a intervenção do Estado na economia com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico, afastando-se da ideologia do Estado mínimo, entretanto, dentro dos limites postos pelo modelo capitalista neoliberal.

Como observa o autor, a análise do fracionamento da classe dominante, revela a disputa em torno dos interesses de classe no interior do bloco no poder¹¹ durante os governos petistas, que ocorreu entre duas frações do grande capital, a burguesia interna e a burguesia internacionalizada. Segundo Boito (2018), a burguesia interna¹² não é uma fração homogênea e abrange o capital predominantemente nacional, que inclui o setor bancário (bancos nacionais) e o setor produtivo (como a

¹⁰ Ela está aquém do desenvolvimentismo clássico que predomina entre 1930 e 1980. Para Boito, a frente ampla é neodesenvolvimentista por enfatizar o Estado como propulsor do crescimento econômico, mas está aquém do velho desenvolvimentismo por não romper com os marcos do neoliberalismo, que limitam este mesmo crescimento, como por exemplo: a rolagem da dívida pública e manutenção de alta taxa de juros, etc. (BOITO, 2018, p. 189-190).

¹¹ O conceito de bloco no poder foi utilizado por Nicos Poulantzas com o objetivo de mostrar uma unidade contraditória, no âmbito da classe dominante, que corresponde aos distintos interesses de frações de classe e sua relação com uma forma particular de Estado capitalista. Segundo Boito, o conceito é fundamental para analisar a classe dominante, não como um bloco homogêneo, mas subdividido em frações. A burguesia, portanto, é fracionada quanto ao porte do capital, a origem do capital, sua inserção no processo de acumulação, o que produz um quadro mais complexo da correlação de forças e uma disputa pela hegemonia no interior do bloco no poder (BOITO, 2019; POULANTZAS, 2019).

¹² Segundo Martuscelli (2018), as frações burguesas podem ser divididas conforme os critérios de: escala de capital (grande, médio, pequeno porte), função do capital (industrial, comercial ou bancário), tipo de desenvolvimento que está vinculado (mercado externo ou interno), além da posição que assume no sistema econômico capitalista internacional (burguesia interna, nacional ou associada). A burguesia interna é produto da internacionalização do capital e do desenvolvimento das forças produtivas em uma formação social e apresenta, no capitalismo dependente, uma fragilidade política, econômica e ideológica, que produz um deslocamento pendular no âmbito do bloco no poder. Em suma, esta fração tem uma resistência seletiva aos interesses do capital internacional, sem confrontá-los abertamente.

indústria de construção pesada, o agronegócio, a indústria de transformação e comércio). Há também, pequenas e médias empresas que não formam exatamente uma fração de classe e que não se constituem como uma força política autônoma no bloco no poder. Já a burguesia internacionalizada, denominada também como compradora ou associada, corresponde aos grupos econômicos internacionais atuantes no Brasil, vinculadas ao capital especulativo. Estas frações disputaram a hegemonia no interior do bloco no poder e tiveram posições distintas na política econômica durante os governos do PT. A partir de 2008, a fração da burguesia interna que representa o capital nacional (financeiro, produtivo) assumiu a hegemonia no interior do bloco no poder. Já a burguesia internacionalizada esteve na oposição.

Segundo Boito (2013; 2018), os governos Lula e Dilma não arbitraram entre as classes, atendendo uma fração de classe ou outra em decorrência da correlação de forças ou instabilidade. Para o autor, não se trata exatamente de uma “política ziguezagueante”, como seria aquela típica do bonapartismo, mas de uma política econômica que priorizou os interesses da burguesia interna e que, ao mesmo tempo, ofereceu algo para as classes populares. Em outras palavras, Lula e Dilma, no período entre 2005-2014, propuseram políticas internas e externas atendendo as diversas forças sociais que compunham a frente, se distinguindo no plano político-econômico dos governos neoliberais (de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso) precedentes. Lula e Dilma não revogaram o modelo capitalista neoliberal, mas apresentaram uma política econômica inspirada no desenvolvimentismo. Dentre as medidas adotadas, tais como o protecionismo alfandegário, a nova matriz econômica e o fortalecimento de empresas estatais, medidas de aquisição de bens e serviços pelo Estado e o investimento por meio do BNDES, garantiram apoio das empresas da grande burguesia interna àqueles governos. As frações das classes populares também se beneficiaram das políticas e projetos sociais durante o mesmo período. O autor afirma:

Sem deixarem de priorizar os interesses da grande burguesia interna, os governos do PT ofereceram algo para cada uma dessas classes populares: ampliação de vagas na universidade pública com cotas sociais e raciais, financiamento para os estudantes das universidades particulares, política de valorização do salário mínimo, programas de transferência de renda, financiamento e reserva de mercado institucional para a pequena agricultura familiar, grande expansão das vagas no ensino técnico, programa de construção de moradia popular, programa de construção de cisternas no semiárido e outros. Os trabalhadores da massa marginal, beneficiários dos programas de transferência de renda, da construção de moradias populares,

do programa de construção de cisterna e da expansão do ensino técnico, são o setor de que compareceu de modo massivo e constante, pelo menos desde 2006, com os seus votos nos candidatos do PT. É sabido que na eleição presidencial de 2014, quando um significativo contingente de eleitores populares retirou seu apoio eleitoral à candidata da frente neodesenvolvimentista, foram os trabalhadores da massa marginal, principalmente os do interior dos estados nordestinos, que asseguraram a vitória de Dilma Rousseff (BOITO, 2018, p.280-281).

Para Boito (2018), naquela conjuntura, a fração internacionalizada da burguesia estabeleceu aliança com uma fração da alta classe média urbana, que constituía o eleitorado do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), afeito ao neoliberalismo ortodoxo e que via no PT uma ameaça aos seus privilégios. Contudo, o impacto tardio da crise econômica internacional, com o menor crescimento econômico a partir do biênio 2011-2012, e a estagnação em 2014, a burguesia internacionalizada iniciou uma ofensiva ideológica contra a matriz econômica proposta por Guido Mantega, o que acirrou as contradições no interior do bloco no poder, modificando a correlação de forças e provocando a crise política que culminaria no fim do ciclo neodesenvolvimentista e no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

Para Boito (2018), a análise da crise política e econômica que marcou o segundo mandato de Dilma Rousseff, revela dois tipos de contradições, sendo a principal a que se iniciou com a ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo contra a frente neodesenvolvimentista. No período, a “Revolta da Tarifa” expressou a insatisfação com a reativação da função primário-exportadora da economia brasileira e com o padrão dos empregos, de baixa qualificação e remuneração. Os protestos em 2013 representaram a insatisfação popular da juventude de classe média baixa, um setor contemplado pelo acesso às universidades durante os governos do PT, mas descontente com o mercado de trabalho de diplomados. Segundo o autor, as manifestações de junho foram, a partir de um determinado momento, confiscadas por uma reação neoliberal, expressa nas candidaturas em 2014. Além disto, as frações das classes dominantes que compunham a frente neodesenvolvimentista começaram a se articular favoráveis ao campo neoliberal ortodoxo.

A segunda contradição consiste no acirramento das tensões internas à frente neodesenvolvimentista entre a burguesia interna e o sindicalismo, e entre o setor bancário e produtivo da burguesia. O sindicalismo, durante os anos 2000, conquistou aumentos reais de salários e ampliou a ação reivindicativa e a incidência de greves, as quais deflagraram conflitos duros com a burguesia interna. O movimento camponês

mostrou-se insatisfeito com a redução da desapropriação das terras. E entre as frações da classe dominante, as contradições também se acentuaram. Segundo Boito (2018), o conflito no âmbito da burguesia interna se acentuava e dividiria a fração a respeito da política fiscal e da taxa de juros à medida que avançava a crise econômica. No quadro das reivindicações da burguesia interna encontrava-se no primeiro biênio dos governos Dilma: medidas protecionistas, juros baixos, financiamento público a juros subsidiados etc. Com o crescimento econômico baixo em 2014, as reivindicações da burguesia interna focalizaram a reforma da previdência social, a reforma trabalhista, o ajuste fiscal. A respeito do deslocamento da burguesia interna, expõe o autor:

[...] O fato é o seguinte: quando o campo neoliberal ortodoxo iniciou a sua ofensiva restauradora, a frente neodesenvolvimentista vinha se esgarçando. Como já indicamos, a grande burguesia interna foi se bandeando para o lado da oposição neoliberal. Convenceu-se, como mostram os documentos que temos levantado, que o ajuste fiscal é o único caminho para retomar o crescimento econômico, decidiu apoiar o ajuste e, é claro, para poupar os seus próprios negócios, requer medidas de ajuste que penalizem os trabalhadores e não as empresas (BOITO, 2018, p. 284).

Com a crise econômica, a burguesia interna aderiu ao campo neoliberal ortodoxo, apoiou o ajuste fiscal do segundo mandato de Dilma e a ofensiva restauradora avançou, enquanto a frente neodesenvolvimentista se esgarçava. Segundo Boito (2018), nos anos de 2015 e 2016, acentuou-se a crise política, Dilma Rousseff havia perdido apoio de setores sociais entre os trabalhadores — dentre os quais, os setores organizados, tal como o sindicalismo —, o que desmontou a base de sustentação daquele governo. Segundo Boito (2018, p. 294),

A resultante, contudo, foi que se abriu uma crise de representação. O representado, a grande burguesia interna, não se reconhecia mais no representante, o governo Dilma – governo que, repito, fora apoiado e aplaudido por essa fração burguesa até pelo menos o ano de 2012. A ofensiva restauradora do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele associada, apoiados na mobilização da alta classe média, encontrou, então, caminho mais livre para avançar.

As demais frações da classe trabalhadora, a massa marginal e o sindicalismo, não se mobilizaram para a defesa do governo. Segundo Boito (2018), o PT estabeleceu uma relação de tipo populista ou neopopulista¹³ com os trabalhadores da massa marginal. Estes trabalhadores formavam a base eleitoral daquele partido, e

¹³ O caráter neopopulista dos governos do PT o distingue do bonapartismo; a distribuição de renda, interesse dos trabalhadores da massa marginal é uma pauta progressista; distinto do bonapartismo, cuja base social é conservadora (BOITO, 2013, p. 177).

tiveram parte de seus interesses atendidos pelo governo, sendo beneficiados pelos programas de transferência de renda e pelo fornecimento de bens e serviços. Entretanto, a relação neopopulista se caracteriza por imobilizar os trabalhadores, os torna prisioneiros do “fetiche do Estado protetor”, isto é, a ideologia de que Estado “protege os pobres”. Os trabalhadores da massa marginal têm baixa capacidade de organização e de pressão, na resistência contra o *impeachment* a imensa maioria desta fração permaneceu alheia, e uma minoria, vinculada aos movimentos de moradia e de luta pela terra, se posicionou contra o *impeachment* (BOITO, 2018).

Isto posto, consideramos, a partir das teses apresentadas, que o período de crescimento econômico (2003-2014), impulsionado pela conjuntura internacional favorável e as políticas adotadas pelos governos do PT, tais como as políticas de transferência de renda, a expansão do crédito e o investimento público em infraestrutura, não reverteram ou impediram o quadro de precarização estrutural do mercado de trabalho brasileiro, mas provocaram mudanças quanto à distribuição de renda e resultaram na ampliação do assalariamento, na diminuição do desemprego e da pobreza. Essas políticas atingiram, sobretudo, as classes populares que ativaram o consumo interno.

Concordamos, assim como expõe Boito (2018), que a frente política neodesenvolvimentista, representada no plano partidário pelo PT, atendeu os interesses das distintas frações de classe dominante e das classes populares, mas priorizou os interesses da burguesia interna, fração hegemônica no bloco do poder neste período. Com o impacto tardio da crise econômica, a ofensiva restauradora, dirigida pela burguesia internacionalizada, ganhou respaldo da burguesia interna contra a ascensão da luta reivindicativa e das mobilizações das classes populares. A crise econômica e política marcou os anos finais do governo Dilma e culminou na deposição da então presidente.

Como vimos anteriormente, o sindicalismo, representado pelas maiores centrais sindicais, apoiou os governos petistas e compunha a frente política em posição subordinada, entretanto, não teve um papel de destaque na defesa do governo no processo de golpe parlamentar. Por mais que as direções, especialmente da CUT e da CTB tenham se oposto ao *impeachment*, suas bases sindicais não foram expressivas neste processo. O ajuste fiscal implementado pelo segundo mandato de Dilma Rousseff comprometeu as bases de sustentação daquele governo. A fim de

compreender a relação específica entre os governos do PT e o sindicalismo hegemônico, nos dedicamos à análise das teses, que serão tratadas na seção seguinte.

1.2 A relação dos governos do PT com a CUT e o sindicalismo

A partir da revisão bibliográfica, buscamos analisar a relação entre os governos do PT e o sindicalismo, em especial, com o objeto deste trabalho, a CUT. Partimos da compreensão que ambas as organizações, CUT e PT, apresentam uma forte vinculação, o que remonta à história das entidades e ao fato de que elas partilham, a princípio, do mesmo projeto político (8º CONCURTO, p.2) . Assim, a fim de abordar a relação entre o sindicalismo-CUT e os governos petistas retomamos um intenso debate realizado por diversos autores e autoras da Sociologia, que consideram: a relação entre a central e o partido, a estratégia e a ação implementada durante os governos petistas, bem como a complexificação do cenário sindical naquela década.

A estreita relação entre o governo do PT e o sindicalismo provocou um intenso debate, que tinha como pano de fundo, a discussão sobre o poder de influência e o papel que assumiu o sindicalismo durante os governos petistas. Seguindo a classificação de Prandi (2016), pode-se dizer que as teses levantadas pela bibliografia apresentam divergências significativas e podem ser divididas em dois grandes blocos: I) aquelas que identificam um transformismo e a cooptação do movimento sindical pelos governos do PT e uma consequente desmobilização (BRAGA, 2014; DRUCK, 2006; OLIVEIRA, 2003; SOARES, 2013); II) as teses que observam que o sindicalismo foi um agente político importante nos anos 2000, participando da frente neodesenvolvimentista de forma subordinada e com uma ação marcada pela moderação política das cúpulas sindicais (GALVÃO, 2014; MARCELINO, 2017;. BOITO, 2018). Além destas, analisadas também por Francisco Prandi (2016), destacamos uma tese recente que observa a estratégia de parceria social e os objetivos da CUT em defender os interesses dos trabalhadores por meio da inserção pelo consumo e pelo trabalho (COLOMBI,2020).

Em 2002, Lula da Silva escreveu a “Carta ao Povo Brasileiro¹⁴”, na qual afirmava, que seu governo seria organizado a partir de um novo pacto social, um novo modelo, baseado na ampla negociação com objetivo de assegurar o crescimento econômico. Com sua eleição para a Presidência da República em 2003, Lula da Silva criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), órgãos tripartites com a participação de centrais sindicais, de empresários e do governo com o intuito de debater as reformas, da previdência¹⁵, trabalhista¹⁶ e sindical¹⁷ (ANTUNES, 2018; BRAGA, 2016; COLOMBI, 2020; OLIVEIRA, 2010). Naquele contexto, a CUT, durante o 8º CONCUT referendou¹⁸ a estratégia de atuação nos organismos tripartites criados pelo governo, como expresso no Caderno de Resoluções:

¹⁴ Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Lula afirmou que “o novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2002).”

¹⁵ A reforma da previdência, sancionada em 2003, enfrentou a oposição de trabalhadoras e trabalhadores do funcionalismo público, sindicalistas e parlamentares. Naquele contexto, a CUT apresentou um discurso de autonomia frente aos governos petistas, mas aceitou participar dos espaços tripartites de negociação e não mobilizou as bases para se opor à reforma (MATTOS, 2003), o que levou à acentuação das dissidências internas e a rupturas no interior da central durante os anos 2000.

¹⁶ As propostas de reformas trabalhista e sindical, elaboradas no âmbito do CDES e do FNT, foram alvo de polêmicas e resistência, e não foram aprovadas em meio à crise política gerada em 2005 com os escândalos do “mensalão”. Porém, parte das medidas, aquelas ligadas à reforma sindical, foi contemplada pela Lei 11.648, elaborada pelo Ministério do Trabalho e aprovada em março de 2008. A lei estabeleceu as prerrogativas para o reconhecimento legal das centrais sindicais brasileiras. Além disso, apresentou os critérios de distribuição do imposto sindical, contemplando as centrais sindicais hegemônicas. A CUT, como maior central sindical do país, foi diretamente beneficiada por esta lei (ANTUNES, 2018; BRAGA, 2016; DRUCK, 2006; SOARES, 2013).

¹⁷ Ainda em seus primeiros congressos, a CUT firmou um posicionamento contrário a manutenção do imposto sindical. Segundo Denise Mota Dau, secretária nacional de Organização da CUT, em entrevista concedida à imprensa sindical, afirma sobre a pauta na reforma sindical: “a CUT apoia o projeto de reconhecimento das centrais que mantenha a contribuição sindical com a condição de que fosse criado esse grupo de trabalho para repensar as formas de financiamento do movimento sindical” (CUT, reconhecimento das centrais sindicais, 2008). A proposta da central é que as contribuições sejam mantidas pela contribuição negocial, votada em assembleia e vinculada às campanhas salariais dos sindicatos. Contudo, a proposta de contribuição negocial, decidida em assembleia, não foi encaminhada no fórum (FNT), e a lei de reconhecimento permitiu que as centrais sindicais fossem beneficiadas por aquele imposto.

¹⁸ A participação institucional nos organismos tripartites foi alvo de disputas internas à Central. A posição política expressa no Caderno de Resoluções do 8º CONCUT corresponde à fração hegemônica da entidade, a Articulação Sindical (ArtSind) que em conjunto com a CUT Socialista e Democrática (CSD), Corrente Sindical Classista (CSC), Articulação de Esquerda e Esquerda Marxista optaram por integrar tais organismos. As correntes minoritárias, a CUT independente, Classista e de Luta, e aquelas ligadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) foram contrárias à negociação nos fóruns, priorizando a mobilização social. O debate acerca da estratégia de ação da CUT acirrou as tensões internas, o que provocou dissidências no interior da central (COLOMBI, 2020, p. 66).

O compromisso com o projeto político representado pelo governo Lula significa também incentivar e participar de um diálogo permanente com diferentes setores da sociedade, nos espaços abertos pelo governo, além de propor e reivindicar espaços e formas de participação, nas mais diversas áreas de interesse público. O ambiente de mobilização política na sociedade é condição para o avanço das iniciativas contra-hegemônicas. Independentemente do grau de confusão que algumas iniciativas políticas possam trazer, é preciso valorizar o papel mobilizador presente em cada uma delas (...) A CUT, com o objetivo de desenvolver negociações com os patrões e o governo, sem nenhuma imposição ou limitação prévia, participará de atividades com as centrais sindicais e entidades patronais promovidas pelo novo governo (8ºCONCUT, 2003, p.8).

A participação das entidades sindicais nos organismos tripartites e de sindicalistas e ex-sindicalistas na composição de cargos e Ministérios do governo Lula, bem como as estratégias que a central apresentara suscitaram um intenso debate acerca da relação PT e CUT. Uma das primeiras teses a ter repercussão política e acadêmica sobre o sindicalismo durante os governos do PT foi elaborada por Francisco de Oliveira, para o qual os governos petistas provocaram uma “hegemonia às avessas”. O conceito foi utilizado para se referir à hegemonia de uma classe dominante, cuja lógica de subserviência ao capital foi operada por aqueles que detêm o poder político de Estado, no caso, a classe dominada. Este fenômeno Oliveira (2010) chamou de transformismo, isto é, quando as vitórias da classe dominada favorecem as relações de exploração postas pelos dominantes. A crítica apresentada por Oliveira (2003; 2010) colocou em debate o papel do sindicalismo naqueles governos, enfatizou o sequestro dos movimentos sociais pelo governo Lula, o que ocasionou o desaparecimento das entidades de classe da agenda política, provocou, ao mesmo tempo, uma forte desmobilização na classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Para Francisco de Oliveira (2003, p. 129), já no primeiro mandato de Lula da Silva, a política econômica, subjugada ao domínio do capital financeiro, acarretou o apagamento das divergências entre o PT e o PSDB. Tais políticas desencadearam a instrumentalização da miséria e da pobreza transformando-as em problemas de gestão de políticas públicas, ou seja, uma questão de administração, de gestão burocrática dos conflitos sociais, cujos custos seriam a despolitização generalizada das lutas sociais e o desaparecimento dos movimentos sociais da agenda política (2010, p.25). Oliveira (2003) destacou a incorporação de sindicalistas em altos postos da administração e Ministérios do governo Lula da Silva; que para ele, se tornaram eles mesmos administradores dos fundos públicos, estatais e fundos de pensão. A

tese do autor defendeu indica que houve a formação de uma nova classe social composta por uma casta de administradores, funcionários, na periferia do capitalismo globalizado, que se distanciou das bases e dos interesses históricos da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2003).

A tese defendida por Oliveira (2003, 2010) influenciou diversos autores *a posteriori*, e foi revisada pela vertente teórica que observa o transformismo e a cooptação do movimento sindical. E como diversos autores (DRUCK, 2006; BRAGA, 2010; SOARES, 2013) destacaram, o resultado do transformismo foi o “congelamento” das lutas sociais; e nesse contexto, para estes a luta de classes não avançou no campo político ou ideológico. Soares apresenta a concepção de transformismo (2013, p. 548):

Entendemos por transformismo, no sentido gramsciano, o movimento de cooptação política e ideológica desencadeado pelas classes dominantes sobre suas forças aliadas e/ou sobre as classes subalternas. Tal movimento de aproximação com o governo consiste em atrair para o campo político dominante os intelectuais orgânicos dos outros grupos sociais, seus dirigentes políticos e ideológicos, esvaziando sua postura crítica e decapitando as forças sociais oponentes de sua direção política.

Partindo de uma concepção semelhante, Ruy Braga mostrou que não se trata de uma “nova classe”, mas do caminho tomado pelo Novo Sindicalismo em direção à financeirização da burocracia sindical, isto é, em direção ao regime de acumulação financeira global. O grupo de sindicalistas preocupou-se com a rentabilidade e a liquidez dos fundos de pensão e, também, tratou de financiar fusões e aquisições de empresas (BRAGA, 2012). Segundo o autor, o que veio a se configurar como “lulismo” envolvia um consentimento das classes populares e das direções sindicais em relação ao governo:

[...] o lulismo representa uma “revolução passiva à brasileira” apoiada na unidade entre duas formas de consentimento popular: por um lado, o consentimento passivo das classes subalternas que, atraídas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao programa governista; por outro, o consentimento ativo das direções sindicais, seduzidas por posições no aparato estatal, além das incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão (BRAGA, 2012, p. 181).

Antunes (2018, p. 192) observou que a integração dos sindicalistas nas instituições do Estado transformou os dirigentes sindicais em novos gestores, o que consolidou uma prática de negociação. O fato de se beneficiarem das vantagens do aparato burocrático típico do sindicalismo cidadão levou à mudança substantiva das

lideranças e das práticas sindicais. A nova práxis sindical se baseou na política de conciliação de classes, na negociação com governo e os patrões, ações consideradas viáveis e realistas, próprias de um sindicalismo moderado, do qual a prática política se deslocava de um sindicalismo classista para um sindicalismo cidadão. Após a vitória do PT, a CUT se manteve alinhada com as ações e políticas do governo Lula, afastando-se de um sindicalismo crítico e independente dos governos — o que desorientou o movimento sindical quanto à resistência ao ideário neoliberal (ANTUNES, 2018, p. 202) — e ao sindicalismo de confrontação.

Pode-se afirmar que, para diversos autores deste primeiro bloco de teses que os órgãos tripartites foram instrumentos do governo para formar “consensos”, ao mesmo tempo, que resultou na integração das centrais sindicais ao aparato governamental (ANTUNES, 2018; DRUCK, 2006; SOARES, 2013).

Diferentemente das análises anteriores, Boito (2018), Marcelino (2017) e Galvão (2014) observam que o sindicalismo foi um importante agente político a partir dos anos 2000. Os aspectos importantes deste debate referem-se à capacidade de influência sindical nas decisões, nas formas de luta e nos resultados favoráveis aos trabalhadores decorrentes de negociações coletivas e das greves. Segundo Boito (2018), o sindicalismo brasileiro integrou a frente política que vigorou entre 2005 e 2014, tendo ocupado uma posição política subordinada. Para Boito (2018): “[...] o movimento operário e sindical não é a força hegemônica da frente, isto é, aquela que define os objetivos da luta, mas é a sua força principal, isto é, aquela da qual mais depende o sucesso da luta” (BOITO, 2018, p. 61). A frente neodesenvolvimentista foi composta pelas centrais: CUT, a Força Sindical, a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Pode-se afirmar que as maiores centrais sindicais formaram a base de apoio, mesmo que crítica, aos governos petistas (BOITO, 2018).

Segundo o autor, a participação da CUT, e de outras centrais como a Força Sindical, na frente neodesenvolvimentista, deu-se por meio de iniciativas que visavam à parceria com a fração da burguesia interna brasileira em torno no projeto de defesa da indústria, como no caso do seminário “Brasil do diálogo, da produção e do emprego”, organizado por aquelas centrais e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Além dessa ação, as centrais realizaram manifestações em

conjunto com empresários industriais contra a elevada taxa de juros, a carga tributária, entre outras medidas (BOITO, 2018, p. 195). A relação estabelecida com aqueles governos provocou práticas sindicais contraditórias. Boito (2018, p. 192) pontua:

I) ao expandirem os mecanismos institucionais de que os sindicatos dispõem em sua relação com o Estado e ao fomentarem uma aliança entre o movimento sindical e parte do patronato, estimulam a moderação política na cúpula do movimento; II) ao reduzirem o desemprego e permitirem uma recuperação do crescimento econômico, estimulam a luta reivindicativa e a obtenção de melhorias nas convenções e nos acordos coletivos.

Segundo Boito (2018), com a conjuntura econômica favorável e a redução do desemprego durante os primeiros governos petistas, melhoraram as condições de luta sindical, ampliando ações reivindicativas, contribuindo para recuperar o sindicalismo brasileiro. Pode-se afirmar que a participação do sindicalismo na frente neodesenvolvimentista trouxe ganhos para os trabalhadores e moderação política nas cúpulas sindicais. Segundo o autor,

A partir dos governos petistas, os interlocutores passam a ser um partido aliado e um patronato que, em parte, integra a frente política que sustenta esses governos. Assim, se a conjuntura econômica mais favorável verificada ao longo desses governos oferece ao sindicalismo mais chances de obter conquistas, esse arranjo político favorece a cautela, para que as conquistas atribuídas a esses governos não sejam ameaçadas. A moderação política não é, pois, fruto da mera participação de sindicalistas nas instituições governamentais e da ocupação de cargos no governo, mas de um processo mais amplo, que não se circunscreve às lideranças sindicais (BOITO, 2018, p. 193).

Para Boito (2018, p. 195), a participação do sindicalismo na frente neodesenvolvimentista impediu o encaminhamento efetivo e consequente da luta, dada a resistência por parte do patronato frente às determinadas pautas do movimento sindical como, por exemplo, a reivindicação de redução da jornada semanal do trabalho sem redução salarial, a regulação restritiva sobre a terceirização, etc. Dentre as pautas apresentadas pelo movimento sindical aos governos do PT, a mais bem-sucedida foi a política de valorização do salário mínimo, fruto de um acordo entre as centrais sindicais e o governo (BOITO, 2018, p.195). Contudo, a moderação sindical e a política não impediram a eclosão de conflitos.

Segundo Paula Marcelino (2017, p.205), a conjuntura política, econômica e ideológica favorável provocou, de 2004 a 2012, um ciclo ascendente de greves predominantemente ofensivas, por meio das quais os trabalhadores conquistaram melhores salários e ampliação de benefícios trabalhistas. Houve um salto quantitativo no número de greves entre 2011 e 2013, que ultrapassou a faixa de oitocentas para

2050 greves no setor público e privado. Contudo, a partir de 2013, o movimento grevista passa a apresentar outra característica, as greves tornam-se crescentemente defensivas.

Para Marcelino (2017, p. 202), o sindicalismo teve posição na frente política, entretanto, de forma subordinada. Marcelino analisa os indicadores da ação sindical: 1) que a conjuntura marcada pela redução do desemprego e a política de valorização do salário mínimo melhoraram as condições de luta; 2) que as políticas apresentadas pelos governos petistas reconheceram o sindicalismo como um interlocutor legítimo; 3) ocorreu uma associação entre as centrais sindicais hegemônicas e setores do patronato; 4) não ocorreram greves gerais contra a política econômica implementada pelos governos petistas; 5) a participação de sindicalistas no governo não inibiu a luta reivindicativa das bases, setores ativos na luta grevista eram também aqueles que tinham sindicalistas no governo; 6) setores que não tinham tradição grevista também se apresentaram naquela conjuntura por perceberem melhores condições de luta.

Segundo Marcelino e Galvão (2018, p. 87), ao contrário das teses que afirmam a integração do sindicalismo ao Estado, observam que o movimento não conseguiu aprovar a maior parte de suas pautas. A dificuldade de pautar as reivindicações fundamentais se deu pela fragilidade diante de outras forças políticas e à prioridade concedida aos interesses da burguesia interna durante o período neodesenvolvimentista (MARCELINO, 2017). Além disto, as características da estrutura sindical brasileira induzem fortemente ao economicismo, à dependência com relação ao Estado e à burocratização das lideranças e da atuação sindical (MARCELINO, 2017). Nas palavras das autoras, a dificuldade de aprovação das pautas mais amplas e históricas do sindicalismo se deu em virtude de:

(...) à natureza heterogênea da coalização política, o que faz com que os ganhos para os trabalhadores constituam limites para os interesses de um outro componente da frente neodesenvolvimentista: a grande burguesia interna, da qual fazem parte industriais e empresários do agronegócio; 2) à dificuldade de mobilizar os trabalhadores para uma pauta de direitos mais ampla, num contexto de crescimento econômico, pois a redução do desemprego e a melhora na distribuição de renda satisfazem os interesses imediatos de grande parte dos trabalhadores; 3) e às características dos principais fóruns tripartites criados pelo governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que não permitem uma influência decisiva dos sindicatos na elaboração das políticas públicas. [...] O CDES, por exemplo, que é integrado por representantes empresariais, sindicais, de movimentos sociais, do governo, além de intelectuais e personalidades de destaque em atividades culturais e filantrópicas, possui uma sobrerrepresentação empresarial. Em 2003,

48% dos conselheiros eram vinculados ao setor empresarial e 11% aos sindicatos. Essa disparidade se manteve e em 2010 a distribuição era de 44,3% e 18,8%, respectivamente (GALVÃO; MARCELINO, 2018, p.88).

Segundo Marcelino e Galvão, a crise política aberta no biênio 2015-2016 e a dissolução da frente neodesenvolvimentista culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff. Naquele contexto houve o realinhamento do sindicalismo para a defesa do governo, apesar deste não ter um papel de destaque nas mobilizações que marcaram o período. A fração hegemônica interna à Força Sindical participou do movimento de deposição de Dilma, das manifestações favoráveis à destituição da ex-presidente (MARCELINO e GALVÃO, 2018, p. 90). A CUT, a CTB e a Intersindical se articularam em defesa do governo, a palavra de ordem “Não vai ter golpe” ecoou em mobilizações nos anos de 2015, e “Fora Temer” em 2016. Segundo Galvão e Marcelino (2018), com o *impeachment* o sindicalismo assumiu uma posição defensiva no plano da política nacional, nas negociações coletivas, além das greves tornarem-se, em maioria, defensivas, ou seja, pela defesa do pagamento de salários atrasados, pela manutenção dos contratos e contra o descumprimento de direitos.

Para Marcelino e Galvão (2018), o apoio da maior parte das centrais sindicais aos governos Lula e Dilma, resultou em moderação política das cúpulas sindicais. As entidades sindicais não questionavam o modelo de desenvolvimento econômico e buscavam, na verdade, aperfeiçoá-lo. O sindicalismo, durante os governos do PT, permaneceu marcado pelo corporativismo estatal, um sindicalismo de cúpula, pouco enraizado no local de trabalho (MARCELINO e GALVÃO, 2018, p. 90).

Em concordância com a tese de moderação política das cúpulas sindicais e atenta às estratégias de ação sindical durante os governos Lula e Dilma, Ana Paula Colombi (2020) observa que durante os governos Lula, a CUT consolidou a estratégia de parceria social, a qual não implicou na subordinação ou integração completa ao Estado, e que, entretanto, não ocorreu sem contradições. Para Colombi (2020), a CUT apresentou uma bandeira de luta em torno do projeto de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, tema que esteve presente em mobilizações, tais como: as Marchas da Classe Trabalhadora, que nos anos de 2004, 2005 e 2006, tinham como pautas prioritárias a política de valorização do salário mínimo e a correção da tabela do imposto de renda (COLOMBI, 2020, p. 80).

A estratégia de parceria social, presente nos organismos tripartites, provocou a aproximação da central do setor produtivo e das entidades Federação das Indústrias

do Estado de São Paulo (FIESP), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Câmara Brasileira da Indústria de Construção (CBIC), Confederação Nacional do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo (CNC), principalmente pelas pautas de redução da taxa de juros e da correção da tabela do imposto de renda; ao mesmo tempo, no que tange à reivindicação de regulamentação do crédito consignado¹⁹ aproximou a central do setor bancário-financeiro. Ambas pautas, valorização do salário mínimo e crédito, implicaram, no decorrer dos primeiros mandatos petistas, na elevação do consumo dos trabalhadores (COLOMBI, 2020, p.162).

Segundo Colombi (2020), a estratégia de parceria social adotada pela CUT, tinha implícito a preocupação da central em negociar e defender os direitos dos trabalhadores enquanto consumidores. O que pode ser observado nos cadernos de resolução do 9º CONCUR:

O desenvolvimento da sociedade de consumo globalizada, nos moldes neoliberais, com o desmonte do Estado, as privatizações dos serviços públicos e a flexibilização das relações de trabalho, tornou a defesa dos direitos dos trabalhadores, enquanto consumidores, cada vez mais complexa e mais urgente (9º CONCUR, 2006, p.64-65).

Para a autora, a busca de concertação social apresentada nas ações da central, durante aquele período, afastou a entidade das relações de conflito capital-trabalho, o que a fez perder a capacidade de ser oposição aos interesses neoliberais. Para Colombi (2020), as contradições se acentuaram, quando a central transferiu os valores de cidadania e de igualdade para o de “democracia econômica” conquistada com a inserção pelo consumo, via mercado, favorecendo à acumulação capitalista em detrimento da luta pela ampliação dos direitos sociais. Com o governo de Dilma Rousseff, em uma conjuntura marcada pelo arrefecimento do crescimento econômico e de fortalecimento de crise política os pilares da parceria social passaram a erodir.

A revisão bibliográfica que fizemos abre questões importantes, que apresentam como pano de fundo o posicionamento crítico dos autores em relação a

CUT e sua relação com os governos eleitos pelo PT, além de uma concepção sobre o sindicalismo e a ação sindical. Consideramos que, nos anos 2000, a CUT adotou como estratégia a participação institucional e apresentou uma ação que priorizou a negociação e a defesa do cidadão, o que caracteriza um tipo de ação distinto do projeto de fundação da central e da defesa por autonomia, por liberdade e

¹⁹ O crédito consignado foi reivindicação da central e foi regulamentado pela Lei 10.820 de 2003.

pela independência do sindicalismo frente ao Estado. Trata-se de uma ação sindical que contrasta com o sindicalismo de contestação emergente com o Novo Sindicalismo. Como sustentamos anteriormente, a CUT e o PT partilham do mesmo projeto político, entretanto, não afirmamos que a central se tornou o próprio governo, mas sim que se comprometeu a aprimorar, no plano sindical, o projeto político apresentado pelos governos petistas.

Assim como entendemos que não se trata do desaparecimento da central da agenda pública ou de sua menor importância política, mas das consequências da estratégia de parceria social implementada por um sindicalismo propositivo, cujas raízes devem ser buscadas nos anos de 1990. Esse tipo de ação se intensificou durante os governos petistas, colocando a central como interlocutora nos espaços de negociação. A participação da central nas instâncias governamentais e uma atuação que buscou o consenso e a conciliação com o governo e empresários bloquearam a aprovação de pautas caras ao movimento sindical, que enfrentaram e enfrentam forte resistência por parte do patronato. Concordamos que a preferência pela participação institucional levou à moderação política nas cúpulas sindicais; mas como vimos, as condições econômicas favoráveis melhoraram as condições de luta e ampliaram a ação reivindicativa, com o aumento do número de greves.

A nossa análise priorizou a central e sua relação com os governos do PT, e se limita a compreender a ação da cúpula do sindicalismo, a CUT, que é uma central sindical hegemônica. Deste modo, não consideramos que existam elementos suficientes para analisar aqui se há total correspondência entre a cúpula sindical e as bases, ou de considerar o posicionamento das bases em relação aos governos, o que nos remete a questões que podem ser desenvolvidas de forma minuciosa em outro trabalho. Mas é indubitável que o cenário sindical permaneceu marcado pela atuação do sindicalismo hegemônico nas instâncias governamentais, pelo pluralismo de cúpulas e que ocorreu a complexificação do cenário sindical com a emergência de novas entidades de classe. Pode-se dizer, ainda, que o sindicalismo permaneceu marcado pelo caráter fortemente economicista e pela dificuldade de mobilização das bases para pautas mais amplas, isto é, aquelas que não se restringem aos ganhos econômicos imediatos de cada categoria profissional.

A nossa próxima seção trata especificamente do debate em torno da agenda feminista apresentada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no

contexto dos governos do PT. Essa agenda foi elaborada e discutida em conjunto com as mulheres da CUT.

1.3 Ações da CUT em conjunto com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)

O texto que segue busca considerar o debate público sobre as relações de gênero através da ação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), durante os governos do PT e no quadro de reivindicações apresentado pelas mulheres da CUT. O PT, no plano partidário, e a CUT enquanto central sindical, emergem, como vimos, da confluência das lutas do final de anos de 1970 no ABC Paulista e representavam o mesmo segmento dos trabalhadores que, naquele contexto, lutaram contra o regime ditatorial e pela democracia. Desde a ascensão de Lula à presidência, a CUT assumiu uma posição oficial de apoio, mesmo que crítico, àqueles governos.

No decorrer desta pesquisa, nos propusemos a entrevistar as sindicalistas da executiva da CUT e trabalhadoras de base. Dentre as perguntas, buscamos considerar a relação entre a CUT e o governo do PT. E sobre este aspecto, Rosane Silva (sindicalista, ex-secretária da SNMT – CUT) tratou desta relação discutindo os avanços para o campo democrático-popular durante os governos do PT. Ela afirma:

A CUT tem uma posição sobre o tema eleitoral desde 2002, porque até então, a CUT nunca apoiou oficialmente nenhuma candidatura à presidente da república, sempre a CUT liberava seus dirigentes para apoiar candidatos, claro que a maioria sempre apoiou o Lula, mas não tinha uma posição oficial da central. Em 2002, na plenária que fizemos em maio, que abriu um novo cenário na CUT, que naquela época, a gente debatia quem tinha a possibilidade real de ganhar o governo brasileiro e, portanto, como a classe trabalhadora era a sempre grande impactada pelas políticas de governo, nós da CUT não poderíamos deixar deste processo, ter opinião, debater opinião, mesmo para desmistificar essa coisa que a imprensa, que a própria política tradicional coloca que as pessoas não gostam da política, que a política não é feita para a classe trabalhadora. E quando Lula começa, inclusive, começa a debater a construção do PT, ele já questionava isso, que sim, se a gente não debater a política, se a gente não interferir na política, quem acaba sendo eleito é a parcela da elite que constrói a política e leis para cada vez mais explorar a classe trabalhadora. E que a classe trabalhadora só poderia ter avanços se ela tivesse representação nos espaços de poder seja no legislativo seja no executivo. E isso sempre balizou nosso debate, e por isso a CUT, desde 2002, sempre aprova a posição da central sobre as posições gerais no país com relação à presidente e governadores. Então, a gente apoiou o Lula em 2002, a gente apoiou o Lula em 2005, a gente apoiou a Dilma em 2010, a gente apoiou a Dilma em 2014 e apoiamos Haddad em 2018.

Como destacamos anteriormente, durante os governos petistas, a CUT participou dos organismos tripartites e foi base de apoio e de sustentação daqueles governos. Durante os governos de Lula e Dilma, as mulheres da CUT participaram das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM), coordenadas pela SPM que culminaram na elaboração de Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), como veremos adiante.

A Secretaria Nacional de Política para as Mulheres foi criada em 2003, no primeiro governo Lula. Segundo a então ministra da SPM, Eleonora Menicucci (2013), a política econômica e social adotada por Lula (2003-2010) teve como princípio a inclusão social, o que permitiu a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas. A autora afirma que secretaria, fundada com a missão de erradicar a desigualdade de gênero, rompeu com a dimensão “neutra” que permeava a concepção de direitos humanos e da cidadania. E que a questão de gênero, incorporada a partir daquele governo, permitiu reconhecer que as desigualdades que atingem as mulheres estão atreladas ao desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do país (MENICUCCI, 2013).

Durante os governos do PT (2003-2016) a SPM em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher coordenou quatro Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, que eram organizadas em conjunto com entidades da sociedade civil, dentre elas, a CUT, e construídas em âmbito municipal, estadual e nacional. No quadro que segue, estão contidos os eixos temáticos que orientaram a discussão no período, bem como a ampliação dos temas no decorrer das conferências.

SPM – PNPM: <u>Conferências e Planos</u>
1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres I PNPM (2004)
Tema: Políticas para as mulheres: um desafio para a igualdade em perspectiva de gênero.

Eixos do I PNPM:

- I. Autonomia e igualdade no mundo do trabalho;
- II. Educação inclusiva, não sexista, não racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica;
- III. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- IV – Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
- V – Participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão.

Vigência do plano: 2004-2007

**2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
II PNPM (2007)**

Tema: Desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do PNPM e avaliação das ações e políticas propostas no I PNPM. E a participação das mulheres nos espaços de poder.

Eixos do II PNPM:

- I. Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta;
- II. Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais;
- III. Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias;
- IV. Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia
- V. Enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas;
- VI. Gestão e monitoramento do Plano.

**3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
III PNPM (2013)**

Tema: Autonomia e igualdade para as mulheres

Eixos do III PNPM:

- I. Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica;
- II. Educação para igualdade e cidadania;

- III. Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
 - IV. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
 - V. Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão;
 - VI. Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social;
 - VII. Direito à terra, com igualdade para as mulheres do campo e da floresta;
 - VIII. Cultura, esporte, comunicação e mídia;
 - IX. Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência;
- Vigência do plano: 2013-2015.

Fonte: PLANO, 2004; 2007; 2013.

Assim como analisado por Marlise Matos e Isabella Lins²⁰ (2018), os princípios que orientam os planos se referem à autonomia, à igualdade, ao respeito à diversidade, à participação política, à universalidade dos serviços do Estado, ao caráter laico do Estado, à transversalidade como princípio orientador das políticas públicas. Como destacam as autoras, a primeira CNPM ocorreu com a consolidação da SPM e da reformulação do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, processo no qual a CUT obteve destaque, como veremos ainda nesta seção.

Assim como contido no documento dos Anais da 2ª CNPM, Nilcéia Freire, então Ministra da SPM, afirmou em sua exposição sobre o balanço do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que a 2ª Conferência marcou avanços importantes com a aprovação da Lei Maria da Penha, com o Programa Pró-Equidade implementado nas empresas públicas, com a ampliação do crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), com o aumento de secretarias, coordenadorias da mulher em estados e municípios, a aprovação da Conferência Anual sobre a mulher da América Latina e Caribe. A ministra destacou o objetivo estratégico do Governo Federal de fortalecer a democracia com igualdade de gênero, raça e etnia, a cidadania com transparência, diálogo social e garantia de direitos humanos em direção à paridade como uma meta que se pretende alcançar (ANAIS da 2ª CONFERÊNCIA, 2013).

Além da Ministra e de outras mulheres membros de governos municipais e estaduais e federais, Carmen Helena Ferreira Foro, atual vice-presidente da CUT,

²⁰ As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3241/9/Aula%207_Matos%20e%20Lins_CNPMs.pdf

falou como representante da sociedade civil e integrante do Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Ela afirmou:

Eu gostaria de me reportar ao rico processo de construção desta Conferência Nacional que teve início nas conferências municipais e estaduais. Nos encontramos em vários lugares e em vários estados fazendo uma avaliação do Plano Nacional de Política para as Mulheres, pudemos observar o grande envolvimento das mulheres em um processo democrático de participação e de proposição, processo este dotado de uma riqueza muito grande. Nesse debate, envolvemos mais de cento e noventa e cinco mil mulheres, e eu considero este um momento muito importante para o Brasil, porque pela primeira vez na história, em 2004, nós realizamos uma Conferência e elaboramos um Plano Nacional. (...) Vou colocar aqui três pontos que eu considero expressivos e importantes para pensarmos: as iniciativas feitas foram da maior importância, mas todas elas e as futuras deverão ser transformadas em políticas do Estado brasileiro, sem nenhuma dúvida este será o caminho, porque o Presidente Lula, o nosso Presidente, é o nosso Governante de plantão, mas o Estado brasileiro tem uma dívida muito grande com as mulheres e as políticas, precisam ser políticas de Estado. Esperamos que o próximo governante tenha o mesmo compromisso que tem tido esse governo. Em segundo lugar, nós entendemos que o orçamento para essas políticas é algo que precisa ser acrescido, não temos nenhuma dúvida de que é preciso fazer o investimento necessário para que as desigualdades entre homens e mulheres sejam coisas do passado na história do nosso país. Por último, um dos temas da Conferência Nacional de Política para as Mulheres é um antigo tema presente na nossa vida, está e continuará presente em nossos desejos: é a participação política; sem participação das mulheres nos espaços de poder demoraremos muito para que se possa ter um país democrático, com igualdade e com justiça social (ANAIS DA 2ª CONFERÊNCIA, 2013, p.11).

O depoimento de Carmem Foro contido nos anais da 2ª Conferência apresenta a realização da Conferência como um marco para as políticas de combate à desigualdade entre homens e mulheres no país. Foro coloca em evidência a participação democrática e popular das mulheres na elaboração dos planos, com destaque, através de sua representação, para a atuação da CUT no processo de elaboração dos planos (PNPMs). Além disto, o depoimento revela o posicionamento crítico da CUT em relação ao governo, na direção da construção de políticas de Estado, com orçamento próprio para a efetivação das ações de combate à opressão de gênero.

Os anais da 2ª Conferência apresentam um balanço e obstáculos enfrentados pelas mulheres e SPM para consolidar o I PNPM. Segundo o documento foram obstáculos à efetivação do plano:

[A] Fragilidade dos mecanismos institucionais de controle social das políticas públicas para as mulheres: número reduzido de conselhos; falta de autonomia política e/ou ausência ou baixa dotação orçamentária na maioria dos

conselhos municipais, estaduais e no CNDM [Conselho Nacional de Direitos das Mulheres]; falta de um programa nacional de capacitação de conselheiras; Ausência de órgão específico de gerenciamento de políticas públicas para as mulheres em muitos governos, nas esferas estaduais e municipais, com agravamento dos limites para ações transversais de gênero e políticas para as mulheres; Baixa divulgação e conhecimento do PNPM; Resistência de governos estaduais e municipais à pactuação do PNPM; Inexistência de um fundo dos direitos da mulher com dotação orçamentária nas esferas do Governo federal, estadual e municipal, para implementação dos programas e projetos municipais e regionais (ANAIS DA 2ª CONFERENCIA, 2013, p. 87).

Assim como expresso no balanço realizado pelas mulheres, a inexistência de conselhos sobre a temática de gênero em diversas esferas da administração pública, além da falta de um orçamento próprio impediram a efetividade do plano. Soma-se a estes obstáculos, a resistência por parte de governos estaduais, a falta de capacitação de profissionais para o atendimento e encaminhamento das políticas.

Segundo a avaliação exposta em entrevista de Rosane Silva, diretora e ex-secretária da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT) da CUT tanto o governo Lula quanto o governo de Dilma propiciaram o aumento da organização das mulheres e da luta de combate às opressões. Os temas que já eram parte da luta das mulheres da CUT, tais como o a reivindicação de creches, de igualdade salarial e da participação política, puderam ser alvos diálogo com o governo. Segundo a ex-secretária, com o governo Lula a central teve um papel importante na participação das CNPMs e, também, de reformulação do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, além de debater pontos específicos, contribuindo para a elaboração de programas, tais como o Programa Pró-Equidade, como se pode observar no depoimento:

Quando o Lula assumiu, a gente abriu um debate no interior do governo, mas também com os próprios movimentos onde a gente construiu uma fórmula de eleição do Conselho, e que a CUT, desde a primeira eleição, sempre participou deste espaço de controle social. O conselho não somente fazia o controle social de todas as políticas que estavam sendo desenvolvidas pelo governo Lula e Dilma, mas também o conselho participava ativamente no processo de construção das Conferências, desde a Conferência Municipal até a Conferência Nacional. E além disto, dentro do próprio governo, se construiu dentro da Secretaria de Mulheres um programa Pró-Equidade que era um programa que tinha como objetivo construir um conjunto de políticas, com participação do governo e da sociedade civil, mas também das empresas, na perspectiva de proporcionar igualdade de oportunidades no mundo do trabalho. E isso gerou que várias empresas públicas, Petrobrás, BNDS, Eletrobrás, Caixa Econômica Federal, um conjunto de empresas tinha este programa onde tinha o princípio de estimular a participação das mulheres, promover a igualdade de oportunidades.

Menicucci (2013) afirma que as ações da SPM, das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPMs) e as diretrizes dos Planos Nacionais de

Políticas para as Mulheres (PNPMs) foram traçadas com o objetivo de garantir a transversalidade de gênero nas políticas públicas governamentais²¹. A estratégia de transversalidade foi um marco na elaboração das políticas públicas e está presente em depoimentos das sindicalistas da CUT. Como afirma a autora, o conceito refere-se à estratégia para alcançar a equidade entre homens e mulheres. Assim, a transversalidade deve estar presente na elaboração de políticas públicas de igualdade, a fim de remover obstáculos, barreiras estruturais e culturais. Assim como expresso no documento:

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, conseqüentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres (CEPAL; SPM, 2005, p. 5).

A concepção de transversalidade de gênero foi adotada pela CUT, como aponta o depoimento de Rosane Bertotti, da Secretaria Nacional de Formação da central,

[...] temas de raça e mulheres são temas muito fortes na [Secretaria de] Formação, são temas que permeiam tanto de forma, na transversalidade (...) temas que permeiam num processo de debates acalorados. São temas fortes em debates. Na Secretaria de Formação trabalhamos estes dois pontos como pontos estruturantes da nossa política nacional de formação. E na transversalidade, porque entendemos que não tem como você discutir um programa de formação, em que ele discute como se organiza, como é que se estrutura a sociedade e para que serve o sindicato, qual o papel do sindicato. E antes disso, você discute tudo, como é que se constitui a história. Então, você não tem como fazer esta discussão se você não compreender como é que é isso, a relação com a vida das mulheres, quanto à discriminação da ocupação do espaço, a preservação do poder, a questão salarial. Não tem como fazer esta discussão estrutural se você não interpreta a escravidão neste país, portanto, como isto reflete na vida de negros e negras deste país. Então, para nós, estes temas são estruturais.

A partir do depoimento de Rosane Bertotti, da Secretaria de Formação da CUT, observa-se que tanto a SPM quanto a CUT aderiram à concepção de transversalidade de gênero na elaboração de políticas públicas. Como afirmou Bertotti, para a Secretaria de Formação, os temas de gênero, raça e classe são

²¹ A transversalidade de gênero foi apresentada como uma estratégia proposta na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em 1995, em Beijing. Como apontam Andrade, Meyer e Barzotto (2019), a utilização do termo provocou um intenso debate sobre a sua tradução, os distintos significados atribuídos ao conceito e os limites de sua amplitude na gestão pública.

estruturais e devem ser observados a partir da transversalidade a fim de reconhecer as desigualdades existentes em diversos campos, tais como as esferas de representação e poder, as formas de discriminação, a questão salarial.

Segundo Prá (2010), a concepção de transversalidade de gênero permitiu incorporar na agenda pública temas que não eram considerados prioritários, considerando que, para “transversalizar” o enfoque de gênero, seria necessário romper com as visões políticas tradicionais e buscar equidade em todas as esferas da vida social, construir políticas públicas de enfrentamento às desigualdades em função da raça/etnia, crença religiosa, deficiência, geração ou orientação sexual, das mulheres, que são também discriminadas nestes grupos pela seu gênero.

Para Menicucci (2013), o PNPM estabeleceu as diretrizes para a efetivação da Lei Maria da Penha²², uma conquista importante do movimento feminista. O combate à violência contra a mulher, que ganhou uma lei própria em 2006, levou ao aumento das denúncias e de sua visibilidade. No ano de 2013, a presidente Dilma Rousseff lançou o programa *Mulher: viver sem violência*, que incluía a ampliação da Central de atendimento 180 e da Casa da Mulher Brasileira, bem como campanhas educativas e adequação dos serviços de saúde e segurança²³ (MENICUCCI, 2013).

A Secretaria contou, a partir de 2012, com a Coordenação Geral da Diversidade, que reafirmou o compromisso com as mulheres negras, indígenas, lésbicas, jovens e idosas, com deficiência (MENICUCCI, 2013, p. 334). Outra ação de destaque da Secretaria foi a campanha *Mais Mulheres no Poder*, que ocorreu nos anos de 2008 e 2009. Seu objetivo era estimular a participação das mulheres na discussão sobre a legislação referente às cotas por gênero, a qual possibilitou a efetivação da política de ação afirmativa, as cotas partidárias.

Além dessas medidas, Menicucci (2013) salienta uma importante conquista das mulheres da SPM em conjunto com a deputada Benedita da Silva, relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Trabalhadoras Domésticas, aprovada

²² A lei objetivava prevenir e coibir a violência contra a mulher nas suas distintas manifestações: física, moral, sexual, patrimonial, psicológica, além de responsabilizar seus agressores. Em 2017, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) debateu a aplicação da lei para mulheres trans e casos jurídicos de violência contra as mulheres trans já são julgados no país com base na compreensão de identidade de gênero.

²³ Por meio do decreto 8.086, de 30 de agosto de 2013, o governo federal e a SPM instituíram o Programa Mulher: Viver sem Violência, com o objetivo de ampliar os serviços públicos para o enfrentamento à violência contra a mulher, visando a integração dos atendimentos de saúde, justiça, assistência social e de promoção da autonomia financeira.

na Câmara dos Deputados, em 2013, que conferiu a extensão dos direitos trabalhistas para esta que é a maior categoria profissional no Brasil. Apesar dos avanços, Menicucci (2013) afirma que pautas como a inclusão da temática de gênero nos currículos escolares e em relação à necessidade de reconhecimento do trabalho de reprodução social como responsabilidade coletiva não avançaram.

Nas nossas entrevistas, em diversos momentos, quando indagadas sobre os avanços na agenda feminista, as sindicalistas referiram-se às leis sancionadas e aos programas sociais implementados durante os governos do PT. Como observamos no depoimento da presidenta da Confederação Nacional dos/as Trabalhadores/as do Ramos do Vestuário (CNTRV), Cida Trajano, houve um grande impulsionamento da luta:

Havia uma grande luta das mulheres, uma grande reivindicação, isso organizado pelos movimentos sociais, pelas entidades sindicais, pelos partidos políticos de esquerda, em relação a toda a discriminação e falta de oportunidade que nós mulheres sofremos. E nos governos Lula e Dilma nós tivemos um grande reconhecimento, um grande impulsionamento [...] a fazer com que as mulheres tivessem também oportunidades. E uma das questões, uma não, várias delas, que foram importantes, foi quando se trabalhou a questão de subsídio para a agricultura. Que muitas mulheres aqui são da agricultura familiar. [...] na questão do Minha Casa, Minha Vida, isso foi super importante, nas questões da campanhas de publicidade, e no que diz respeito à Lei Maria da Penha, não só a lei, mas as políticas desenvolvidas para que se pudesse dar condições para que de fato a Lei Maria da Penha pudesse ser exercida. [...] Políticas afirmativas ocorreram várias; isso também no mundo do trabalho, que nos deu a oportunidade de discutirmos inclusive nas campanhas salariais, nas convenções e acordos, fazendo com que os direitos das mulheres fossem mais respeitados, enfim, elevando os direitos dentro do seu local de trabalho.

O depoimento de Rosane Bertotti elenca ações implementadas pelos governos Lula e Dilma no tocante ao gênero feminino:

[...] no Bolsa Família, primeiro (o benefício) tem de ser em nome das mulheres. Isso é resultado de uma constatação de que é de responsabilidade das mulheres cuidar da vida dos filhos e, também, é uma constatação de que, muitas vezes, a pobreza tem cor e tem gênero. Então, só que isso é resultado desta construção política, do debate e da organização. E a partir do momento que tem essas possibilidades, começa a constituir políticas públicas [...] Coisas que para mim foram importantes foi um conselho, de fato, a institucionalidade do Conselho sobre a política para as mulheres. E, a partir deste conselho, a Conferência de Mulheres. Por exemplo, eu sou agricultora familiar, então antes do governo Lula, no debate da reforma agrária, por exemplo, foi institucionalizada a titularidade da terra. Isto não é pouca coisa. É muita coisa a mulher poder ter direito à titularidade da terra, específica de financiamento [...]. Por exemplo, você tinha financiamento específico para as mulheres, para a geração de renda. Se você olhar por este lado do campo, acho que foi um aspecto importante. Acho que outra política bastante importante foi para a violência contra as mulheres. A visibilidade que teve a violência contra a mulher, ela foi forte. [...] Quando você tem aumento do

salário mínimo, você tem necessariamente um aumento significativo na vida das mulheres. Quando você pega dados da Educação você vai perceber que o grande avanço, não tenho exatamente os números, mas houve a educação das pessoas.

Segundo Prá (2010), a agenda feminista abarca uma multiplicidade de temas, entretanto, suas reivindicações não obtiveram o mesmo reconhecimento social ou potencialidade de se tornarem objetos de políticas públicas, por exemplo, a luta contra a violência doméstica teve mais aceitação social do que a luta pela efetivação dos direitos reprodutivos. Assim, pautas da agenda feminista não foram discutidas ou não foram aprovadas, tais como: a isonomia salarial, legalização e descriminalização do aborto e a inclusão do tema “gênero” em currículos escolares. Reivindicações do movimento feminista que tem sido, inclusive, secundarizadas no debate público institucional. Nas entrevistas, buscamos considerar as reivindicações não aprovadas, e no depoimento de Rosane Silva, ela destacou os obstáculos à aprovação de reivindicações:

Primeiro que temos uma sociedade ainda muito conservadora, tem alguns temas que ainda são muito tabus, o tema do aborto tem uma oposição muito forte na sociedade brasileira. Então, em momentos, teve um ou outro momento que a gente conseguiu avançar dentro do governo, mas acabava travando justamente por causa dessa oposição forte, sem falar que no Congresso Nacional, já tinha uma bancada, muito forte, da bíblia, já nos governos Lula e Dilma que foram cada vez mais se consolidando e crescendo. Essa bancada organizava fortemente a luta contra a legalização do aborto e com os populares “fake news” que já era uma realidade na sociedade brasileira de longa data, que não aconteciam através das redes, elas aconteciam diretamente no embate político mesmo, quando a própria bancada da bíblia trazia argumentos completamente falsos sobre esse tema da legalização do aborto. E mesmo no interior do movimento sindical já que somos um espelho da sociedade, também a gente tem companheiras e companheiros que acabam, muitas vezes, se pautando mais nesse debate pela posição de suas igrejas do que, de fato, o que era o debate que a gente fazia dentro da CUT. Ter aprovado o tema da legalização do aborto já no início dos anos 90, a CUT tem uma posição pela legalização do aborto, mas mesmo dentro do interior da central esse debate ainda é muito truncado.

Dentre as medidas que foram aprovadas e efetivadas, os programas sociais implementados pelos governos Lula e Dilma atingiram as mulheres como visto nos diversos depoimentos. Bila Sorj e Adriana Pontes (2010, p. 59) analisam a forma com que o Programa Bolsa Família e a política de extensão do ensino infantil contribuíram para a autonomia das mulheres, que mesmo não sendo instrumentos específicos para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, podem resultar na integração da mulher ou dissuadi-la. Como destacam as autoras, o Programa Bolsa Família foi criado em 2003, de forma muito semelhante aos programas criados na América Latina

depois da segunda metade dos anos de 1990. Tinha como objetivo a transferência monetária às famílias pobres com o intuito de interromper o ciclo de pobreza das gerações e de reforçar o exercício de direitos sociais básicos, como a saúde e educação, por meio do atendimento de suas condicionalidades por parte da família.

Segundo Sorj e Pontes (2010), o programa Bolsa Família e a ampliação da educação infantil apresentam lógicas de gênero distintas, que produzem resultados para a autonomia das mulheres de formas também diferentes. O programa Bolsa Família transfere renda para as mulheres e as incumbe como mães de combater a transmissão intergeracional da pobreza. As autoras destacam que as mulheres beneficiadas pelo programa apresentam taxa de participação no mercado de trabalho, jornadas de trabalho e salários mais baixos quando comparado com as que não recebem. Já no que se refere à ampliação da educação infantil, distinto do Programa Bolsa Família, a medida impacta na vida das mulheres como trabalhadoras, que ao apoiar a inserção da mulher no mercado de trabalho, contribui para socializar os cuidados com a família. Sorj e Pontes (2010, p. 73) afirmam:

Recompensar as famílias tendo como contrapartida a especialização funcional das mulheres na dedicação ao cuidado dos filhos reforça a divisão sexual do trabalho e, como vimos, enfraquece o seu vínculo com o mercado de trabalho. Provavelmente, o principal desafio a ser superado pelas políticas públicas no Brasil é o de conciliar o combate à pobreza com a promoção da autonomia das mulheres; mais especificamente, substituir as políticas de combate à pobreza com forte viés maternalista por políticas que fomentem a melhoria do nível e da qualidade de participação das mães no mercado de trabalho, sempre que a autonomia das mulheres for o valor social almejado. Outro desafio a ser enfrentado concerne à mudança na distribuição das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres. Ainda que esse debate público não se tenha estabelecido no Brasil, mudanças na estrutura familiar e na composição sexual do mercado de trabalho mostram sua grande importância nos dias de hoje.

Até o presente momento não é de conhecimento comum o balanço realizado pela CUT sobre a ação da central na defesa dos interesses imediatos e históricos das mulheres trabalhadoras, destacando as questões de gênero, as reivindicações apresentadas e aquelas implementadas durante os governos petistas. Como visto, a central participou ativamente da reformulação do Conselho de Direitos das Mulheres e da construção das Conferências Nacionais organizadas pela SPM que objetivavam a elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e a avaliação das ações implementadas.

A SPM, criada em 2003, durante o governo Lula, foi presidida por Nilcéa Freire e Eleonora Menicucci, extinguida por meio da Medida Provisória (MP) 696 em 2 de outubro de 2015, com a reforma ministerial realizada durante o segundo governo de Dilma Rousseff. Este processo culminou na junção das Secretarias, Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria de Direitos Humanos. Com isto, a SPM perdeu seu status de Ministério, dando origem ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH).

Como exposto anteriormente, durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, houve a aprovação de pautas oriundas do movimento feminista e do quadro de reivindicações das mulheres cutistas, que resultaram no avanço legislativo, em especial, com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) e a Lei do Femicídio (13.104 de 2015), a lei de cotas de gênero para os partidos políticos²⁴ (Lei 12.034 de 2009), a regularização do trabalho doméstico²⁵ (Lei Complementar 150 de 2015). Além disto, os depoimentos das sindicalistas destacaram que as mulheres foram beneficiadas pelos programas sociais implementados pelos governos de Lula e Dilma, tendo prioridade no recebimento de benefícios e de titularidade²⁶.

Cabe salientar que determinadas reivindicações não foram debatidas ou aprovadas durante os governos Lula e Dilma. Consideramos que o encaminhamento destas reivindicações, tais como, a legalização e descriminalização do aborto, a inclusão do ensino sobre gênero nos currículos escolares, a aprovação de medidas para a população LGBTQIA+, entre outras, foi comprometido em decorrência de questões já apontadas nesta e em outra seção. Em síntese, pode-se inferir que foram obstáculos, no plano sindical a estratégia de parceria social, a posição subordinada do sindicalismo, os limites da ação sindical em mobilizar as trabalhadoras para pautas

²⁴ IBGE divulgou em 2018, dados de 2017 sobre a participação das mulheres na vida pública e nas decisões. Segundo consta no documento, no que tange à representação política, 10,5% dos assentos da câmara dos deputados são ocupados por mulheres; em 2016, dentre os cargos gerenciais, 60,9% são ocupados por homens e 39,1% ocupados por mulheres. No mundo, as mulheres ocupam 23,6% dos assentos (IBGE, 2018).

²⁵ Reivindicação histórica de Laudelina de Campos Melo, da CUT e Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD). Ver em: Dossiê Trabalho Doméstico. SOUZA, Juliana, 2018; Roberts, Madeleine, Revista Mundos do Trabalho, 2018; . Ver, também, Empoderamento econômico das mulheres no Brasil (OXFAM, 2018).

²⁶ Portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nº 981 de 2.10.2003 concede à titularidade das terras a ambos os cônjuges quando houver a união; de acordo com o art. 189 da Constituição Federal de 1988. Segundo o Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária (SIPRA), no começo dos anos 2000 apenas 13% das mulheres detinham a titularidade das terras, e nos anos de 2008 e 2019, o índice ultrapassou os 48%. <https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/cresce-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>

mais amplas que a reivindicação econômica. Além disto, a forte resistência da chamada “bancada da bíblia”, que no Congresso Nacional, reúne setores conservadores e religiosos, que apresentaram e continuam a apresentar uma forte oposição a efetivação dos direitos das mulheres.

No próximo capítulo, buscar-se-á apresentar as principais teorias que fundamentam a perspectiva das mulheres do campo democrático-popular: a teoria acerca da divisão sexual do trabalho, que embasa as discussões dos cadernos de subsídios ao debate interno e externo da central, conceito também presente nos diversos depoimentos das trabalhadoras de base e das sindicalistas e que orienta os planos de luta e ações reivindicativas. E além desta, a teoria da reprodução social, que de forma ampla, oferece uma análise sobre a crise da reprodução social em âmbito internacional. Este último conceito também se faz presente nos documentos e depoimentos das mulheres-cutistas,

2 Divisão sexual do trabalho – uma perspectiva teórica

O capítulo que segue tem como objetivo apresentar quais os fundamentos da crítica feminista às relações de gênero para o projeto democrático-popular. Como se observou nos documentos e nas entrevistas, esta posição está embasada nas teorias acerca da divisão sexual do trabalho que trabalharemos neste texto. Considerando que o PT no plano partidário, a CUT como central sindical, e os movimento sociais feministas Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Margaridas compõem este projeto à esquerda do espectro político, e que estas entidades partilham de um projeto político amplo e estabelecem entre si relações de apoio e parceria. Assim, nos dedicamos a compreender a perspectiva feminista adotada pelas entidades com o objetivo de apresentar a agenda feminista para o período estudado, bem como as reivindicações que foram indicadas e as ações que foram construídas para o período.

Nas entrevistas realizadas com as sindicalistas e trabalhadoras de base dos sindicatos filiados à CUT, essas mulheres destacaram, de distintas formas, a opressão na vida e no trabalho. Em grande parte dos depoimentos coletados, as mulheres da CUT e do movimento feminista e sindical, apontaram para a desigual divisão sexual do trabalho, a opressão pelo patriarcado e para a articulação de gênero, raça e classe. Cada uma a seu modo denunciou a subinserção das mulheres no mercado de trabalho, a violência de gênero e a desigual participação de homens e mulheres no âmbito do sindicalismo.

Como exposto nos depoimentos que coletamos, a análise da divisão sexual do trabalho é uma prioridade para a compreensão da opressão de gênero. Sobre o tema, Rosane Silva (sindicalista, ex-secretária da SNMT – CUT) afirma:

A gente tem que debater com homens e mulheres, e com os governos, a divisão sexual do trabalho, que não é uma tarefa somente das mulheres ou do Estado, os homens têm que participar ativamente da divisão sexual do trabalho. Fazer um debate como esse, sem uma construção coletiva, na minha opinião, vai ser só para dizer que fez, não vai fazer um debate de qualidade. (...) A gente tem trazido esse debate do compartilhamento das responsabilidades domésticas do trabalho entre homens, mulheres e o Estado e a sociedade brasileira. Para nós, a luta central é a luta por restaurantes coletivos, por creches, que a gente conseguiu, no governo da presidenta Dilma, avançar um pouco neste debate da creche porque a gente considera que a divisão sexual do trabalho tem que ser parte do conjunto da sociedade e não somente de uma parte da sociedade brasileira. O que eu sempre digo, se tu tens uma família em casa, todos comem, por que todos não podem produzir o que comem? Por que tem que ser a mulher a produzir a comida? Se todos gostam de roupas limpas e cheirosas, por que que todos

não podem participar de deixar essas roupas limpas e cheirosas? (...) Para quem gosta tanto da bíblia não tem em nenhum lugar da bíblia que tarefa doméstica é uma responsabilidade das mulheres. Foi o patriarcado, o machismo que construiu essa divisão. É o momento de a gente debater e desconstruir isso na sociedade e é ganhando, de fato, a sociedade, em particular, os companheiros homens para esse debate, mostrando para eles que eles podem sim dividir as tarefas domésticas. A gente nem quer que eles “ajudem”, a gente quer que eles dividam, de fato, as tarefas domésticas.

No depoimento concedido por Rosane Silva, ela destacou a importância de pensar a divisão sexual do trabalho e as políticas para atender a reprodução social a fim de alcançar igual responsabilidade de homens e mulheres no âmbito das tarefas domésticas. A mesma preocupação se observa na fala de Edjane, secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que discute esta relação com a Marcha das Margaridas, a partir da perspectiva das mulheres do campo. Ela afirma:

A questão própria da autonomia. Primeiro que, nós mulheres, mesmo fazendo o trabalho na roça, que é assim que a gente chama lá no Nordeste, “a roça”, a gente não era reconhecida como trabalhadora. Era dependente do marido, do pai, do irmão. É como se o nosso trabalho acabasse sendo invisível. A marcha trouxe muito isso, esse é um aspecto, e outro, é a divisão sexual do trabalho mesmo, acho que embora discutido, bastante debatido, mas ainda é muito caro para nós mulheres, o trabalho doméstico. Até, agora, na pandemia, a gente percebe que a questão, a tarefa das mulheres aumentou significativamente, com as crianças em casas, nós somos a maioria que cuidamos dos idosos, da nossa casa, temos que trabalhar, enfim... Então, isso sim contribuiu significativamente com a necessidade de a gente discutir ainda mais a divisão sexual do trabalho, mas é uma questão muito forte para nós, mulheres do campo, continua sendo.

Os diversos depoimentos concedidos, dentre eles, o de Sônia Coelho, da Coordenação da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), tratam da invisibilidade e gratuidade do trabalho considerado feminino que, atravessado por relações de gênero, raça e classe, contribuem para perpetuar a desigualdade entre homens e mulheres. Nas palavras de Sônia:

Para nós, a gente tem como base a divisão sexual do trabalho. Na linha de entender que as desigualdades de raça, de classe de gênero não são desigualdades só no âmbito da cultura e de todos os âmbitos da sociedade e ela se materializa na divisão sexual do trabalho. Para nós esta é a base material da desigualdade entre homens e mulheres e brancos e negros. Para nós é uma questão fundamental. A gente tem atuado a partir desta perspectiva (Sônia Coelho, da Coordenação Nacional da MMM e da SOF).

Isto posto, este capítulo reconstrói, em parte, as teorias feministas contemporâneas, a fim de elucidar conceitos fundamentais do feminismo apresentado pelas mulheres da central e do movimento feminista a ela alinhado. Buscar-se-á

considerar os conceitos utilizados pelas mulheres em seus depoimentos destacando sua importância para uma crítica feminista à opressão das mulheres.

2.1 A divisão sexual do trabalho

O texto que se tem em mãos é parte da revisão bibliográfica, que objetiva considerar os fundamentos da crítica feminista às relações de gênero apresentado pela CUT e pelo movimento feminista a ela alinhado. Desde o início da pesquisa buscamos a aproximação entre os depoimentos das mulheres às teorias feministas. Sabendo que o feminismo abrange vertentes distintas, recorreremos à bibliografia e destacamos os conceitos de divisão sexual do trabalho e de reprodução social, sendo ambos fundamentais para a compreensão dos discursos sindicais, dos depoimentos e dos documentos da central e da militância feminista alinhada à CUT. Compreender a teoria feminista que embasa as ações da central, nos dá elementos para analisar os programas, plataformas e planos de luta. No texto que segue, buscamos tratar dos conceitos da forma com que foram apresentados e revistos na história.

Ainda no século XIX²⁷, uma das primeiras análises sobre a relação entre a dominação masculina e a sociedade de classes foi realizada por Engels em *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1902). A obra discorre sobre as sociedades baseadas na linhagem de parentesco e o surgimento da sociedade de classes, ancorada na propriedade privada dos meios de produção. Engels defende que as sociedades de linhagem apresentam uma estrutura social básica, à qual se referem as linhas e relações de parentesco, que podem ser ligadas ao clã do pai (patrilineares) ou ao clã da mãe (matrilineares). Para Engels, com a mudança dos casamentos coletivos para os casamentos monogâmicos e o surgimento da propriedade privada, o matriarcado e a linhagem matrilinear foram derrotados. A partir dessa transformação, tornaram-se direitos garantidos aos homens o controle da

²⁷ A relação entre gênero e classe tem uma longa trajetória. Antes de Marx e Engels, em 1844, Flora Tristán publicou a *União Operária* (TRISTÁN, 2015), obra na qual discorre sobre a importância da construção da união universal dos operários e operárias. Para Tristán, essa organização da classe trabalhadora, a fim de combater seu isolamento e fragmentação, tinha como objetivo defender o direito ao trabalho e à organização. Segundo a autora, para constituir a classe operária era necessário garantir recursos para sua organização por meio de uma cotização voluntária. Dentre outras medidas, Tristán defendeu a garantia à educação sólida para as mulheres e crianças, uma justa recompensa para o trabalho, bem como denunciou a violência e combateu a ideologia de inferioridade da mulher. Por meio de sua obra, a autora interpela as mulheres da classe trabalhadora a exigirem seu reconhecimento como sujeitos de igual direito, assim como destaca a necessidade de sua organização.

capacidade reprodutiva da mulher e a sucessão dos filhos e da propriedade privada, enquanto a mulher sofreu a perda das relações de parentesco. Engels afirma:

Em um artigo manuscrito [...] elaborado por Marx e por mim em 1946, encontro o seguinte: “A primeira divisão do trabalho foi a que ocorreu entre homem e mulher visando à geração de filhos. E hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino [...] O casamento monogâmico foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, ao lado da escravidão e da riqueza privada, a época que perdura até hoje, em que cada progresso constitui simultaneamente um retrocesso relativo, em que o bem-estar e o desenvolvimento de uns se impõem pela dor e pela opressão de outros (ENGELS, 2019, p. 68).

A obra, escrita sob influência das análises antropológicas da época, contém equívocos e foi alvo de diversas críticas. Segundo Cinzia Arruzza (2019), não é possível comprovar a existência de um matriarcado original e, ao mesmo tempo, não se deve confundir “matriarcado” com “linhagem matrilinear”, já que este último não se configura necessariamente como uma estrutura cuja posição da mulher seja de prestígio ou de poder. Contudo, pode-se afirmar que a obra permitiu, naquele contexto, questionar a ideologia de inferioridade natural das mulheres ao revelar os diferentes papéis sociais atribuídos a elas nos distintos modos de produção e, principalmente, tecer críticas significativas à família burguesa.

A concepção defendida por Marx e Engels sobre a opressão e a exploração da mulher influenciou sobremaneira a produção acadêmica e o movimento operário a respeito de emancipação das mulheres. Tais ideias reverberaram em partidos políticos ao redor do mundo, influenciaram a militância e as pautas apresentadas e discutidas nas Internacionais Comunistas – principalmente na II Internacional com Clara Zetkin²⁸ e August Bebel²⁹ – e tiveram especial impacto na Revolução Russa³⁰, que desencadeou avanços significativos para as mulheres da classe trabalhadora. As

²⁸ Clara Zétkin contribuiu significativamente para a análise da família, destacando sua reflexão sobre a perda da função produtiva da mulher com o capitalismo. Ela defendeu o direito ao trabalho, à educação, ao voto, a criação de organizações especiais para as mulheres dentro dos partidos e a isonomia salarial. Zétkin também editou os jornais *A Operária* e *A Igualdade*, em 1891 e 1892.

²⁹ Autor de *Woman and Socialism*, publicada na Alemanha em 1879, antecedendo a análise de Engels.

³⁰ O *Novo Estatuto da Família*, legislação sobre a família que vigorou na União Soviética, permitiu romper com as leis e costumes antecedentes, orientados pela Igreja e pela dominação masculina sobre a mulher. O código civil de 1918 (reelaborado em 1920, 1927) conferiu igual *status* para homens e mulheres, estabeleceu direitos iguais, facilitou o divórcio, eliminou a atribuição de “chefe de família” ao homem, posteriormente legalizou o aborto, eliminou a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos etc (GOLDMAN, 2014; ARRUZZA, 2019).

contribuições de Marx e Engels podem ser percebidas de maneira destacada na intervenção da socialista Alexandra Kollontai³¹. As teses marxistas continuam até os dias atuais sendo alvo de crítica e revisão no âmbito acadêmico e nas entidades da classe trabalhadora.

Sabemos que a entrada da mulher na esfera da produção não lhe conferiu emancipação, autonomia ou equidade. A supressão das relações de propriedade privada na experiência do socialismo real não foi suficiente para colocar fim às relações patriarcais (DELPHY, 2015, p.100) e os partidos comunistas e socialistas não se opuseram aos retrocessos causados pelo chamado socialismo real³², o que provocou inúmeras críticas ao feminismo marxista e/ou socialista.

A revisão daquela teoria acarretou a produção de outros constructos teóricos. No século XX, na França, a teoria social contemporânea, impulsionada principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970³³ pelo movimento feminista, permitiu romper com as categorias “cegas ao sexo”, para as quais a pretensa neutralidade referia-se, sobretudo, ao masculino. Naquele contexto, destacou-se a teoria desenvolvida por Cristine Delphy (2015). A pesquisadora e militante do movimento de libertação das mulheres criticou as análises marxistas e propôs a elaboração de uma teoria materialista da opressão. Segundo ela, ao aplicar o materialismo histórico à situação das mulheres, ocultou-se, especificamente, a relação que elas estabelecem com a produção. Desse modo, para a autora, as teses marxistas anteriores não poderiam explicar a opressão comum de forma satisfatória ao analisarem-na como consequência da exploração do proletariado e da luta de classes.

Para Delphy (2015), o movimento de libertação das mulheres encontrava-se frente a uma dupla exigência, teórica e política: “entender as razões estruturais que fazem com que a abolição das relações de produção capitalistas em si não baste para

³¹ Em 1919, Alexandra Kollontai assumiu o Departamento da Mulher do Partido na URSS e defendeu as posições bolcheviques sobre a emancipação da mulher, considerando sua inserção no trabalho, o direito à educação e a socialização do trabalho doméstico.

³² Refere-se, sobretudo, ao stalinismo (GOLDMAN; 2014; ARRUZZA; 2019).

³³ Período popularmente conhecido como *segunda onda do feminismo*. Sabemos que a periodização do movimento feminista em termos de “ondas” é alvo de críticas, principalmente frente às lacunas históricas que apresenta. Entretanto o utilizamos por considerarmos que, além de ser frequentemente mobilizado, permite situar o debate naquele período histórico. Atribui-se a “primeira onda” ao século XIX, com a luta pelo sufrágio feminino. O feminismo de “segunda onda” de meados dos anos de 1950 aos anos de 1970, marcado pelos estudos sobre a condição feminina e a teoria da opressão. E o feminismo “de terceira onda” com forte influência da interseccionalidade e da pós-modernidade.

libertá-las; [desta forma, tornava-se necessário] constituir-se como força política autônoma” (DELPHY, 2015, p. 100). Delphy afirma que o feminismo materialista, ao analisar a participação da mulher na produção, destacou a realização do trabalho doméstico, do cuidado com os filhos etc., como atividades produtivas exercidas de forma gratuita; e concluiu que a relação específica das mulheres com a produção é comparável à servidão. Contudo, para essa autora, era necessário ainda evidenciar as relações entre a natureza dos bens e serviços domésticos e o modo de produção desses bens e serviços, com o objetivo de estabelecer a linha política e a perspectiva do movimento de libertação das mulheres.

Conforme o argumento da autora, as mulheres “são excluídas do mercado (da troca) enquanto agentes econômicos, e não sua produção” (DELPHY, 2015, p. 102). Considerando a família como uma unidade de produção, cujo pai é a autoridade, o trabalho da mulher e dos filhos, segundo a autora, normalmente, lhe pertence. Os bens produzidos pela família podem ser consumidos por esta ou também comercializados, de modo que não há distinção entre seu valor de uso e valor de troca. Por isso, Delphy (2015), ao partir da premissa de que a produção realizada pelas mulheres possui um valor de troca, conclui que coexistem dois modos de produção na sociedade baseados na divisão sexual do trabalho realizada no âmbito da família. O serviço doméstico, a criação dos filhos e fabricação de algumas mercadorias são atividades realizadas pelo modo de produção doméstico, familiar, enquanto outras mercadorias provêm do modo de produção industrial. Tem-se, assim, a exploração patriarcal e a exploração capitalista. Dessa forma, Delphy (2015) definiu capitalismo e patriarcado³⁴ como sistemas distintos que incidem um sobre o outro.

³⁴ Segundo Adriana Piscitelli (2001), as feministas argumentavam que a dominação masculina as excluía da história, da política, da atividade teórica e passaram a se dedicar a revisões a partir do “ponto de vista feminino”, o que levou a uma efervescência acadêmica nos anos de 1990 e a um acúmulo sobre a situação da mulher. Esse conceito foi utilizado amplamente para demonstrar como a subordinação da mulher e o caráter machista da opressão de gênero esteve presente em discursos acadêmicos e políticos. Entretanto, sem analisar seus componentes, sua dinâmica e o desenvolvimento histórico, o conceito esvazia-se e torna-se meramente sinônimo de dominação masculina. Por “patriarcado” pode-se depreender um sistema político tratado como essência, invisível, trans-histórico, trans-cultural, trans-geográfico, que objetiva oprimir as mulheres (PISCITELLI, 2001, p. 7). No mesmo período começaram a ser desenvolvidas as primeiras análises que utilizavam o conceito de gênero. O termo, que foi utilizado pela primeira vez na medicina por Robert Stoller, ganhou destaque nas análises feministas posteriores, substituindo “patriarcado”. No período posterior abriu-se um grande debate sobre a adoção dos conceitos de gênero e de patriarcado, sendo ambos alvos de crítica. No Brasil, o conceito de patriarcalismo esteve presente em diversos autores do pensamento social brasileiro, e foi mobilizado por diversas feministas. Algumas autoras defenderam que o conceito de gênero não permitia evidenciar o vetor da dominação; outras afirmaram que o uso de ambos os conceitos não é excludente e que “gênero” possibilitou substituir as expressões “relações entre homens e mulheres”,

Para Delphy (2009), o inimigo principal, isto é, a causa da opressão das mulheres é o patriarcado. O conceito não é novo e, no âmbito da sociologia, encontra-se na obra weberiana como forma de dominação para se referir a associações econômicas e familiares, cujo domínio se estabelece de acordo com regras hereditárias, postas pelo patriarca. A definição feminista do conceito ganhou notoriedade entre as militantes na década de 1970 e substituiu as expressões “subordinação”, “sujeição das mulheres” e “condição feminina”, passando a designar um sistema político que estrutura a exploração das mulheres pelos homens. Em outras palavras, uma formação social na qual os homens detêm o poder (DELPHY, 2009).

De acordo com Delphy (2015), tornava-se necessário, para o movimento feminista, atacar a “falsa consciência”, a identificação das mulheres com a classe social dos seus maridos e, ao mesmo tempo, fazer com que elas tomassem consciência da sua posição determinada pelo modo de produção patriarcal. Segundo essa concepção, ser membro da classe patriarcal é mais importante que ser membro da classe capitalista (ARRUZZA, 2015, 2019). A consequência, para esta concepção, é que os laços de solidariedade entre as mulheres da classe capitalista e da classe trabalhadora se sobrepõem às classes fundamentais do capitalismo. Partindo desse pressuposto, poderíamos pensar que os explorados pelos membros masculinos da família (classe exploradora), sejam as esposas de migrantes, sejam as esposas de capitalistas, compõem a mesma classe ou partilham os mesmos interesses materiais.

Seguimos Arruzza (2019) quando a autora afirma ser notório que as mulheres, trabalhadoras e capitalistas, penalizadas pela opressão, produzem valores de uso, assumem o trabalho de reprodução social e que pode haver ações em unidade entre essas mulheres, considerando-se os interesses comuns sobre os corpos, a sexualidade, a sua autodeterminação (ARRUZZA, 2019, p. 107). No entanto, tal como Arruzza (2019), não podemos afirmar que as mulheres formam uma classe antagônica

“relações sociais de sexo”, “condições sociais da diferença sexual”, sem que se eliminasse o conceito de patriarcado. Os conceitos de gênero e de patriarcado têm diferentes recepções; na França, por exemplo, o primeiro é pouco utilizado. Por fim, cabe destacar que consideramos “gênero” como aquilo que designa a construção socio-histórica, cultural, atribuída às diferenças sexuais. Este é um longo debate, sobre o qual não iremos nos deter aqui.

aos homens; ou ainda que as relações de opressão, mesmo que transversais – envolvendo todas as classes sociais –, atinjam as mulheres da mesma maneira.

Na França, durante os anos de 1960 e 1970³⁵, o debate provocado pelo movimento feminista e o desenvolvimento das teorias acadêmicas levou progressivamente à revisão das categorias consideradas “cegas ao gênero”. Se nos anos anteriores a análise sobre a mulher permanecia como um “campo regional” de um universo científico tradicional, sem questionamentos sobre os conceitos e pressupostos universalistas já estabelecidos, nos anos subsequentes, diversas análises ganharam destaque, sobretudo as produzidas pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) (HIRATA, 1989). As pesquisas realizadas permitiram caracterizar o tipo de trabalho exercido pelas mulheres, sua inserção em atividades que não exigiam qualificação, em processos de trabalho repetitivos e parciais, e sua exposição frequente a situações vexatórias e machistas protagonizadas pela supervisão e chefia – ações que reforçam a dominação sobre a mulher no local de trabalho. Essas análises contribuíram sobremaneira para modificar, inclusive, a concepção sobre o que é trabalho.

Segundo Helena Hirata (1989), as teorias sobre a opressão, fundamentadas em conceitos marxistas, produziram um novo instrumento teórico até então inexistente, isto é, o trabalho doméstico e sua relação com o capitalismo. As pesquisas posteriores sobre o trabalho doméstico passaram a considerá-lo tanto quanto o trabalho profissional, o que possibilitou a reflexão nos termos de divisão sexual do trabalho. Segundo Danièle Kergoat (2009), no primeiro momento, o conceito objetivava articular as duas esferas, doméstica e profissional, mas logo passou a um segundo nível de análise: a relação decorrente do grupo dos homens e das mulheres, as relações sociais de sexo, tema que trataremos adiante.

Ainda conforme Kergoat (2009), o conceito de divisão sexual do trabalho aparece pela primeira vez na antropologia³⁶, sendo utilizado para explicar a

³⁵ Naquele contexto, havia um ascenso do momento operário, do movimento estudantil, do movimento de libertação das mulheres e dos movimentos anti-imperialistas e anticolonialistas.

³⁶ No século XX, Levi Strauss afirmou que a sociedade e a cultura pressupõem a troca de mulheres, em que um homem recebe a mulher de outro. Esta relação garantiria a proibição das relações sexuais consanguíneas e, dessa forma, estabeleceria o tabu do incesto, por meio da troca de mulheres entre grupos diferentes. Segundo essa teoria, a divisão sexual do trabalho produz uma relação de dependência recíproca entre os sexos e regula ao mesmo tempo a troca de mulheres. A teoria de Levi Strauss, que não foi comprovada pelos estudos antropológicos, é superada pelas teorias recentes, além de ter sido revisada pelo próprio autor (ARRUZZA, 2019).

“complementaridade” entre as atividades realizadas por homens e mulheres. Entretanto, foram as antropólogas feministas que lhe conferiram um novo conteúdo, demonstrando que não se trata de relações complementares, mas sim de relações de poder dos homens sobre as mulheres.

Para Hirata e Kergoat (2007), o conceito de divisão sexual do trabalho pode apresentar duas concepções. De acordo com a primeira, defendida pelas autoras, a divisão sexual do trabalho possibilita demonstrar que as desigualdades entre homens e mulheres são sistemáticas e, além disso, que a sociedade se utiliza dessas desigualdades para hierarquizar atividades e sexos, criando um sistema de gênero. A segunda consiste em um entendimento sociográfico, que analisa a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, considerando os ofícios e profissões, e propõe a discussão acerca da divisão social do trabalho doméstico entre homens e mulheres. Essa segunda concepção da divisão sexual do trabalho contribuiu para a produção de indicadores sobre a igualdade profissional na França. As duas concepções resultaram, por um lado, em análises que constataam as desigualdades entre homens e mulheres, considerando-as como acúmulo e/ou soma de desigualdades e, portanto, como conciliação das tarefas; e, por outro lado, deram ensejo a pesquisas que objetivavam remontar ao surgimento dessas desigualdades, buscando considerar o sistema que dá origem a elas. Hirata e Kergoat partilham, sobretudo, dessa última reflexão. Segundo as autoras, o conceito de divisão sexual do trabalho pode ser definido como:

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fato prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Para Hirata e Kergoat (2007), o conceito de divisão sexual do trabalho apresenta dois princípios organizadores: o princípio de separação, o qual discrimina o trabalho de homens do trabalho de mulheres, e o princípio hierárquico, segundo o qual se atribui maior valor ao trabalho do homem do que àquele realizado pela mulher. Ambos os princípios podem ser aplicados para diversas sociedades, quando considerado um processo de legitimação específico, a ideologia naturalista. Tal ideologia naturalista reduz o gênero ao sexo biológico e afirma, desse modo, que os papéis sociais sexuais correspondem a um destino natural da espécie, além de

endossar a concepção de inferioridade natural da mulher. As autoras destacam que a divisão sexual do trabalho não é imutável e suas modalidades variam, de modo que a inserção das mulheres no mercado ou, ainda, uma atividade exercida por mulheres numa dada formação social pode ser considerada “masculina” em outra sociedade.

Kergoat (2009) defende que o feminismo materialista deve partir da análise das relações sociais, considerando-as como uma tensão que atravessa o campo social e marca uma disputa entre grupos sociais com interesses antagônicos; elas são relações de dominação e de poder. Assim, homens e mulheres formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo³⁷ (KERGOAT, 2009, p. 67). O conceito *relações sociais de sexo* permite que os grupos sejam apreendidos um em função do outro, analisando-se tanto o arranjo social como suas transformações. Os conceitos de *relações sociais de sexo* e de *divisão sexual do trabalho* estão diretamente relacionados, de modo que o conflito entre os grupos antagônicos, homens e mulheres, ocorre em torno do trabalho e das suas divisões.

O emprego do conceito de divisão sexual do trabalho cunhado por Kergoat (2018) obedece a alguns imperativos. O primeiro imperativo é materialista e pressupõe que o gênero, a raça e a classe são relações de produção, que no seu cruzamento reproduzem a exploração, a dominação e a opressão. O segundo imperativo refere-se ao caráter histórico das relações sociais cuja dinâmica influi sobre sua permanência e transformação. E, por fim, um terceiro imperativo versa sobre as invariantes das relações sociais, os princípios que regulam seu funcionamento, como por exemplo: a divisão social do trabalho se modifica no tempo, mas seus princípios de organização são, como já indicamos, de separação (trabalho de homem e da mulher) e de hierarquia (o trabalho do homem vale mais do que o trabalho realizado pela mulher).

Segundo Kergoat (2007; 2009), as relações de gênero, raça e classe são consubstanciais e podem ser encontradas, por exemplo, no trabalho de cuidado ou

³⁷ Em francês há duas palavras que permitem distinguir dois níveis de apreensão da sexuação do social (tornar o social sexuado): *rapport* e *relation*. O significado da palavra *rapport* se refere à tensão antagônica que, na divisão sexual do trabalho, produz interesses contraditórios entre os grupos sociais, homens e mulheres (KERGOAT, 2009, p. 72). Já por *relation* entende-se as relações concretas e intersubjetivas que os grupos mantêm entre si, como expõe a autora, “as formas sociais ‘casal’ ou ‘família’, que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações (*rapports*) sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e, também, espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexuação do social” (KERGOAT, 2009, p. 72).

comumente denominado com a palavra equivalente em inglês, *care*. Este ramo profissional, que abrange o trabalho das babás, da empregada doméstica ou de cuidados com idosos etc., é marcado pela taxa crescente de atividade de mulheres e está relacionado, nos países de capitalismo central, ao aumento dos fluxos migratórios femininos. Desta maneira, o trabalho de *care* funciona como um instrumento para análise das relações de classe, gênero e raça que permite refletir sobre o surgimento de uma classe (operária não-industrial e feminina), bem como sobre novas relações de classe. Ele possibilita observar o deslocamento dos problemas do trabalho doméstico superexplorado e verificar a racialização vinculada às etnias que realizam este trabalho revelando, também, as novas formas de concorrência entre trabalhadoras e trabalhadores dos países do Sul e do Leste. A autora conclui que, no trabalho de *care*,

Vemos bem como as três relações são inseparáveis e não somente se reforçam, mas se co-produzem mutuamente: a relação de classe reforçada pelos processos de naturalização, de racialização e de “generização” do trabalho de *care*; a racialização, a qual os empregos domésticos estão particularmente sujeitos, reforça e legitima a precarização (e, portanto, as relações de classe) e a “generização”; a relação de gênero exacerba a relação de classe na medida em que a feminização dessas últimas é um fenômeno novo para o corpo social e, portanto, para o qual ainda não há uma resposta, e reforça as relações de raça pela sua naturalização (KERGOAT, 2010, p. 103).

Para Hirata e Kergoat (2007), os intensos debates da década de 1970 produziram uma nova maneira de pensar o trabalho que provocou um duplo movimento. Primeiro, a reflexão impulsionada pela organização de mulheres ocasionou a tomada de consciência de uma opressão específica, pois a base material era o enorme volume de trabalho realizado gratuitamente no âmbito da família (trabalho doméstico e de cuidados), enfatizando supostas características femininas tais como: de ser para os outros, em nome do “amor”, da “natureza” e “dever materno” (KERGOAT, 2009, p. 68). No segundo movimento, a esfera do trabalho assalariado, como *lócus* do trabalhador masculino, branco e qualificado, foi profundamente alterada, dentre outros motivos, pela feminização da força de trabalho.

Esse duplo movimento impulsionou diversas pesquisas e abriu novos campos de análise, tais como: qualificação, tempo, emprego e desemprego, o trabalho de cuidado, o acesso das mulheres ao mercado, políticas de emprego e políticas para a família, mobilidade social, produtividade etc. Contudo, as citadas autoras destacam que, simultaneamente à ampliação do uso do conceito nas diversas teorias, ocorre

um declínio da força subversiva do conceito de divisão sexual do trabalho, tornando-se usual nas ciências humanas, especificamente na sociologia. Assim, Hirata e Kergoat (2007) consideram que as análises se restringiram a constatar desigualdades e descrever os fatos em termos de “dupla jornada”, “acúmulo” ou “conciliação de tarefas”, como se o trabalho doméstico fosse meramente um apêndice do trabalho assalariado.

O conceito utilizado por Kergoat também foi alvo de críticas. Para Arruzza (2017), as críticas à literatura feminista e socialista/marxista durante os anos de 1980 abriram espaço para teorias de sistemas duplos e triplos³⁸, mas tais elaborações reproduzem uma visão fragmentada do mundo social (ARRUZZA, 2017, p. 43). Conforme aponta a autora, o conceito de consubstancialidade permite demonstrar as interconexões recíprocas entre gênero, raça e classe, destacando seu caráter dinâmico e histórico. Entretanto, esta concepção conduz a um duplo equívoco. O primeiro é partilhado por muitas feministas materialistas e se refere à premissa de que as relações de gênero, raça e classe são relações de produção, sendo que cada uma destas relações apresenta um sistema próprio e que juntas produzem um sistema unificado ou uma totalidade (ARRUZZA, 2017, p. 44). Arruzza reconhece que o conceito tem o mérito de demonstrar como estas relações formam um sistema, contudo, a teoria não explica o porquê as interações ocorrem. A autora afirma: “Na medida em que tudo determina tudo mais, a noção de determinação perde sua função explicativa e torna-se impossível evitar uma regressão infinita nas cadeias causais” (ARRUZZA, 2017, p. 45).

Pode-se dizer que o conceito de divisão sexual do trabalho é bastante consolidado na Sociologia e demais campos de pesquisa em gênero, e que este é também imprescindível para compreender os discursos e práticas sindicais apresentados pelas mulheres da CUT e do movimento feminista a ela alinhado. Em outras palavras, é através da perspectiva crítica feminista da divisão sexual do trabalho que as mulheres têm realizado a crítica à opressão de gênero e ao machismo, o que se pode observar nas reivindicações internas e externas apresentadas nas plataformas e plano de luta da central e dos movimentos sociais a ela alinhados.

³⁸ Teorias que visam a articulação de sistemas distintos, patriarcado, capitalismo e colonialismo.

Através da revisão bibliográfica, buscamos mapear a divisão sexual do trabalho no Brasil, tema da nossa próxima seção. Nosso objetivo com esse mapeamento é elucidar a divisão sexual do trabalho, a desigual participação das mulheres, os obstáculos enfrentados por elas em diversas categorias de trabalho. A análise que segue obedece à critérios cronológicos e está amparado na pesquisa acadêmica sobre gênero e trabalho no Brasil.

2.2 Mapeando a divisão sexual do trabalho no Brasil

Na ocasião do 13º CONCUR entrevistamos trabalhadoras e trabalhadores dos sindicatos filiados à central. O tema da divisão sexual do trabalho foi apresentado de distintas formas e de acordo com a análise que cada trabalhadora ou trabalhador detém de sua própria categoria. Entrevistamos, homens e mulheres, dos diversos ramos da CUT, da indústria, do setor de serviços tais como o de educação, de saúde, trabalhadores do campo sindicalizados filiados à central. Dos diversos depoimentos, selecionamos aqueles que permitem elucidar a composição por gênero das categorias que compõem a central. Elas são, sobretudo, os setores que aglutinam mais mulheres, de acordo com a atual divisão sexual do trabalho no país.

A respeito da composição por gênero da categoria de enfermagem, Cleonice afirma:

Eu sou auxiliar de enfermagem há mais de 30 anos. No meu sindicato é uma exceção, porque como nós fazemos parte de uma categoria em que mais ou menos 80% são mulheres, e aí tem uma variedade, porque não têm só mulheres, têm homens também, mas a maioria são mulheres. A luta é dura, é árdua, porque você sabe, a mulher tem uma sobrecarga, porque além do trabalho, ela tem tripla jornada, ela trabalha, ela cuida da casa, cuida de filhos e o serviço não para. É complicado (Cleonice, auxiliar de enfermagem).

Cleonice destacou ao longo do seu depoimento a luta para as mulheres alcançarem a paridade e chegar à presidência do sindicato, além de enfatizar o trabalho realizado no âmbito doméstico, o acúmulo da dupla e as vezes tripla jornada. Na mesma linha, Luiza Batista Pereira (presidenta da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas -FENATRAD) chamou atenção para o trabalho doméstico, atribuído às mulheres, que é invisibilizado e muitas vezes, não visto como um trabalho ou profissão. Ela afirma:

Infelizmente não basta ser mulher, tem que ser mulher, mas tem que ser uma mulher consciente, porque na classe trabalhadora existem as hierarquias e nosso trabalho é visto como um trabalho inferior. Porque além de ser

invisibilizado ele é executado dentro de uma casa. É diferente de uma empresa e tal. Nosso trabalho é visto quando ele não está pronto, não está executado. Você chega numa casa, ela está limpa, está arrumada. É o que se espera de uma casa, limpa e organizada. Agora, aquela pessoa que executou, ela não é vista como uma pessoa que realizou um trabalho, seja ela dona de casa ou não. Quantas mulheres deixaram de se realizar profissionalmente para cuidar dos filhos e do marido, cuidar da casa? (...) Eu gostaria de dizer que mesmo com esta herança maldita da época da escravidão, que nós mulheres, principalmente nós mulheres, que carregamos até hoje, eu gostaria de dizer que o nosso trabalho não propicia o lucro direto, mas que ele propicia o lucro indireto. O nosso trabalho é a base da organização da sociedade, o trabalho doméstico também é profissão (Luiza Batista Pereira, trabalhadora doméstica aposentada, FENATRAD).

Além das categorias de enfermagem e do trabalho doméstico, outra categoria composta em maioria por mulheres é a educação. Valéria, professora, filiada ao Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo (SINPEEM) observou as mudanças recentes, discutindo o empoderamento das mulheres no âmbito da família e do trabalho. No seu depoimento ela afirma:

Olha, a educação é composta majoritariamente por mulheres. Então, as mulheres — acredito que sempre tiveram empoderamento — que as próprias não reconheciam. Acredito que agora, pela composição familiar que de uns tempos para cá está acontecendo nas famílias brasileiras, as mulheres tiveram que tomar a frente de suas casas, as mulheres tiveram que reorganizar o seu ambiente de trabalho, mostrando a sua forma realmente. Quando eu entrei para educação a maioria das gestões era masculina, mesmo sendo majoritária na composição da educação, as mulheres. Eram muitos homens nas coordenações, nas direções. Hoje, não. As coisas estão mudando muito. As mulheres estão tomando a frente de determinadas posições. Elas querem ser diretoras, elas querem ser coordenadoras e elas tomam conta de uma escola tranquilamente (Valéria, professora, SINPEEM).

Pode-se dizer, como veremos, que nas últimas décadas houve um crescimento significativo da categoria de teleoperadores, do setor de telemarketing, que também é composta por maioria de mulheres. Na entrevista com o diretor³⁹ Reneo Augusto, ele destacou a participação desigual das mulheres nos cargos de chefia e direção:

No meu sindicato, setor de telemarketing, que é um dos pilares do sindicato, a maioria são mulheres, de fato, mas a dificuldade entre conciliar a vida profissional com a vida acadêmica, deixa para o sindicato pouco tempo para poder investir nisso. Então, nós pensamos formas de envolvimento, que incluem o cuidado com as crianças, o apoio com as crianças, alternativas para viabilizar que elas se aproximem, mas é uma batalha muito difícil, uma

³⁹ Direção do sindicato dos trabalhadores em empresas de telecomunicação, transmissão de dados e correio eletrônico, telefonia móvel e celular, serviços troncalizados de comunicação, radiochamadas, telemarketing, projeto, construção, instalação e operação de equipamentos e meios físicos de transmissão de sinal, similares e operadores de mesas telefônicas do Estado do Rio de Janeiro – SINTTEL-RJ.

disputa cotidiana muito complicada. Enquanto a maioria da categoria de telemarketing, especificamente neste recorte, é de mulheres, na chefia, na supervisão e na coordenação, a maioria são homens, sem dúvida (Reneu Augusto, sindicato do setor de telemarketing).

A composição destas categorias não é aleatória e obedecem aos critérios da atual divisão sexual do trabalho, como observamos na revisão bibliográfica. As primeiras pesquisas sobre o trabalho considerado feminino e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, realizadas no Brasil, inclusive precedem a elaboração e a popularização do conceito de divisão sexual do trabalho.

Nos anos de 1960 e 1970, Helleieth Saffioti (1982; 2013) foi pioneira neste campo de análise na Sociologia e suas pesquisas buscaram articular as relações de opressão da mulher e a exploração capitalista. Esta análise contribuiu para refutar concepções equivocadas, localizar e caracterizar a força de trabalho feminina, além de tematizar o trabalho doméstico, a violência contra a mulher, as relações gênero, raça e classe, entre outros. Segundo Saffioti (2013, p. 331), a tese de que a participação da mulher no mercado de trabalho aumenta conforme o grau de desenvolvimento econômico-social do país, ou ainda, que quanto mais se desenvolvem as forças produtivas maior é o número de mulheres economicamente ativas é, na verdade, uma ideologia.

Para a autora, a passagem das sociedades pré-capitalistas para as sociedades capitalistas aproveita apenas de forma parcial a força de trabalho feminina. O advento das sociedades capitalistas representou a diminuição das funções produtivas exercidas pelas mulheres (SAFFIOTI, 2013, p. 331). No Brasil, a “sociedade tradicional”, patriarcal, não representou um atraso da economia brasileira, ela teve um papel “auxiliar” ao desenvolvimento capitalista. Ou seja, a marginalização da força de trabalho feminina no sistema de bens e de serviços, amplamente “justificada” pela concepção de papéis tradicionais femininos, favoreceu a acumulação capitalista, principalmente devido à desigualdade entre os salários de homens e mulheres. Saffioti (2013, p. 332) afirma:

Sempre que haja necessidade premente de baixar os custos de produção, seja em virtude de atravessar a sociedade o período de acumulação originária, seja pela necessidade de elevar seu ritmo de crescimento econômico, o recurso ao emprego maciço da força de trabalho feminina tem-se revelado extremamente vantajoso para os empreendedores capitalistas.

Nesse sentido, ocorre o favorecimento da acumulação capitalista por meio da marginalização de grande parte da população feminina do “sistema produtivo de bens

e serviços”. Como resultado e dá a “apropriação de maior *quantum* de *mais-valia*”, provocada pela enorme diferença entre os salários dos homens e das mulheres. (SAFFIOTI, 2013, p. 343).

Pode-se dizer que as análises realizadas por Saffioti contribuíram sobremaneira para enfatizar uma característica estrutural do mercado de trabalho e da divisão sexual do trabalho no país. Nos estudos sobre o trabalho feminino, a autora destacou a presença marcante das mulheres na indústria têxtil e do vestuário, problematizou o padrão doméstico dos trabalhos atribuídos às mulheres e a composição de um enorme exército industrial de reserva. Tais análises evidenciaram as fontes da desigualdade e da discriminação atribuindo-as aos papéis de gênero, antes mesmo da elaboração do conceito de divisão sexual do trabalho, mas é, sobretudo, o posicionamento crítico frente ao debate sobre a libertação da mulher que a autora ilumina. Segundo ela “ao lado da dupla jornada feminina de trabalho, os dados sobre os diferenciais de salários entre homens e mulheres colocam em xeque a “teoria” que defende a ordem social competitiva como aquela que propicia a libertação da mulher” (SAFFIOTI, 1982, p. 126).

Anos após Saffioti, Elizabeth Souza-Lobo (2011) acentuou a crítica aos conceitos e teorias tidos como “neutros” no campo da Sociologia, e nos mostrou que as sucessivas análises realizadas sobre a classe trabalhadora negligenciaram a inserção da mulher. Com *A classe trabalhadora tem dois sexos*, a autora demonstrou o caráter ideológico do ocultamento da mulher em nome da unidade de classe e da sua suposta homogeneidade.

De um lado subsiste uma concepção de homogeneidade de classe operária que por sua vez remete a um conceito de classe construído exclusivamente a partir do lugar na produção, como se fosse possível separar relações sociais e relações de produção [...] um segundo argumento é oposto às tentativas de aproximação da heterogeneidade da condição operária. Através dele assimila-se heterogeneidade à fragmentação-divisão e utiliza-se o espantalho da divisão da classe para reafirmar a determinação da estrutura produtiva de onde se deduz a classe como sujeito homogêneo (SOUZA-LOBO, 2011, p. 125).

Para Souza-Lobo (2011), a separação das esferas da produção-reprodução impossibilitava a real compreensão sobre a divisão sexual do trabalho, de modo que produzia o ocultamento das relações assimétricas de gênero, da discriminação dos postos de trabalho, das diferenças de qualificação, e da veiculação de um discurso

sindical sobre as operárias dissociado daquele veiculado pelas próprias trabalhadoras (SOUZA-LOBO, 2011, p. 125).

Além disto, a análise realizada por Souza-Lobo demonstra que se nos anos de 1970 as mulheres estavam concentradas em “áreas tradicionais”, como as do setor têxtil, vestuário e de calçados; nas décadas seguintes, as mulheres passaram a participar de outros ramos, principalmente da indústria metalúrgica. Souza Lobo (2011), que acompanhou o avanço das mulheres para novos setores, dedicou-se a analisar a divisão sexual do trabalho destacando o processo de trabalho e a participação das mulheres na indústria metalúrgica e nas lutas sindicais.

A autora explica que nos anos de 1970 e 1980 surgiram no Brasil novos segmentos e empregos com menor grau de complexidade. Eram postos de trabalho manual, que não exigiam força física e abarcavam atividades simplificadas e rotineiras, sem exigência de qualificação. Estes postos foram assumidos pelas mulheres e justificados pela associação da força de trabalho feminina à habilidade, à destreza, à rapidez, etc. Souza-Lobo (2011) observou esta relação nas linhas de montagem, revelando uma divisão sexual do trabalho no processo laboral. E, além disto, mostrou que a discriminação do serviço feminino não estava associada somente ao processo de trabalho, mas também aos postos hierárquicos ocupados. No caso da indústria metalúrgica, os homens ocupavam o cargo de “operário de prensa”, enquanto as mulheres eram classificadas como “auxiliares de prensa”, sendo que ambos executavam o mesmo trabalho. As mulheres estavam submetidas aos níveis salariais mais baixos, executando as mesmas tarefas.

Ainda no mesmo contexto, Souza-Lobo mostrou a forma com que os contratos de trabalho contribuíam para escamotear a discriminação, a composição masculina da chefia e das diretorias, as formas de controle e punição sobre as operárias, a discriminação dos processos de recrutamento, e concluiu: a divisão sexual e social do trabalho atinge os salários, as promoções, a qualificação, a escala de funções e as formas de controle e a origem da desigualdade remete à esfera da reprodução (SOUZA-LOBO, 2011, p. 37). A autora destaca:

O capital não cria subordinação das mulheres, porém a integra e reforça. Na verdade, as raízes da divisão sexual do trabalho devem ser procuradas na sociedade e na família, e para apreendê-las é necessário sair da fábrica e articular a análise das condições de trabalho com aquelas que prevalecem no mundo exterior à empresa (SOUZA-LOBO, 2011, p. 37).

O desenvolvimento das teorias e análises acadêmicas no decorrer dos anos de 1970 e 1980, provocaram questionamentos às estatísticas oficiais, referentes aos levantamentos censitários e domiciliares, realizados pelo IBGE. Até então, essas estatísticas consideravam como inativas aquelas mulheres que realizam os “afazeres domésticos”. A luta feminista pelo reconhecimento de que o *trabalho doméstico é trabalho* provocou alteração daquele critério, que passou a designar um trabalho não remunerado, que pode ser quantificado através do tempo semanal médio dedicado ao trabalho doméstico (BRUSCHINI, 2007, p. 543). Podemos afirmar que a partir das décadas de 1970 e 1980, o debate teórico e as pesquisas sobre trabalho e gênero expandiram-se articulando a esfera produtiva-reprodutiva, ao considerar que a análise sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho depende da articulação de ambas as esferas.

No Brasil, na década de 1990, a dinâmica da financeirização da economia, o neoliberalismo e a imposição de novos padrões produtivos organizacionais e tecnológicos, com base em formas flexíveis de acumulação, provocaram a precarização social do trabalho. As medidas de flexibilização resultaram na externalização da produção, na terceirização, com a intensificação do trabalho, a extensão da jornada laboral, o aumento do controle da força de trabalho pelo cumprimento de metas, a polivalência; além de expor as trabalhadoras e trabalhadores a riscos e a condições insalubres e diminuir, significativamente, a proteção social destes trabalhadores. A consequência para a classe trabalhadora não foi somente o aumento da vulnerabilidade frente ao mercado da força de trabalho, mas também, a perda da identidade coletiva, o aumento da “descartabilidade” dos trabalhadores e o crescimento do número de acidentes (DRUCK, 2002). Esses fatores remodelam as relações de trabalho e o emprego, apresentando um impacto profundo nas ações coletivas, nas lutas sindicais e atingem de forma diferenciada amplos setores da classe trabalhadora, em especial, as mulheres.

Cabe aqui constatar que a Sociologia do Trabalho passa a observar as cadeias produtivas que se tornam o centro do debate sociológico. Laís Abramo (1997,1999) afirma que as cadeias produtivas “realmente existentes”, estabelecidas no Brasil, não são “redes” ou distritos industriais caracterizados por relações horizontais e de cooperação, elas são verticalizadas, com grande assimetria de poder entre as empresas (ABRAMO, 1999, p. 4 e1997, p. 7). A relação entre as empresas é marcada

pela fragilidade da regulação, que ocorre principalmente por meio da subcontratação e pela ausência de um espaço de negociação. Isto posto, qual seria o impacto na divisão sexual do trabalho?

Para Abramo (1999) a qualificação, como treinamento da força de trabalho feminina, está vinculada ao posto de trabalho que se assume. Assim, nas cadeias produtivas:

[...] pode-se observar, nas empresas analisadas, a existência de um triplo processo de segmentação afetando negativamente as condições e as oportunidades da força de trabalho feminina. Efetivamente, as mulheres se concentravam, em geral: a) nos níveis inferiores da cadeia produtiva, onde há menos treinamento e o treinamento que existe tem menor conteúdo técnico; b) considerando cada um desses níveis, nas empresas cujos produtos têm menor conteúdo tecnológico e cujos processos produtivos vêm sofrendo um grau menor de inovação organizacional (nos subsetores eletroeletrônico e plástico, em detrimento do metalúrgico e metal –mecânico); c) no interior das empresas, nas seções onde o trabalho se caracteriza por ciclos curtos e repetitivos, é pouco qualificado e pouco enriquecido, e as condições de trabalho são precárias (o que tem como consequência, entre outras, uma alta incidência de lesões por esforço repetitivo) (ABRAMO, 1999, p. 6-7).

Segundo a autora, as mulheres concentram-se em setores nos quais se julga não ser necessária a qualificação, e por isso predominam em seções “de montagem leve, embalagem e acabamento”. Apesar das empresas estudadas por Abramo afirmarem não haver discriminação, a divisão sexual do trabalho excluía as mulheres de oportunidades de formação técnica ou profissional, treinamento e qualificação (ABRAMO, 1999, p. 7). Outro aspecto de relevo é a concentração das mulheres nas empresas subcontratadas e, principalmente, no último elo da externalização, o trabalho em domicílio, “denominado, através de um eufemismo, de “parceria familiar”. Esse trabalho é realizado, em geral, por mulheres moradoras da vizinhança das empresas contratadas que executam trabalhos de acabamento remunerados por peça” (ABRAMO, 1997, p. 17).

Ricardo Antunes (2018), Angela Araújo, Elaine Amorim e Verônica Ferreira (2004), dentre outras pesquisadoras e pesquisadores, mostraram que, no capitalismo globalizado, a busca pelo aumento da produtividade, a acentuada competitividade levou à reestruturação produtiva que ocorreu após as profundas transformações do trabalho e da própria classe trabalhadora. Um dos fatores da subsequente precarização do trabalho é o aumento de contratos de trabalho por tempo parcial, as jornadas temporárias, além do aumento da informalidade que atingiu de forma mais

intensa as mulheres (2004, p. 9). O pilar da precarização do trabalho no Brasil foi a terceirização:

A terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constituiu-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e desvalorização do trabalho humano (ANTUNES, 2018, p. 163).

A flexibilização das relações de trabalho favoreceu o aumento da exploração, reforçou as desigualdades provocadas pela divisão sexual do trabalho e criou fronteiras nebulosas entre o trabalho formal e informal. É neste contexto que Araújo, Amorim e Ferreira (2004, p. 3) discutem o sentido do trabalho e destacam:

Sentidos que são vivenciados de forma objetiva, concreta e subjetivamente de modo distinto por homens e mulheres, por brancos e afrodescendentes, por jovens e pelos que estão na “terceira idade” e que tem consequências distintas para estes distintos grupos que vivem situações de trabalhadores de primeira e de segunda categoria, de segregação e de exclusão.

Maria Cristina Bruschini (2007), ao analisar dos dados da composição da força de trabalho referentes ao início dos anos 2000, observa uma mudança significativa no perfil das mulheres inseridas no mercado de trabalho no Brasil desde os anos de 1970. As mudanças sociais, culturais e demográficas – como as relativas à queda da taxa de natalidade, à redução do tamanho das famílias, ao aumento da expectativa de vida e longevidade da população, à expansão da escolaridade e do ingresso nas universidades – ocorridas entre aquelas décadas, possibilitaram o aumento da participação das mulheres como força de trabalho. Segundo Bruschini (2007), o perfil das trabalhadoras no início dos anos 2000 difere do período precedente: “as trabalhadoras, que até o final dos anos 70, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães” (BRUSCHINI, 2007, p. 541).

Bruschini (2007) destaca que no início dos anos 2000 elevou-se o percentual de escolarização, em especial das mulheres, que ultrapassaram os índices masculinos. Elas, que até então estavam concentradas, em sua maioria, nos setores de educação, saúde, assistência social, psicologia, adentraram os “redutos” masculinos aumentando sua participação nos setores da engenharia, da produção e construção. Nos setores tradicionalmente associados à mulher – educação, saúde, cultura – as mulheres ampliaram a participação nos cargos de chefia e nas diretorias. Contudo, os cargos femininos são ainda relacionados àquele nicho do trabalho

doméstico e das ocupações de serviço e cuidado pessoal, higiene e alimentação (BRUSCHINI, 2007). A autora afirma que as análises mais recentes sobre a divisão sexual do trabalho, no Brasil, concentram-se nos nichos femininos, principalmente, no setor de serviços, como *care*, o trabalho doméstico, a informática e o telemarketing.

No caso do *care*, Hirata (2020) afirma que este campo de estudos se torna cada vez mais importante com o aumento da longevidade da população. O atual debate em torno do *care* abrange, sobretudo, dois aspectos sociopolíticos no mundo contemporâneo: o da globalização e das migrações, nacionais e internacionais, induzidas pelo trabalho de *care* e a necessidade de elaboração de políticas públicas que atendam as demandas da externalização deste trabalho de cuidado e da sua profissionalização.

Diversas autoras têm apontado que o termo *care* é bastante polissêmico e pode se referir ao cuidado, à solicitude, à atenção para com o outro (HIRATA, 2020). Para Hirata e Kergoat (2010) uma definição conceitual mais rigorosa refere-se a: um tipo de relação social que tem por objeto outra pessoa, ou ainda, um serviço de apoio e de assistência, remunerada ou não, em que há responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem (KERGOAT, 2016, p.17). No entanto, a definição não permite estabelecer o limiar entre o *care* e o trabalho doméstico. Além disto, quando observamos as categorias de empregadas domésticas, babás, cuidadoras, técnicas de enfermagem, que são predominantemente feminizadas, percebemos que todas executam, de algum modo, o trabalho de *care*. E, desta maneira, é possível afirmar que o trabalho de cuidado faz parte do trabalho doméstico a despeito de suas diferenças.

Segundo Nadya Guimarães (2019), deve-se considerar que há distintos *circuitos de cuidado*, e a caracterização destes permite evidenciar os diferentes significados atribuídos à prática, o reconhecimento das mulheres que a executam este trabalho e destacar quais as relações mercantis ou não-mercantis que, por sua vez, estabelecem. Deste modo, por *circuito de cuidado* pode-se depreender certas modalidades de relação social, dotadas de significados e que correspondem a determinadas formas de retribuição e transação econômica (GUIMARÃES, 2019, p. 5). Como afirma Guimarães (2019), estes circuitos assumem formas diferenciadas que podem ser percebidas nas relações de cuidado como profissão, de cuidado como obrigação ou cuidado como ajuda. O primeiro, o circuito do cuidado como profissão,

engloba o trabalho das cuidadoras profissionais, categorizado conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A definição, elaborada somente em 2002 no país, apresenta um amplo espectro que engloba as atividades de cuidado, higiene pessoal, alimentação, recreação a pessoas assistida, crianças, adultos e idosos.

A abrangência com que foi descrita a atividade profissional de cuidadores e cuidadores também se encontra na caracterização das condições e relações de trabalho. Guimarães (2019) afirma que a inclusão da categoria na CBO permitiu o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entretanto, não lhe conferiu a regulamentação assegurando as garantias de emprego e extensão dos direitos trabalhistas. Diante deste quadro, cuidadoras, em especial do campo da enfermagem, têm se mobilizado para garantir a regulamentação e proteção social que, inclusive, as diferencie das empregadas domésticas. O que nos leva a considerar distintos perfis de trabalhadoras do *care*: as cuidadoras em instituições, cuidadoras domiciliares e as empregadas domésticas, que formam numericamente o grande contingente de trabalhadoras remuneradas do cuidado no Brasil.

Assim, o cuidado como profissão tem duas atividades fundamentais, a das “cuidadoras” e das “domésticas”, que, por sua vez, desempenham diversas atividades como cozinhar, lavar, passar, ou como babás, mas que não têm reconhecimento profissional, não são contabilizadas e não se definem como “cuidadoras”. Para Guimarães (2019) isto se deve ao fato de que a atividade de cuidar abarca um conjunto de obrigações sociais realizadas em âmbito familiar que não são compreendidas como um “verdadeiro trabalho” (GUIMARÃES, 2019).

O trabalho domiciliar e não remunerado de cuidar carrega o sentido implícito de “amor por”, e corresponde a um serviço invisibilizado de forma econômica, social e simbólica, além de ser repartido de forma desigual entre gênero, idade e origem étnico-racial. Este é comum no circuito do cuidado como obrigação e é desempenhado pelas donas de casa e “mães de família”. Enquanto o circuito de cuidado, classificado pelos atores que o executam como “ajuda”, se referem às diversas formas de solidariedade, mobilizando as famílias e amizades locais ou comunitárias. Esta forma se encontra, sobretudo, entre as frações mais pobres e vulneráveis da população e apresenta, assim, um forte recorte de classe.

Além do trabalho de *care*, as mulheres estão localizadas em maioria no setor de serviços. Dentre as categorias que compõem o setor, as mulheres destacam-se no teleatendimento, também conhecido como telemarketing ou *call center*. Segundo Claudia Mazzei Nogueira (2009), a observação deste campo, nos mostra que o processo de precarização do trabalho, através da flexibilização da jornada, contrato por tempo parcial, atingiu predominantemente as mulheres. A jornada de seis horas diárias possibilita que as trabalhadoras “conciliem” a vida familiar e a vida profissional (NOGUEIRA, 2009, p. 188). Desta forma, podemos afirmar que o telemarketing é, atualmente, uma das principais portas de entrada das mulheres no mercado de trabalho. Nogueira (2009) destacou que as condições de trabalho encontradas nas empresas de *call center* põem em risco a saúde das trabalhadoras. O adoecimento por Lesão por Esforço Repetitivo ou Distúrbio Osteomolecular Relacionado ao Trabalho (LER/DORT), assim como as doenças auditivas, são comuns na categoria. Além disto, a gestão do trabalho, o controle do tempo, o controle das emoções, e promoção da concorrência entre as trabalhadoras, em nome da produtividade, comprometem a saúde a longo prazo.

A profissão da teleoperadora é um desdobramento da atividade de telefonista. Em geral, essa função consiste em fornecer informações aos usuários, sendo utilizada constantemente uma única ferramenta, a voz, através do computador e do fone de ouvido. A rotina das teleoperadoras é exaustiva e pesada. As ações são repetitivas e submetidas a um rigoroso controle por parte da empresa, o que pode gerar, muitas vezes, problemas de ordem física e psicológica (NOGUEIRA, 2009, p. 191).

Ainda sobre a categoria de teleoperadoras, Ruy Braga (2012, p.37-38) esclarece que a categoria é composta predominantemente por mulheres jovens e não brancas, incluindo aquelas que recém-saídas da informalidade ocupam as piores posições no mercado de trabalho e chefiam, em grande medida, famílias monoparentais. Nas palavras do autor,

A deterioração das condições de trabalho verificada nos anos 2000 tornou-se ainda mais saliente se considerarmos que a maioria das novas vagas foram preenchidas por jovens, mulheres e não brancos. Exatamente aqueles grupos historicamente mais suscetíveis às flutuações cíclicas do mercado de trabalho. De fato, ao longo da última década, é possível perceber uma flagrante feminização da força de trabalho (as mulheres preencheram 60% das vagas criadas nos anos 2000), somada à ampliação do contingente assalariado jovem, não branco (70% das vagas) e com o ensino médio completo (85% das vagas) (BRAGA, 2012, p. 33).

Para Braga (2012), as entrevistas realizadas por ele com as teleoperadoras revelaram que estas trabalhadoras apresentam um sentimento de progresso pela

conquista de um posto de trabalho formal, em contraponto com a informalidade do trabalho doméstico. Com o emprego no telemarketing, as jovens obtêm direitos trabalhistas e vislumbram a possibilidade de término dos estudos no ensino superior noturno, mas expressam o descontentamento com as escassas oportunidades de ascenderem aos níveis hierárquicos mais altos.

Nos últimos anos, as pesquisas na Sociologia buscaram considerar a divisão sexual do trabalho nas áreas educacionais, nas distintas profissões e diferentes empresas, e na informalidade. Thaís Lapa (2015, p. 329) mostrou a inserção da mulher na indústria eletroeletrônica, na produção de celulares e tablets, setor que mais emprega as mulheres na indústria metalúrgica brasileira. Ludmila Costhek Abílio (2014) destacou a forte participação das mulheres no Sistema de Vendas Diretas (SVD) e a forma como a desregulamentação do trabalho formal dificulta o reconhecimento entre a formalidade e informalidade e o imbróglio em que se encontram as revendedoras, entre outras funcionárias.

Nos anos recentes, Graça Druck (2002), Dari Krein e Bárbara Castro (2017) têm afirmado que todos estes fatores contribuem para uma transformação paradoxal do trabalho nas últimas décadas. Os indicadores do mercado de trabalho apontaram para o aumento da formalização, conseqüente crescimento da população empregada com carteira de trabalho, no entanto, ao mesmo tempo, a precarização do trabalho se aprofunda, expandindo as modalidades de contratação atípicas, com a terceirização, pejotização, a Microempresa Individual (MEI), contratos por tempo parcial, por tempo determinado, e outras relações disfarçadas de assalariamento etc., caracterizando a atual uberização do trabalho. Krein e Castro (2017) mostraram que as modalidades de contratação, flexíveis, terceirizadas e outras formas de emprego disfarçadas, atingem diferentemente homens e mulheres. Elas são inseridas no mercado de trabalho reforçando a divisão sexual do trabalho, e constituem como força de trabalho com menor segurança e proteção social (CASTRO; KREIN, 2017, p. 122).

A partir do conceito do conceito de divisão sexual do trabalho e as análises contemporâneas é possível pensar a elaboração de políticas públicas, produzir indicadores, pensar a democracia, a reconfiguração do trabalho doméstico e a esfera da reprodução social. Para Flávia Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho é o *locus* da produção do gênero, que se dá de forma racializada e atende uma dinâmica de classe (BIROLI, 2018). Isso quer dizer que a divisão sexual do trabalho produz

hierarquias de gênero, raça e classe. Uma das consequências da desigual repartição do trabalho e responsabilidades para a construção do feminino na sociedade é a posição subalterna da mulher nos espaços de poder e a sua sub-representação política.

Segundo Biroli (2018), a marginalização do tema referente à divisão sexual do trabalho na agenda pública e nas teorias da democracia pode ser analisada por dois fatores. O primeiro deles se dá em decorrência da assimetria entre homens e mulheres. Os homens – provenientes de estratos com maior escolaridade e remuneração, brancos, são maioria em diversos níveis da política institucional – não tomam a questão do trabalho doméstico como prioridade tanto por partilharem de uma posição de quem não exerce este trabalho quanto por serem patrões nas relações de trabalho doméstico remunerado (BIROLI, 2018). Outro fator refere-se à assimetria entre as mulheres. Para um dado grupo de mulheres, o trabalho doméstico pode não ser um obstáculo à vida pública, já que elas podem contratar os serviços de outras mulheres. Contudo, Biroli (2018) sustenta que a questão da divisão sexual do trabalho deve estar presente na agenda pública.

A agenda política pode, assim, ser profundamente unilateral quando as mulheres não têm acesso igualitário à definição coletiva e a expressão pública de suas necessidades e seus interesses, sobretudo, nos espaços em que necessidades e interesses podem desdobrar-se em agenda e em exercício de influência [...] a divisão sexual do trabalho existe na forma de privilégio, tanto quanto na de desvantagem e opressão (BIROLI, 2018, p. 46).

Para a autora, quanto mais a divisão sexual do trabalho revela-se um obstáculo na vida das pessoas, mais estas se tornam distantes do sistema político. Assim, constitui-se um polo de desvantagem e opressão, em especial, às mulheres negras, pobres e imigrantes, que têm menores possibilidades de ocupar espaços públicos e exercer influência sobre a agenda política. Cabe destacar que os movimentos – feminista e antirracista – vêm discutindo esta agenda e questionando as posições ocupadas pelos grupos privilegiados. Como mostrou Biroli (2018) e demais pesquisadoras, a divisão sexual do trabalho deve ter uma centralidade no debate público. E sua exclusão reflete o caráter rigidamente hierarquizado da atual democracia, que perpetua a sub-representação das mulheres e sua marginalidade. Esse é um tema crucial para a autonomia das mulheres.

2.3 A Teoria unitária e a crise da reprodução social

Além do conceito de divisão sexual do trabalho, que é predominante, as mulheres, trabalhadoras de base dos sindicatos filiados à CUT, se utilizaram da análise da reprodução social para se referir às relações de opressão e à desvalorização do trabalho considerado feminino. Esse é um conceito que aparece de forma minoritária, mas que é presente nos documentos da central. O tema da reprodução social é abrangente e abarca uma multiplicidade de reivindicações, — tais como o serviço de creche, os restaurantes populares, lavanderias coletivas, descriminalização do aborto — contidas nos planos de luta e plataformas políticas apresentados pela CUT, bem como se destaca também nos documentos de Congressos Nacionais, cartilhas e de encontros de mulheres da central. A teoria contemporânea a discutir sobre o conceito ficou conhecida como Teoria da Reprodução Social ou teoria unitária. O texto que segue elucida a análise proposta pelas autoras do Manifesto Feminismo para os 99%.

A Teoria da Reprodução Social propõe uma análise sobre a opressão e a exploração da mulher considerando a totalidade social. As autoras que partilham desta concepção defendem que as diversas questões que atingem as mulheres — tais como a violência doméstica, a saúde reprodutiva, o cuidado com as crianças, etc. — não se restringem ao âmbito doméstico, isto é, não estão localizadas exclusivamente fora da esfera da produção. Do mesmo modo, questões sobre salários, organização do trabalho, reivindicações de direitos e benefícios alteram significativamente a esfera da reprodução social (BHATTACHARYA, 2019). A teoria da reprodução social propõe a análise das esferas da produção e reprodução de forma unitária, sendo ambas generificadas; e, desta forma, nos permite a compreensão de que a produção de bens e de serviços e a produção da vida estão integradas.

Segundo Bhattacharya (2019), a teoria da reprodução social se desenvolve a partir do pensamento marxiano, especificamente aquele presente no capítulo I, Livro I de *O Capital*, no qual Marx identifica a *força de trabalho* como capacidade de trabalho, como uma mercadoria especial, através da qual se criam os produtos, cuja propriedade é ser fonte de valor, sendo imprescindível para o sistema capitalista. A análise das categorias marxistas pelas feministas provocou um novo entendimento sobre os fundamentos do capitalismo, a opressão de gênero e a luta de classes (BHATTACHARYA, 2019). O feminismo-marxista estabeleceu que a análise da reprodução social permite ir além do consumo das mercadorias e do trabalho

doméstico, incluindo uma gama de atividades realizadas gratuitamente pelas mulheres que contribuem indiretamente para a acumulação de capital.

A partir da análise marxiana sobre a força de trabalho, Bhattacharya (2019) indaga: se a força de trabalho produz valor, como ela mesma é reproduzida? Para a autora, a resposta a essa questão revela que a reprodução da força de trabalho se dá por três processos que estão interconectados e englobam: a) todas as atividades que regeneram trabalhadores fora do processo de produção e que permitem retornar a ele, sendo que tais atividades incluem uma variedade de ações como: o preparo da comida, os cuidados psíquicos etc.; b) atividades que mantêm e regeneram os não trabalhadores, isto é, aqueles que estão fora do processo de produção, que podem ser crianças, adultos desempregados, idosos; c) a reprodução biológica, que é socialmente organizada e promove a reposição geracional de novos trabalhadores. Essas atividades, que se constituem como pré-condições do capitalismo, reproduzem os trabalhadores e são realizadas gratuitamente pelas mulheres no âmbito doméstico (BHATTACHARYA, 2019).

Bhattacharya afirma que a sociedade capitalista não inventou a subordinação da mulher; sua opressão existiu em diversas sociedades de classes anteriores. Entretanto, com o capitalismo estabeleceu-se formas “modernas” de opressão ancoradas em novas estruturas institucionais. O capital submete trabalhadoras e trabalhadores à exploração na esfera da produção, fazendo com que produzam um valor que é apropriado pelos capitalistas, mas para que ambos possam exercer este trabalho, é necessário antes, o trabalho não assalariado da *produção de pessoas*. Assim, como feministas marxistas e socialistas, a evidencia que o sistema capitalista não oculta somente a *mais-valia* extraída na esfera da produção, mas omite também todo o trabalho da reprodução. Segundo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), a separação da esfera da produção em relação à esfera da reprodução é produto do próprio capitalismo. Segundo as autoras:

Apenas com o advento do capitalismo esses dois aspectos da existência social foram dissociados. A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios, onde foi considerada “econômica” e remunerada com salários em dinheiro. A reprodução foi relegada à “família”, onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como “cuidado” em oposição a “trabalho”, realizada por “amor” em oposição ao dinheiro (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 109).

As autoras destacam que o advento do capitalismo provocou a separação da *produção de pessoas* da produção de lucro, conseqüentemente a subordinação da

reprodução social, atribuída às mulheres, à esfera da produção. Afirmam que “na sociedade capitalista, a organização da reprodução social se baseia no gênero: ela depende dos papéis de gênero e entrincheira-se na opressão de gênero” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 53). A organização da reprodução social é, portanto, uma questão feminista e que abrange os eixos da opressão: de gênero, de raça, de sexualidade e da nacionalidade.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) defendem que a esfera da reprodução social abarca uma contradição do capitalismo. Se de um lado, o sistema capitalista objetiva manter e perpetuar a obtenção de lucro, de outro, os seres humanos buscam se sustentar através do processo de *produção* de pessoas. A *produção de pessoas* corresponde à esfera da reprodução que, segundo Arruzza (2015), podemos definir como:

A forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo de comida, educação dos jovens, cuidados dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade (ARRUZZA, 2015, p. 55).

Para as autoras é por meio da reprodução social que se mantém a vida no sentido biológico, as comunidades, a própria capacidade de trabalho, o que abrange uma gama de atividades, e que significa também, inculcar nas pessoas determinados valores, atitudes, disposições, habilidades, competências e qualificações esperadas. Contudo, este trabalho não se restringe ao âmbito doméstico; a reprodução social também se encontra nos bairros, nas instituições públicas e na sociedade civil, sendo parte significativa da reprodução transformada em mercadoria pelo capital. Ao mesmo tempo, o capitalismo, na sua forma atual, neoliberal, retira a sustentação pública da reprodução social, o que acarreta a sobrecarga de trabalho gratuito ou mal remunerado realizado pelas mulheres (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 111).

Os Estados modernos instrumentalizaram o trabalho de reprodução social para que este contemple os anseios de projetos nacionais e imperialistas. É desta forma, portanto, que se delimitaram as políticas sociais, educacionais, orientadas à família, elas objetivam produzir pessoas aptas a servir e sacrificar-se pela nação, a formar bons trabalhadores obedientes e tolerantes à exploração; meninas e meninos cis, que tenham conformidade para com o binarismo de gênero e a heteronormatividade

compulsória, dentre outros aspectos. Entretanto, estas tentativas muitas vezes fracassam. A reprodução social está vinculada tanto à dominação quanto à luta contra ela (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 54).

Arruzza, Bhattacharya e Fraser explicam que atacar a reprodução social significa provocar a diminuição da sustentação pública desta esfera, diminuindo os direitos trabalhistas e sociais (saúde, educação e lazer). E mesmo que o Estado tenha realizado concessões à classe trabalhadora no período de bem-estar social nos Estados Unidos e na Europa, as conquistas das pensões, do seguro-desemprego, da educação pública gratuita e seguro-saúde, entre outras, alcançaram, sobretudo, os/as trabalhadores/as de determinadas raças/etnias. Perpetuaram-se as exclusões da seguridade social, da assistência social e a expropriação imperialista dos países periféricos por meio da dívida pública. Soma-se a isto, o fato de que as últimas décadas de política neoliberal trouxeram a expansão do sistema financeiro, a devastação do meio ambiente e a reestruturação do mundo do trabalho.

Isto posto, entendemos que a consiste em uma teoria imprescindível para análise da crise da reprodução social. Ela corresponde ao instrumento teórico que, de forma abrangente, demonstra que a crise do capitalismo não se dá apenas no setor financeiro. As contradições provocam o tensionamento de relações, a princípio “não econômicas”, do próprio capitalismo e nos mostra estas são: econômica, política e da reprodução social. Nas palavras das autoras:

Preparado por sua própria lógica para degradar a natureza, instrumentalizar os poderes públicos e recrutar o trabalho não remunerado do cuidado, o capital desestabiliza periodicamente as próprias condições das quais ele – e o resto de nós – depende para sobreviver (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 45)

A crise do capitalismo, nos Estados Unidos a partir de 2008, acentuou suas contradições internas. Se a reprodução social sempre foi alvo de disputa política e ideológica, nos dias atuais, ela é alvo de lutas e de debates cruciais. O interesse renovado pela esfera da reprodução social coloca a tarefa de pensar a totalidade social, considerando os antagonismos que engendra; o que nos é indispensável para analisar as relações de opressão e exploração à que estão submetidas as mulheres da classe trabalhadora.

O processo de reestruturação do capital, desencadeado a partir dos anos de 1970, provocou mudanças substanciais na esfera da produção e da reprodução social

em âmbito internacional. Na esfera da produção, o padrão de acumulação flexível produziu uma nova morfologia do trabalho, que resultou na intensificação do trabalho e no aumento da precarização. O neoliberalismo, a expansão do sistema financeiro e o impacto tecnológico-informacional-digital impulsionaram a externalização da produção, sua descentralização e a formação de “cadeias globais de valor”, as linhas de montagem globais. Na esfera da reprodução social, o desinvestimento na produção da força de trabalho foi a consequência imediata da adesão à política do Estado-mínimo, o que impactou, sobretudo, no trabalho realizado pelas mulheres. É neste contexto que podemos considerar a existência de uma nova divisão internacional e sexual do trabalho, além da atual crise da reprodução social, que a despeito das diferentes interpretações apresentadas pelas autoras, são cruciais para compreender a inserção e trabalho associado ao gênero feminino.

Segundo Hirata (2001), desde 1990 a crise do paradigma do emprego estável e protegido conduziu ao crescimento de vínculos empregatícios precários, flexíveis, e fez avançar a terceirização e as formas contratuais atípicas, ampliando também o desemprego e a informalidade. A autora destaca que a globalização afetou desigualmente o emprego masculino e feminino, e que ocorreu um aumento considerável do trabalho remunerado das mulheres com a participação ativa no mercado de trabalho, em postos formais e informais, principalmente no setor de serviços, que foi acompanhado da crescente precarização e vulnerabilidade. O atual modelo de trabalho precário e flexível se impôs, primeiramente, para as mulheres. Hirata (2001) afirma:

[...] as trabalhadoras podem ser vistas como cobaias para o desmantelamento das normas de emprego predominantes até então. Um cenário possível neste contexto seria a extensão ou a generalização deste modelo a toda a população ativa, inclusive masculina. As mulheres podem ser mais facilmente “cobaias” de experimentações sociais porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, e são mais vulneráveis (HIRATA, 2001, 144).

As pesquisadoras já citadas nas páginas anteriores (ARRUZZA, 2019; FEDERICI, 2019, HIRATA, 2001, KERGOAT, 2009) têm destacado que nas últimas décadas se acentuaram duas tendências das vagas de emprego ocupadas pelas mulheres. Há o crescimento de uma minoria de mulheres pertencentes a profissões executivas e intelectuais, concomitante a de mulheres inseridas em postos de trabalho precários, intermitentes, por tempo parcial, o que configura uma bipolarização do trabalho feminino. Tem-se, em um extremo, profissionais altamente qualificadas –

médicas, advogadas, engenheiras etc. —, com bons salários e em postos de prestígio, e, em outro extremo, trabalhadoras de baixa qualificação, com baixa remuneração, sem reconhecimento ou valorização social (HIRATA, 2001, p. 2).

As autoras concordam que surgiram dois grupos de mulheres distintos e opostos no que tange aos perfis sociais e econômicos, sendo que um grupo se utiliza dos serviços de outro para prosseguir com a carreira profissional, isto é, as mulheres da classe dominante podem externalizar o trabalho doméstico e de cuidados, enquanto as mulheres que oferecem sua força de trabalho para essas atividades são obrigadas a deixar seus filhos e comunidades para trabalhar. Uma segunda tendência do mercado de trabalho refere-se ao desenvolvimento do setor de serviços, o surgimento de novos postos de trabalho e profissões também polarizadas quanto ao gênero, à classe, à raça/etnia. O trabalho feminino continua concentrado nos setores de serviços pessoais, nas áreas de saúde e educação. Hirata (2001/02) afirma que a globalização não alterou a desigualdade de salários, condições de trabalho, acesso à saúde, entre homens e mulheres; tampouco, a divisão sexual do trabalho doméstico se modificou.

Segundo Hirata (2001), em países do hemisfério norte o modelo de trabalho assalariado assumiu a forma de trabalho por tempo parcial, ocupado predominantemente pelas mulheres. Já nos países do hemisfério sul, ampliou-se o trabalho informal, no qual se destacam as empregadas domésticas e diaristas que, na sua maioria, não possuem vínculo empregatício e exercem a atividade de trabalho mal remunerada, frequentemente instável e sem acesso aos direitos sociais. Kergoat (2009) caracterizou as questões postas pela nova divisão sexual do trabalho por nomadismos sexuais: o nomadismo no tempo, que se refere ao crescimento de postos de trabalho por tempo parcial ocupados pelas mulheres, e o nomadismo no espaço, que designa o deslocamento de profissionais, predominantemente os homens, ao assumirem empregos temporários.

A partir de outra perspectiva, também filiada à teoria da reprodução social, Silvia Federici (2019) analisa o atual quadro da divisão internacional do trabalho. Como demonstra a autora, a agenda neoliberal limitou e retraiu o orçamento público, produzindo cortes na destinação de recursos para os serviços sociais, levou ao congelamento de salários e persiste com as contínuas expropriações de terras etc. Em outras palavras, nos Estados em que se aplicou o ajuste estrutural, a redução do

orçamento e a destinação de recursos para as áreas de infraestrutura, saúde, educação, e demais necessidades básicas, as mulheres passam mais tempo preparando alimentos, buscando água e encontram-se em uma situação de imensa vulnerabilidade social, sem acesso aos cuidados de saúde. Este processo acentuou o empobrecimento do proletariado mundial e desencadeou o fenômeno da feminização da pobreza, que intensificou e fez emergir novas formas de exploração e opressão das mulheres. Nas palavras da autora,

A globalização tem por intuito dar ao capital corporativo o controle completo sobre o trabalho e os recursos naturais. Para isso, ela precisa expropriar os trabalhadores de qualquer meio de subsistência que lhes permita resistir a uma exploração mais intensa. Como tal, a globalização não pode triunfar a menos que execute um ataque sistemático às condições materiais de reprodução social e sobre os principais sujeitos desse trabalho que, na maioria dos países, é composta por mulheres (FEDERICI, 2019, p. 183).

A consequência deste processo, segundo a autora, é a compensação por parte das mulheres com a realização de um trabalho gratuito, que se intensifica com o desinvestimento dos Estados na reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2019, 226). Além disto, outros fatores prejudicaram em especial as mulheres, tal como a expansão do trabalho domiciliar com a desconcentração da produção. Esse processo, uma estratégia capitalista, ocupa milhares de mulheres, que aceitam este trabalho com a tentativa de reconciliar o cuidado da família com o serviço assalariado. Estes postos apresentam um salário inferior àqueles realizados em âmbito formal e acabam por reproduzir a divisão sexual do trabalho fixando as mulheres no trabalho doméstico e no lar.

Federici (2019) pontua que a divisão internacional e sexual do trabalho, apesar de marcada pela feminização, com a crescente participação das mulheres, não acarretou alterações significativas nas hierarquias de gênero no trabalho, persistindo as diversas formas de discriminação. Por um lado, o crescimento do desemprego masculino, o medo da competição econômica, e a “frustração que os homens experimentam de não serem capazes de cumprir seus papéis como provedores da família”, a “perda de controle” sobre as mulheres e seus corpos acentuou o crescimento da violência de gênero. Por outro, a inserção das mulheres no mercado de trabalho assalariado não se apresentou como um caminho de libertação, não se constituiu como uma estratégia política coerente.

Enquanto o trabalho reprodutivo for desvalorizado, enquanto ele for considerado um assunto privado e uma responsabilidade exclusiva das mulheres, estas sempre enfrentarão o capital e o Estado com menos poder do que os homens e em condições de extrema vulnerabilidade social e

econômica. Também é importante reconhecer que existem sérios limites no desenvolvimento de um trabalho reprodutivo reduzido ou reorganizado conforme as bases do mercado (FEDERICI, 2019, p. 230).

Para a autora, a força de trabalho feminina, com a nova divisão internacional e sexual do trabalho, inserida em grande medida na esfera da reprodução social, caracteriza-se por uma dupla função, ela produz trabalhadores e mercadorias baratas. No entanto, a esfera da reprodução social é também *locus* da luta de classes. Diante da diminuição do suporte estatal e da assistência social, da extensão da jornada de trabalho realizado pelas mulheres, se acirram diversos conflitos em todo o globo, tornando a esfera da reprodução social a linha de frente, um verdadeiro palco de lutas sociais nos dias atuais. Para Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), estes conflitos sempre estiveram presentes, são fundamentais na sociedade capitalista e apresentam-se acentuados pela crise do capitalismo.

A crise da reprodução marca a intensificação da apropriação do trabalho reprodutivo “livre”, assalariado e não assalariado, um trabalho desvalorizado, imprescindível para a *produção de pessoas*, que contribui indiretamente para a acumulação de capital. Para Arruzza; Bhattacharya e Fraser (2019, p. 118) a luta pela reprodução social abrange diversos setores:

No entanto, as lutas em torno da reprodução social englobam muito mais – incluindo movimentos comunitários de base popular por habitação, assistência à saúde, segurança alimentar e uma renda básica incondicional; lutas pelos direitos dos imigrantes, trabalhadoras e trabalhadores domésticos e servidores e servidoras públicos; campanhas pela sindicalização de quem trabalha no serviço social de clínicas para pessoas idosas, hospitais e centros infantis que visam ao lucro; e lutas por serviços públicos, como creches e assistência a pessoas idosas; por uma semana de trabalho mais curta e por um pagamento justo para licenças-maternidade e paternidade. Tomadas em conjunto, essas reivindicações são equivalentes à demanda por uma forte reorganização da relação de produção e reprodução: por arranjos sociais que priorizem a vida das pessoas e os vínculos sociais acima da produção para o lucro; por um mundo em que pessoas de todos os sexos, as nacionalidades, as sexualidades e as origens étnicas combinem as atividades de reprodução social com trabalho seguro, bem remunerado e livre de assédio”

Para Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), o movimento feminista torna obsoleta a oposição entre a “política identitária” e a “política de classe” à medida que elucida a unidade entre “local de trabalho” e “vida privada”, traçando as lutas em ambos os espaços. Ao colocar em discussão os limites do que é considerado *trabalho* e quem é *trabalhador*, recusa a invisibilidade e subvalorização estrutural do trabalho realizado pelas mulheres. Deste modo, setores do movimento feminista têm se destacado em âmbito internacional por combinar as lutas da esfera da produção social e reprodução além de apresentar a greve feminista como um novo tipo de política.

Este feminismo grevista abre uma nova fase da luta de classes, que é feminista, internacionalista, ambientalista e antirracista (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 34).

Em relação a CUT, a teoria unitária não é dominante, entretanto, a central abrange diversas pautas sobre a reprodução social, e que contribuem para uma mudança significativa do quadro da divisão sexual do trabalho como veremos. Estas reivindicações são construídas em ações e planos de luta traçados em conjunto com os movimentos sociais, em especial o movimento feminista representado na Marcha Mundial de Mulheres e na ação da Marcha das Margaridas.

Capítulo 3. A Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Margaridas, ações e relações com a CUT

Na presente pesquisa, levantou-se como hipótese que a conjuntura favorável ao sindicalismo, marcada pela elevação da luta reivindicativa e por um governo cuja central foi base de apoio, favoreceu a organização do movimento feminista, especialmente, aquele vinculado à CUT e ao projeto democrático popular. A questão que se buscou considerar foi: quais as reivindicações do movimento sindical e do movimento feminista haviam sido, de fato, encaminhadas pela central? E quais se transformaram, efetivamente, em políticas implementadas? Naquele contexto, a partir dos anos 2000, a CUT teria conseguido ampliar as ações em conjunto com o movimento feminista?

Este capítulo é dedicado a analisar as pautas externas apresentadas pelas mulheres da CUT, isto é, aquelas postas como reivindicações aos governos. Pode-se dizer que a CUT no plano sindical, o PT no plano político e os movimentos sociais a Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Margaridas que estão alinhados ao projeto democrático-popular. Buscar-se-á analisar as ações adotadas pelo sindicalismo-cutista com as entidades alinhadas a ela, enfatizando a luta feminista no período de 2003 a 2016.

No ano de 2015, as mulheres da central realizaram o 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT. Com a análise sobre as pautas reivindicativas das mulheres (apresentadas na íntegra no capítulo 4), buscou-se considerar: a) a política para as mulheres do campo, da floresta e das águas; b) a economia solidária com autonomia política econômica e das mulheres e c) a luta contra todas as formas de violência. Sobre estes pontos vamos discorrer neste capítulo.

Assim como consta no documento escrito pelas sindicalistas da CUT e apresentado no 8º Encontro Nacional, as mulheres têm um papel importante na reprodução social, em especial na agricultura familiar, na produção de alimentos. No entanto, o trabalho realizado pela mulher é considerado “ajuda”. Mesmo com a venda de parte da produção, o dinheiro não é contabilizado como renda familiar (8º Encontro Nacional, 2015, p. 27). Entende-se que as relações de mercado se expandiram para o campo e a floresta, atingindo as mulheres e famílias camponesas. Os movimentos sociais e o sindicalismo cutista defendem a elaboração de políticas públicas específicas para as mulheres da agricultura familiar, a fim de fortalecer a soberania

alimentar, a segurança alimentar e garantir o direito a uma alimentação saudável. A central defende que é necessário o enfrentamento ao agronegócio e a exigência do cumprimento da lei para a preservação das matas, florestas, águas e sementes (8º Encontro Nacional, 2015). A proposta considera a busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável, de modo que se possa garantir a agroecologia e a formação de um banco de sementes do Estado. No documento afirma-se:

A expansão das relações de mercado atingiu o campo e a floresta, desrespeitando terras demarcadas, assentamentos da reforma agrária, impondo sementes transgênicas, a expansão do monocultivo, fortalecendo o agronegócio de alimentos e combustíveis voltados à exportação forçando, cada vez mais, as trabalhadoras a se afastarem dos meios que garantem sua sobrevivência. Além disso, o uso de agrotóxicos prejudica a saúde da mulher causando doenças, má formação fetal e aborto espontâneo (8º ENCONTRO NACIONAL, 2015, p. 27).

Além disto, como contido no documento do 8º Encontro Nacional das Mulheres da CUT, um dos princípios que orientam a economia solidária se refere à garantia de participação, uma atividade essencial para o conhecimento dos processos laborais e para a responsabilidade conjunta de todas e todos para com o trabalho (8º ENCONTRO NACIONAL, 2015, p. 29). A educação para a economia solidária e sua prática contribuem para a luta feminista ao construir uma organização focada em outra forma de viver, produzir, consumir e distribuir riquezas, permitindo que as mulheres assumam diversas atividades, rompendo com a divisão sexual do trabalho. Segundo o documento, a economia solidária questiona o limiar entre trabalho produtivo/reprodutivo, público-privado. No documento encontra-se o devido esclarecimento:

O enfrentamento aos desafios colocados para a construção da Economia Solidária, com uma perspectiva feminista, passa pelo rompimento das mulheres com o papel a elas colocado na sociedade e reproduzido nos empreendimentos, de modo que passem a assumir mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação de tecnologias, e que seja alterada a relação das mulheres com o crédito (8º ENCONTRO NACIONAL, 2015, p.29).

Buscou-se considerar as ações da central em conjunto com o movimento feminista acerca destas pautas. Junéia Batista, secretária da SNMT-CUT, abordou o tema da relação com o movimento feminista alinhado à central, destacou a importância do 8 de março, dia internacional de mulher trabalhadora, e das organizações da Marcha Mundial das Mulheres e, em diversos momentos, da Marcha das Margaridas. Ela afirma:

A CUT é parceira dos movimentos feministas, dos coletivos feministas, e no ano 2000, quando surge no Canadá a Marcha Mundial de Mulheres, a CUT

faz, e foi a CUT mesmo, porque as outras centrais não tinham vindo ainda. E elas vêm para a rua com a Marcha Mundial de Mulheres, aí com os coletivos feministas, os vários coletivos feministas brasileiros, e a gente constrói o 8 de março com as alas [...] Então, o movimento feminista traz várias agendas também pra gente, sobre a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, o direito sobre os corpos, o nosso território (Junéia Batista, SNMT-CUT).

Isto posto, vamos analisar as pautas construídas coletivamente, aquelas oriundas do movimento feminista e sindical apresentadas pelo projeto democrático popular em conjunto com a CUT, na próxima seção.

3.1 Marcha Mundial de Mulheres – a parceria e as ações

Uma das organizações que compõem o campo-democrático popular é a Marcha Mundial de Mulheres (MMM). O movimento teve origem na mobilização das mulheres que ocorreu no Quebec em 1995, na qual as mulheres em marcha reivindicavam simbolicamente “Pão e Rosas” e denunciavam a precariedade da vida sob o sistema capitalista e o patriarcado. Em entrevista concedida à Carmen Tornquist e Soraya Fleischer (2012), Nalu Faria, coordenadora da MMM no Brasil, afirma que a marcha ocorrida no Canadá tinha como motivação a avaliação negativa sobre o Tratado de Livre Comércio das Américas que acarretaria o empobrecimento das mulheres. A necessidade de resistência frente às políticas neoliberais levou à criação da organização em âmbito internacional e ao surgimento da MMM. Segundo Nalu, as mulheres da MMM levaram a proposta de realização de uma grande mobilização e da criação de uma agenda própria à IV Conferência Mundial da Mulher da ONU. A proposta que deu origem à Marcha era a necessidade de fazer frente à ofensiva conservadora e neoliberal.

A MMM é formada pelo Comitê Internacional (CI) com duas mulheres integrantes por continente, com representantes em cinco regiões (África, Europa, América, Ásia, Oceania, Oriente Médio e África do Norte), um Secretariado Internacional (SI), coletivos e órgãos de coordenação nacional e grupos de trabalho. O movimento tem articulação com a CUT, o Fórum Social Mundial, a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo; a Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE), a Via Campesina, Amigos da Terra, Grassroots Global Justice (GGJ). No Brasil, o movimento conta com a organização não governamental Sempre Viva Organização Feminista (SOF), de São Paulo, que atua na secretaria executiva nacional da MMM junto com o Centro Feminista 8 de

Março (CF8) de Mossoró, no Rio Grande do Norte; e com comitês⁴⁰ em diversos estados no país, em diferentes frentes (BENEDITO, 2021, p. 54). Segundo Nalu Faria em entrevista a Tornquista e Fleischer (2012, p.302):

Como é um movimento bastante horizontal, temos dificuldade de ter dados muito exatos. O funcionamento cotidiano dos comitês estaduais é mais marcado pela presença das mulheres urbanas. Em muitos estados temos uma presença grande de jovens, em outros, de mulheres da economia solidária, em outros de mulheres do movimento sindical. Em alguns estados temos uma forte dinâmica rural, como é o caso do Rio Grande do Norte, do Ceará e cresce na Bahia. Além da grande presença das mulheres da Contag e do MMTR/NE. Com as mulheres indígenas, existe diálogo e participação em alguns estados, tal como Roraima, Amazonas, Alagoas e na Bahia, que está aumentando. No Brasil, ampliamos muito a participação das mulheres. A Marcha é um espaço de militância, muitas não participam de nenhum movimento, sindicato, mas são militantes da Marcha. Estamos incentivando muito a criação de comitês a partir das universidades, por exemplo. Desses comitês participam mulheres de todas as organizações e sindicatos.

Segundo a coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres, Nalu Faria (2012), as mulheres brasileiras estiveram presentes no 1º Encontro da MMM, que ocorreu no Quebec em 1998, na qual discutiram a realização de uma campanha lançada nos anos 2000 com 17 medidas para combater a pobreza e a violência. Do dia 8 de março a 17 de outubro daquele ano, as mulheres coletaram assinaturas para o abaixo-assinado entregue à ONU e ao FMI. No Brasil, a primeira ação de construção da MMM ocorreu em 1999, quando a CONTAG levou a proposta de realização da Marcha das Margaridas em adesão à MMM nos anos 2000 como veremos adiante. Nalu Faria afirma que as mulheres da CUT tiveram um papel importante nesta construção,

A MMM trazia um debate crítico às causas estruturais da pobreza e também a possibilidade de construir uma articulação crítica pelas mulheres em relação à questão da economia. Na época, quem tinha mais proximidade com a organização da MMM do Quebec eram as mulheres da CUT. Foram elas que, no ano de 1998, chamaram reuniões para definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional realizado no Quebec, em outubro de 1998. Após essa reunião, voltamos muito comprometidas com a realização dessa Marcha e passamos a articular, em conjunto com a CUT, as condições para organizar nacionalmente, e isso incluiu mobilização, captação de recursos etc (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012, p.295).

Ainda de acordo com Nalu Faria, a marcha dos anos 2000 representou para as mulheres a retomada do movimento nas ruas, com uma forte mobilização internacional contra o neoliberalismo e o patriarcado. Conforme exposto na mídia

⁴⁰ A Marcha está organizada nos estados: Amazonas (AM), Pará (PA), Maranhão (MA), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE), Tocantins (TO), Bahia (BA), Distrito Federal (DF), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). em adesão à MMM (BENEDITO, 2021).

oficial da MMM, o movimento defende uma luta antissistêmica, de enfrentamento ao capitalismo patriarcal, racista e colonialista. Ela é baseada nos valores de liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e paz. Desde o seu surgimento, o movimento tem discutido e reivindicado a autonomia econômica das mulheres, o bem comum e os serviços públicos, a paz, a desmilitarização e o fim da violência contra as mulheres.

As mulheres participantes da MMM afirmam que violência contra a mulher e a misoginia são ferramentas utilizadas pelos homens, por instituições patriarcais e os Estados para controlar a vida, o corpo e a sexualidade das mulheres. Essa violência ocorre de forma transversal e atravessa as diferentes classes sociais, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada. Como expresso na mídia oficial da Marcha Mundial de Mulheres⁴¹, destaca-se que:

O capitalismo incorporou a dominação patriarcal como estruturante de seu modelo econômico e de suas práticas, tendo como base a divisão sexual do trabalho, o controle sobre o corpo das mulheres, a imposição da família patriarcal e da heteronormatividade como modelos. O capitalismo também incorporou o racismo e o utiliza inclusive para organizar uma hierarquia e desigualdade entre as mulheres, mesmo no interior da classe trabalhadora. [...] E, portanto, não podemos falar na erradicação da violência para as mulheres sem demandar a erradicação dos sistemas patriarcal, capitalista e colonialista.

Assim como afirmam as mulheres da Marcha, a exploração da força feminina de trabalho é imprescindível para o sistema capitalista e patriarcal. E deste modo, é necessário se pensar em uma economia feminista que priorize o bem-estar, que conceda visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres, bem como sua contribuição para a economia e para o sustento das famílias, a fim de garantir que as mulheres possam prover e gerir o próprio sustento. Nalu afirma:

Ou seja, na Marcha temos muitos questionamentos sobre o atual paradigma hegemônico baseado nessa ideia de desenvolvimento. Entendemos que não é um modelo sustentável, é baseado em valores de mercado, incompatíveis com a sustentabilidade da vida humana centrada no bem-estar de todos e todas e de harmonia com a natureza. Para nós, a ideia que deve prevalecer é a do modelo de bem-estar, que deve estar voltado para todos e todas. É uma ideia de sociedade totalmente antagônica ao modelo hegemônico em que vivemos atualmente (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012, p.304).

Assim, a MMM encampou a luta pelo bem comum, pela água, terra, moradia, denunciou a privatização dos serviços públicos, defendeu a luta pelo meio ambiente frente às mudanças climáticas. No período de 2003 a 2016, recorte temporal contemplado por este trabalho, a MMM organizou diversas ações. A primeira delas,

⁴¹ Campos de ação. Marcha Mundial de Mulheres. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/campos-de-acao/>

ocorreu em 2003, com a “Campanha pela valorização do salário-mínimo”, articulada entre a MMM, a Rede Economia e Feminismo (REF), que envolveu também militantes feministas e o movimento sindical. A pauta foi objeto de discussão e de reivindicação da CUT e visava combater a pobreza, sobretudo, entre as mulheres. Sônia Coelho, da coordenação nacional da MMM e da Sempreviva Organização Feminista – SOF afirmou em entrevista:

No governo Lula, logo no início pensando na questão da pobreza, a gente começou a fazer a campanha de valorização do salário-mínimo, na época fizemos um estudo, as mulheres negras e as mulheres do campo eram a maioria que ganhavam um salário-mínimo, e muitas nem ganhavam isso. No estudo, vimos que a valorização do salário-mínimo era o que podia afetar justamente o salário que as mulheres recebiam. Então, se aumentava o salário-mínimo aumentava o salário no campo, que já eram baixos. Logo que Lula assumiu, fizemos ações na rua, enviamos para o gabinete dele cerca de 12 mil cartas, tinha um texto base. O que era uma forma de sensibilizar o governo Lula para esta questão de valorização do salário-mínimo. A primeira audiência que teve no Congresso Nacional, em 2004, a Marcha foi convocada para falar. Aí em 2005, as centrais sindicais começaram a reivindicar, fizemos as Marchas à Brasília (Sônia Coelho, SOF, 2021).

Desde 2003, as mulheres da MMM organizam batucadas que se tornaram símbolos da ação feminista. Segundo Nalu (2012), a batucada feminista foi incorporada às ações da Marcha e ocupou o espaço público com sons e vozes que fortaleceram a ação feminista e denunciaram o machismo. Na construção das palavras de ordem e batucadas da MMM, as mulheres pautaram o trabalho doméstico, a mercantilização do corpo feminino, a violência, entre outros temas. Nesse sentido, nas palavras da coordenadora da MMM:

O tema trabalho doméstico é complexo de abordar, mesmo dentro do movimento. Nós fizemos um esforço não só para incorporar esse tema em nossas análises, nas plataformas, mas também para discutir nas atividades de formação e no cotidiano dos grupos. Mas a questão da divisão do trabalho em casa, quando as mulheres são casadas e com filhos, é difícil abordar. Foi com isso que tentamos romper, pois achávamos que deveríamos ir além dos nossos panfletos, das nossas análises dentro da Marcha. E foi com esse objetivo que o incorporamos nas palavras de ordem da batucada. Por volta do ano de 2003, em uma ação da Marcha, quando eram gritadas as palavras de ordem como “violência”, não tinha reação dos homens nas ruas. Mas quando gritávamos “João, João, cozinha seu feijão!” ou “José, José, cozinha se quiser!”, eles reagiam. Uma atividade que utilizamos na formação é a de abrir esse debate perguntando se houve mudanças em relação ao trabalho doméstico depois que passaram a ser militantes. Essa foi uma das maneiras para visibilizar e fazer o debate político-econômico (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012, p. 308).

Em 2004, a MMM lançou a “Ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres”, uma ação que já ocorria em vários estados e se tornou permanente a partir daquele mesmo ano. Esta ação, por meio de cartazes e

intervenção em cartazes publicitários, batucadas, atos de rua e debates sobre letras de música, publicidade na TV e padrões de beleza, denunciou o machismo e a mercantilização da vida e do corpo das mulheres. O tema foi incorporado às ações que se seguiram, e com ele, foi abordada a questão da prostituição, do tráfico de mulheres, durante o 1º Encontro Nacional da MMM ocorrido em 2006.

Em 2005, ocorreu a 2ª ação internacional intitulada *Mulheres em movimento mudam o mundo*, iniciada no Dia Internacional de Luta das Mulheres, as integrantes da Marcha elaboraram a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, que passou por 53 países, somando retalhos com visões, lutas e perspectivas, costurados uns aos outros dando origem à Colcha da Solidariedade. No dia 17 de outubro daquele ano, a ação foi encerrada com uma marcha que expressava o conjunto das reivindicações das mulheres vindas de diversos países. Sônia Coelho, da coordenação nacional da MMM e da SOF afirmou em entrevista:

A cada ano a gente faz no 17 de abril, uma ação de 24 horas de solidariedade. Em 2005 a primeira ação internacional, uma marcha de relevo, a gente montou uma Carta das Mulheres para a Humanidade, com os princípios de solidariedade, da liberdade, da autonomia, da paz. (...) E essa marcha, essa carta foi lançada no Brasil, e fomos montando uma colcha, e cada país fazia seu pedacinho da colcha, que hoje está em Moçambique. Os atos eram sempre nas fronteiras, as mulheres passavam a colcha e a carta e assim foi subindo pela América Latina, países da Europa e África até chegar em Burkina Faso em 17 de outubro de 2005 com um grande ato. E em 2010, fizemos uma ação, a gente saiu de Campinas andando e veio até São Paulo, em 10 dias fizemos isso, passávamos pelas cidades, acampava, saía de madrugada, caminhava de 10 a 15 quilômetros, à tarde, fazia formação, à noite, questões culturais, dormia e depois caminhava de novo. Discutimos, vários eixos, do trabalho, dos direitos sexuais e reprodutivos, a aborto, da violência.

A MMM organizou em 2008, em conjunto com a Via Campesina Brasil, o Encontro Nacional de Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética, e pautou a defesa da criação de um projeto político que apresentasse práticas agroecológicas para alcançar a soberania alimentar, a defesa dos direitos dos povos e do bem comum, contra um modelo de desenvolvimento econômico “ilimitado” que prioriza o lucro em detrimento da sustentabilidade da vida. Em 2010, ocorreu a 3ª ação internacional, na qual a MMM organizou marchas e caravanas, em cidades como Campinas e em São Paulo, em homenagem ao 100º aniversário do Dia Internacional de Luta das Mulheres, como parte da organização do 8 de março, no Brasil. E em 2015, a MMM realizou a 4ª ação internacional, que ocorreu de forma descentralizada, em Dourados (MS), cujo tema foi “Feminismo em defesa dos territórios e contra às

violências”. Segundo a notícia contida no site oficial do movimento, a defesa dos territórios compreende o próprio corpo, o lugar onde as mulheres moram, trabalham e lutam, abrange sua história e as relações comunitárias⁴². A ação visou a denúncia do impacto do agronegócio na vida das mulheres, bem como destacou a resistência e a luta dos povos indígenas Guarani-Kaiowá contra o extermínio de sua população e pela demarcação de seus territórios.

3.2 A Marcha das Margaridas

A CUT, em conjunto com a Comissão Nacional de Trabalhadoras Rurais (CNMRT), vinculada à Confederação de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e a MMM, constrói a Marcha das Margaridas que iniciou nos anos 2000 e reuniu mais de 20 mil mulheres em Brasília. No período de 2003 a 2016, as Margaridas pautaram a defesa das reivindicações das mulheres rurais, agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas. A Marcha leva o nome de Margarida Maria Alves, trabalhadora rural e sindicalista, nascida em Alagoa Grande, na Paraíba, sindicalista assassinada em 12 de agosto de 1983 pela Ditadura Militar.

A CUT e a MMM têm suas histórias imbricadas, inclusive na construção da Marcha das Margaridas. Sônia Coelho, da SOF, discorreu sobre a relação entre a MMM e a Marcha das Margaridas, em entrevista para esta pesquisa afirmou:

A Marcha [Mundial das Mulheres] sempre trabalhou com vários temas, a questão da violência, apoiou a luta das mulheres rurais, por políticas públicas, pelo seu território. Nós fizemos muitos cursos de formação com trabalhadoras rurais. As mulheres rurais já vinham de um processo de organização muito forte nos anos 80, muita organização dos sindicatos rurais. Nos anos 2000, governo FHC, já queriam fazer uma mobilização. E em 2000 veio a Marcha Mundial de Mulheres, em conjunto com as mulheres da CONTAG, do MMTR-Nordeste, e várias outras, tiveram a ideia de organizar a Marcha das Margaridas, que já era parte da MMM. Discutimos as reivindicações por terra, por água, da aposentadoria, licença maternidade. Aí depois a Marcha foi crescendo, tomando corpo, e foi incorporando outros setores. Porque antes era a gente, a CUT, a CONTAG. Aí foi ganhando relevância, e a cada ano temos ampliados os coletivos, movimentos que aderiram. Já tem outras centrais sindicais.

A Marcha das Margaridas é coordenada pela CONTAG, em especial pela Comissão Nacional de Trabalhadoras Rurais (CNMTR), além da Federação de

⁴² Feminismo em defesa dos territórios. Marcha Mundial de Mulheres. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/feminismo-em-defesa-dos-territorios-e-contra-a-violencia-4a-acao-internacional-da-mmm-no-centro-oeste/> Acesso em: 19/04/2022.

Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). No entanto, ela vincula diversas entidades do movimento feminista que desempenham a função de entidades parceiras. Como afirma Vilenia Aguiar (2015), as entidades parceiras pressupõem interesse e compromisso de ambos os lados, sendo que as entidades partilham da pauta de reivindicações, se predispondo a contribuir com a realização da marcha. A CUT é uma entidade parceria, além dela, outras associações tais como o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento de Luta pela Terra (MLT), a União Brasileira de Mulheres (UBM), o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e o Movimento Nacional de Mulheres Quebradeiras de Coco (MNMQC) e outras, que aparecem como entidades promotoras. A Sempreviva organização Feminista (SOF), a Associação Agroecológica Tijupá, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a OXFAM são entidades apoiadoras da Marcha das Margaridas (AGUIAR, 2015).

Em entrevista para esta pesquisa, Edjane rodrigues, da Secretaria de Políticas Sociais da CONTAG, abordou a história da Marcha das Margaridas e sua relação com a CUT.

(...) uma das razões que levou as margaridas a marcharem foi contra a fome, a pobreza, a violência, tema que sempre esteve muito presente nas marchas. No ano (2021) a gente completou 20 anos, e mesmo que a ação de massas ocorra, aqui em Brasília, só a cada quatro anos, (...) tem toda uma preparação, tem todo um processo formativo, todo um debate que é feito e que se consolida com a marcha aqui. Mas ela acontece de forma permanente na base. E é isso que torna a marcha tão consolidada e tão grandiosa quanto ela é. E nos últimos períodos, a gente tem percebido que o número de organizações feministas, sobretudo, só tem crescido, ou seja, a junção de outros movimentos para que, de fato, essa marcha se consolide e cresça aqui em Brasília e seja esse símbolo de resistência forte de nós mulheres. Então, inicialmente é uma marcha das mulheres rurais, que envolve as mulheres do campo, da floresta e das águas e, hoje, se soma também com as mulheres urbanas, com outras mulheres trabalhadoras, de diversas categorias, da educação, químicos, que também marcham junto com as Margaridas rurais neste processo. Ela é coordenada pela Confederação, pela CONTAG, na CONTAG nós temos a secretaria específica de mulheres, só que ela é coordenada pela CONTAG só que é organizada por todos esses movimentos. E a Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras é um destes movimentos, uma central que também está na linha de frente de preparação e organização da Marcha das Margaridas. A relação CUT e Marcha é porque a CUT tem em sua história toda uma luta das mulheres trabalhadoras, um dos motivos que justifica essa forte atuação da central com relação à Marcha.

Nos depoimentos coletados durante a pesquisa, a Marcha das Margaridas foi citada por diversas vezes, sendo considerada uma ação importante para o conjunto das mulheres.

[...] Por exemplo, agora teve a Marcha das Margaridas, em agosto. Então, a Marcha é uma marcha que não está apenas no campo do trabalho. Ela é muito maior que isso, ela está no mundo do trabalho; mas ela é uma marcha que agrega os outros segmentos da sociedade, como as feministas, como as mulheres do mundo do trabalho, as formais e as informais; não importa se é PJ (pessoa jurídica), se é empregada, informal, ambulante [...]. A Marcha das Margaridas envolve classe trabalhadora, movimentos feministas, que também são classe trabalhadora, mas ficam mais no campo feminista (Liana Araújo, do sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, 2019).

Em outro depoimento,

A organização de mulheres mesmo é a Marcha das Margaridas, que ali você vê 100 mil mulheres ou mais de 100 mil, vencendo todas as dificuldades para estarem ali. Então, hoje no Brasil, o que reflete hoje a organização de mulheres, a mulher na rua, a mulher trabalhadora, a mulher do campo, da cidade, é a Marcha das Margaridas (Gerly Celi, sindicalista, técnica em enfermagem, 2019).

Sob a perspectiva de Aguiar (2015), a estrutura organizativa da Marcha das Margaridas apresenta-se composta por uma coordenação geral exercida pela Secretaria de Mulheres da CONTAG, que orienta e coordena as ações da marcha nos estados. Neste âmbito, a coordenação geral é composta pelas secretarias de mulheres estaduais das federações e, nos municípios, a coordenação é feita pelos sindicatos. A Marcha tem coordenações regionais, no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul, e duas nas regiões Norte e Nordeste dada sua extensão geográfica. Além disso, ela conta com uma coordenação ampliada que abrange a Secretaria de Mulheres da CONTAG (CNMTR), as coordenações regionais e as entidades parceiras. Nestes espaços são discutidos a organização, a pauta reivindicativa, os objetivos, o mote da Marcha, bem como onde se debate sobre a sistematização e os eixos norteadores. Entretanto, mesmo com a complexidade da organização, as mulheres mantêm, em cada localidade, certa autonomia para propor, conduzir e realizar as próprias ações. Segundo Edjane Rodrigues,

A Marcha [das Margaridas], ela é assim, é um instrumento difícil de descrever de tão intensa, e tão potente que ela é. Eu acho que o que faz a Marcha ter essa grandeza toda é esse plural, essa capacidade de dialogar com todas as mulheres. Como nasce a necessidade de marchar? Ela nasce da dificuldade que as mulheres vivem. Então, nesse sentido, esse processo de formação, ele é crucial para a Marcha das Margaridas, porque ele é um processo em

que se formula a pauta. Ou seja, você está lá na comunidade, você tem a oportunidade de estar nos processos formativos da Marcha, de falar sobre a realidade que você vive, de falar sobre os seus sonhos, de falar das demandas em relação ao campo. Então, isso vai formulando essa pauta, e como somos nós mulheres dessa diversidade de cores e raças, e de território quem falamos o que nós queremos e que é traduzido nesta pauta, cria-se essa identidade do plural, de estar em todos os espaços. Dificilmente, hoje, uma mulher não sabe o que é a Marcha das Margaridas. Então, eu acho que é esse o segredo, porque ela nasce lá na base, onde as mulheres estão, ela nasce naquele espaço, naquele lugar (Edjane Rodrigues, CONTAG, 2021).

A Marcha das Margaridas objetiva a reforma agrária e a implementação de práticas agroecológicas no campo, que contribuam para a preservação ambiental e da diversidade dos ecossistemas e promovam a sustentabilidade. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável, apresentado ao governo pelas mulheres da marcha ainda nos anos 2000, defendeu que agricultura familiar e o acesso à terra são meios de democratizar as relações no campo, isto é, são instrumentos para a superação das desigualdades e que, ao mesmo tempo, objetivam combater o latifúndio, o agronegócio, a fome, a pobreza e a violência. Edjane Rodrigues, secretária de Políticas Sociais da CONTAG, abordou a questão das reivindicações:

E aí, é uma pauta que está muito forte na Marcha das Margaridas, tanto do acesso à terra, que não é uma política consolidada no nosso país, como também as condições para que as pessoas possam nela viver e nela produzir. Porque não é só acessar a terra, tem todo um contexto ali, que envolve outras políticas públicas que dão condições para que essas pessoas consigam viver ali com dignidade e com qualidade de vida. Todas essas demandas também fazem parte da Marcha das Margaridas. E quanto à agricultura familiar, vem aí, todo esse contexto de políticas públicas, que não é só sobre um olhar de produção, e eu gosto muito de falar sobre isso, porque muitas vezes as pessoas acham “ah, o pessoal do campo reivindica políticas públicas”, política de acesso ao crédito, política para que a gente consiga comercializar a nossa produção... É também, mas não é só. A gente precisa de educação, a gente precisa de segurança, a gente precisa de saúde... Todas essas políticas, elas também precisam chegar lá no campo, para que nos dê condições, para a gente viver, para a gente morar com dignidade (...) É preciso ver que a necessidade de discutir a agricultura familiar, o desenvolvimento rural sustentável, não deve ser só uma política de quem está no campo, deve ser uma discussão feita por toda a sociedade, que quem não produz, consome. Então, é uma pauta que deve ser debatida em todo o conjunto e nesse sentido, eu queria dizer que a Marcha das Margaridas é um importante instrumento. Porque ela, além de pautar o governo, de ter essa ousadia, de ter esse caráter, ela também pauta a sociedade, ela dá visibilidade também a essa questão.

Assim como apontou Edjane Rodrigues, além do documento da Marcha das Margaridas, as mulheres têm debatido o acesso à terra e a valorização das trabalhadoras rurais no processo produtivo. Segundo elas, e de acordo com os dados

da FAO/UNICAMP, de 2002, por exemplo, 92% dos títulos de propriedade da terra são atribuídos aos homens. Diante disto, o governo Lula, em 2003, atendeu a reivindicação das mulheres da Marcha das Margaridas e outorgou a titulação conjunta da terra, nos casos de casamento ou união estável, criando uma gestão compartilhada entre o homem e a mulher. No caso de mulheres chefes de família, a elas foi concedida a prioridade da permanência na terra. Outras pautas foram atendidas, tais como a demanda por crédito, uma linha especial para as mulheres assentadas, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF e PRONAF - Mulher) e a Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006, conhecida como LOSAN – Lei orgânica de segurança alimentar e nutricional que visa a adoção de políticas e ações do governo e sociedade civil para assegurar o direito fundamental à alimentação adequada e saudável (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015).

Assim como consta no caderno de subsídios, a desigualdade das mulheres no campo se deve tanto ao modelo de família patriarcal quanto à divisão sexual do trabalho. As mulheres desempenham atividades de trabalho, em maioria, na criação de aves e pequenos animais, na extração vegetal, na horticultura e floricultura, enquanto os homens predominam nas atividades agropecuárias. As relações decorrentes da divisão sexual do trabalho e o menor tempo de permanência das mulheres no mercado de trabalho implicam em uma contribuição para aposentadoria menor por parte das trabalhadoras. Assim como ocorre na cidade, as mulheres do campo também são mais atingidas pelo desemprego; além disso, destaca-se que as trabalhadoras rurais recebem, em média, 20% do que as mulheres das cidades (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015).

No período do recorte temporal deste trabalho, de 2003 a 2016, a ação que culmina na Marcha das Margaridas ocorreu nos anos de 2003, 2007, 2011 e 2015, tornando-se parte da agenda permanente do sindicalismo rural, do movimento feminista e de mulheres. As três primeiras marchas apresentaram a plataforma política das mulheres do campo, da floresta e das águas contra a fome, a pobreza e a violência machista. Em 2011, as mulheres apresentaram o mote *Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade*. E no ano de 2015, a marcha acrescentou ao tema anterior a luta pela democracia.

Os eixos mobilizadores da Marcha das Margaridas que compõem a plataforma política das mulheres rurais são: 1 - Defesa da terra, da água e agroecologia; 2 -

Segurança alimentar e nutricional e a construção da soberania alimentar; 3 - Trabalho renda e economia solidária; 4 - Garantia de emprego e de melhores condições de vida e trabalho para assalariadas rurais; 5 - Política de valorização do salário mínimo; 6 - Defesa da previdência social, pública e solidária; 7 - Defesa da saúde pública e do SUS; 8 - Defesa da educação do campo não-sexista; 9 - Fim da violência contra as mulheres.

Segundo Aguiar (2015, p.145), há três momentos anteriores que culminam na ação da Marcha. O primeiro momento é de preparação, que se inicia no ano anterior à realização do ato em Brasília. Na preparação, as mulheres discutem a viabilização de recursos e infraestrutura para a formação política das dirigentes, bem como os eixos, objetos, materiais e tema da marcha. O segundo momento ocorre em Brasília, com a saída dos ônibus das distintas regiões do país para a realização do ato. O terceiro momento, que se dá desde a 3ª marcha, também chamado de “Jornada das Margaridas”, que consiste na realização de um encontro em que as mulheres, representantes das secretarias/comissões, entidades parceiras e demais organizações se reúnem para acompanhar e avaliar o encaminhamento das negociações em resposta às reivindicações apresentadas pelas mulheres.

A secretária de Políticas Sociais da CONTAG, Edjane, apresentou um balanço das ações realizadas pela Marcha das Margaridas:

Sem sombra de dúvida, um dos resultados da Marcha ao longo destes 20 anos é toda uma consolidação histórica de organização e luta das mulheres. Esse é o grande resultado da Marcha, e teve muitas conquistas, principalmente, nos governos Lula e Dilma, que onde foi mais a nossa pauta foi atendida (...) Eu acho que uma das grandes conquistas da Marcha foi a titularização das terras, sermos reconhecidas como proprietárias das terras foi uma coisa grandiosa. Porque aí, abriu outros leques, outras portas, abriram outros caminhos, outras possibilidades. Então, menciono isso como uma coisa muito importante. Teve outro programa, que eu trabalhei muito lá em Alagoas, junto com o Estado, as parcerias, que foi um programa de documentação da trabalhadora rural. Pois, você acredita que maioria de nós mulheres, que moramos no campo, somos, assim, como se a gente não existisse e informais? A gente não tem um RG, a gente não tem uma carteira de trabalho [...] as conquistas para o movimento sindical interno, cotas para as mulheres, depois veio a paridade, de ter as mesmas condições que um homem dirigente sindical tem, as mulheres também têm que ter. A presença organizada das mulheres, principalmente, na base, através das comissões municipais de mulheres, comissões estaduais de mulheres, comissões regionais que foram se fundando em todos os lugares, que constroem estas pautas cotidianamente.

Assim como contido nos documentos e no que foi exposto, pode-se afirmar que, para as mulheres da CUT, conforme debatido no 8º Encontro Nacional de

Mulheres da central, bem como para a MMM e a ação da Marcha das Margaridas, as entidades constroem coletivamente uma alternativa política para as mulheres do campo, da floresta e das águas. Esta política objetiva priorizar a luta contra o agronegócio, focada no desenvolvimento sustentável e na autonomia das mulheres. Além desta pauta, a economia solidária, visa modificar substancialmente a divisão sexual do trabalho, valorizando a participação das mulheres e sua inserção no processo produtivo. Esses são pontos importantes que unificam as mulheres do projeto democrático-popular. Pode-se afirmar que outra reivindicação que unifica o movimento é o combate à violência, que trataremos adiante.

3.3 A violência de gênero, o parecer das mulheres do projeto democrático-popular

Nas entrevistas obtidas no decorrer da pesquisa, tanto nas entrevistas realizadas durante o 13º CONCUT quanto nos depoimentos coletados posteriormente com mulheres da executiva da central e dos movimentos sociais – tais como a Marcha das Margaridas e da Marcha Mundial de Mulheres – o tema da violência doméstica e familiar é recorrente. Em alguns casos, a questão foi tratada ora em relação à vivência pessoal e à necessidade de debater a pauta internamente na central, ora vinculado às ações ligadas à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a denúncias e reivindicações por parte do movimento feminista. Diante disto, foram selecionados depoimentos de mulheres do projeto democrático popular, material que contribui para a reflexão sobre os avanços legislativos e o encaminhamento das reivindicações apresentadas pelas mulheres da CUT.

Um dos primeiros apontamentos em relação aos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, acerca do enfrentamento à violência de gênero, foi feito por Rosane Silva, segundo ela, o encaminhamento das pautas apresentadas pelas mulheres foi maior durante o mandato de Dilma. Consta em entrevista, o seguinte raciocínio:

A gente percebeu no caso do governo da presidenta Dilma, até pelo fato dela ser mulher, abriu alguns temas que o governo do presidente Lula, a gente tava um pouco truncado para avançar. Dois deles, a creche e os direitos das trabalhadoras domésticas, que foram duas políticas que a gente conseguiu avançar bastante. Já tinha uma política iniciada no governo Lula, mas nos governos da presidenta Dilma gente sentiu mais à vontade para debater, tinha mais vontade política para debater estes temas. (...) A CUT já tinha uma posição desde sempre nos seus congressos da luta contra a violência contra as mulheres; então, a CUT teve uma posição favorável nos seus espaços internos, com os seus sindicatos debateu isso junto com o movimento de mulheres, com a própria sociedade civil. A forma com que a gente teve, de fato, de impulsionar a aprovação foi pressionando os deputados e senadores

pela aprovação da lei. A CUT participa até hoje da Frente pela Legalização do Aborto, onde estes temas são debatidos, em especial o tema do feminicídio. A Lei do Feminicídio foi uma conquista muito importante que aconteceu já no governo da presidente Dilma.

Como visto anteriormente, o fenômeno da violência contra a mulher é complexo, afeta distintamente as mulheres, assim como o fato de a violência atingir diferentemente as mulheres da cidade, do campo, as mulheres jovens, as mulheres LGBTQIA+, brancas e negras. Sobre o tema, Carmem Foro subscreveu a Cartilha Combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais, publicada em 2008 pela Comissão Nacional das Trabalhadoras Rurais (CNMTR – CONTAG), na qual ela afirmou:

Não podemos mais calar diante da violação dos direitos humanos das mulheres, idosas, jovens, meninas, negras, brancas, rurais e urbanas. A erradicação da violência sexista e todas as suas formas de manifestação é urgente e exige o comprometimento de todos os segmentos da sociedade. Para nós, uma sociedade verdadeiramente democrática não permite a violência contra as mulheres, sejam elas do campo, da floresta ou da cidade. (COMBATE À VIOLÊNCIA, CONTAG, 2018).

Sônia Coelho, da SOF, em entrevista⁴³ concedida ao jornal Brasil de Fato (2016) afirmou:

A Lei Maria da Penha, conquista das mulheres no Governo Lula, é considerada uma das melhores leis neste campo, mas tem muitas dificuldades de ser implementada nos estados por falta de investimentos de governos estaduais e municipais, assim como falta esforço do judiciário e do Ministério Público. (...) Segundo dados da SPM, entre o período de 2003 e 2011 houve um salto de 161,75% no número de serviços especializados de atendimento a violência no país. Apesar deste esforço, pela dimensão da violência e do país, isso ainda é insuficiente. Os dados da CPMI de 2012 apontam a existência de 963 serviços, sendo que o país possuía 5570 municípios. (...) Em que pese o esforço durante estes 12 anos, de luta e proposições de políticas públicas de enfrentamento a violência por parte dos governos Lula e Dilma, sabemos que muito ainda precisava ter avançado, principalmente nos municípios.

Na entrevista realizada com Edjane, representante da Marcha das Margaridas e da CONTAG, ela tratou do tema da violência de gênero:

Na marcha [das Margaridas] de 2011, nós tivemos uma grande conquista no tocante à violência contra as mulheres, porque no campo é muito difícil falar de violência contra as mulheres, porque envolve todo um processo cultural e porque no campo em si é que a violência é mais silenciada, por conta da própria cultura que varia de região para região, e porque o campo é mais fragilizado no tocante às estruturas, ou seja, condições para que a mulher que esteja em situação de violência tenha a possibilidade de se libertar disso. E a pauta da violência não envolve só a violência em si, mas tem toda um aspecto que gira em torno da mulher, que tem a ver com a sociedade que se

⁴³ Contido em: <https://www.sof.org.br/governo-golpista-propoe-medidas-pifias-para-combater-a-violencia-contra-a-mulher/>

deve levar em conta. A autonomia, a questão da renda é uma delas, como que você se liberta de uma situação de violência? E muitas vezes, se tem filhos, tem toda uma família, você pode não ter outro lugar para você ir, não ter apoio dos seus pais, porque acham que você precisa permanecer no casamento. Então, é muito complexo lidar com isto, e acaba que a gente tem um índice de violência maior no campo do que na cidade, na zona urbana. E em 2011, nós tivemos a conquista dos ônibus, das unidades móveis para o enfrentamento a violência contra a mulher. Então, os estados receberam duas unidades móveis, para facilitar que tivesse uma atuação incisiva, dentro da própria comunidade. E a unidade móvel iria até a comunidade para fazer vários tipos de atendimento. Foi algo que eu acompanhei muito forte, na minha gestão na secretaria de mulheres lá em Alagoas.

No documento do 8º Encontro Nacional das Mulheres da CUT, que ofereceu subsídios ao debate interno realizado pelas mulheres, a central reconhece que a violência de gênero é produto de uma cultura patriarcal, que torna as mulheres objetos de posse e de poder dos homens. Como consta no documento, a “violência sexista” precisa ser combatida e o Estado deve garantir a prevenção e o atendimento às mulheres em situação de violência. Nos parágrafos 154 e 160 a 163 do documento, a central defende a importância da Lei Maria da Penha como conquista do movimento feminista e aponta ações que devem ser tomadas pela central:

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) representa uma grande conquista dos movimentos feministas da [para a] erradicação, prevenção e punição da violência contra a mulher. Ela é o resultado de muitos anos de luta para que as mulheres brasileiras pudessem dispor de um instrumento legal próprio que assegurasse seus direitos e para que o Estado brasileiro passasse a enxergar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Mas não é suficiente. A violência deve ser enfrentada pelo conjunto da sociedade, como um problema político e social, e não individual. Pressionar os governos em suas distintas competências para que assuma o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Denunciar os números da violência contra as mulheres em nosso país; pressionar para que o movimento sindical assuma essa luta como uma luta de toda a classe trabalhadora, promovendo campanhas de esclarecimento e apoiando as lutas de prevenção e combate à violência; Ampliação das redes de proteção às mulheres vítimas de violência e exploração sexual, criação de delegacias para mulheres, casas-abrigo e assistência social. (8º ENCONTRO NACIONAL, 2015, p. 20-21).

Além disto, as mulheres da central destacam que as ações de prevenção à violência contra a mulher estão relacionadas às demais reivindicações apresentadas, dentre elas, a democratização dos meios de comunicação. Segundo as mulheres cutistas, o monopólio dos meios de comunicação de massa os torna verdadeiros instrumentos ideológicos das classes dominantes. A veiculação da imagem da mulher pela grande mídia reproduz estereótipos de gênero que não correspondem à realidade, e que naturalizam a discriminação e a violência por meio de peças publicitárias, novelas, programas humorísticos que inferiorizam a mulher. No que tange à política de gênero, as mulheres afirmam serem necessárias a construção e a

efetivação de um novo marco regulatório da comunicação no país, com garantias à liberdade de expressão e à informação. As mulheres da CUT defendem que é preciso denunciar as formas de representação e veiculação da imagem da mulher na mídia, elaborar mecanismos para avaliar os conteúdos e produzir políticas públicas de comunicação efetivas.

Durante a elaboração desta pesquisa, foi realizada uma entrevista com Rachel Moreno, autora de *A imagem da mulher na mídia*, que destacou a realização da I Conferência de Comunicação, ocorrida durante o governo Lula da Silva. O depoimento apresenta elementos importantes sobre a Conferência e os posicionamentos acerca do marco regulatório da mídia:

No fim do governo Lula, aconteceu a I Conferência de Comunicação, foi a única que aconteceu, a gente participou e tinha uma comissão organizando a Conferência, onde estava a CUT, os trabalhadores, jornalistas, emissoras de TV e os donos das emissoras de TV, um grupo misto que organizava a Conferência. E na última semana, a TV Globo resolveu sair desta comissão e acabou saindo. Mas antes disso, nós discutimos como que a mídia retratava a violência contra as mulheres, especificamente. E o que a gente acabou percebendo, quando se tratava de violência contra a mulher, a mídia amenizava muito o relato, se é que dava o relato ou naturalizava de alguma maneira. Ou se tivesse uma pessoa importante envolvida, aí batia-se sistematicamente. Na Conferência de Comunicação, nós discutimos vários aspectos e colocamos na pauta a violência de gênero. Eu participei, inclusive, deste grupo. A gente colocou na pauta de reivindicações uma série de reivindicações, dentre as quais, o controle social da mídia. A Globo, que tinha saído da comissão, resolveu fazer um seminário bancado por uma entidade americana, à parte, e resolveu sair deste seminário dizendo que “na verdade, controle social de qualquer coisa e da imagem é censura” e que eles seriam contra a censura.

Rachel Moreno destacou a forma desigual como são retratadas as situações de violência contra a mulher. Segundo ela, casos são silenciados quando há vítimas anônimas, enquanto aqueles que envolvem pessoas com determinado poder ou prestígio social são noticiados. Moreno citou o feminicídio de Eloá⁴⁴, e a forma como a mídia mobilizou a opinião pública para ampliar a repercussão midiática e ganhar ibope. Além disto, Moreno acrescentou a necessidade de se discutir posicionamentos, em especial a ação da rede Globo em acusar a reivindicação de controle social da mídia como prática de censura. Assim, a entrevistada também relatou que houve apenas uma Conferência de Comunicação e as pautas debatidas durante aquela

⁴⁴ Feminicídio ocorrido em Santo André em 2008, o caso teve grande repercussão nacional e internacional.

conferência foram encaminhadas pelas mulheres, posteriormente, para o governo de Dilma Rousseff, mas não obtiveram respaldo da ex-presidente.

No governo Dilma, o combate à violência de gênero foi alvo do *Programa Mulher. Viver sem Violência*, elaborado pelo governo federal e pela SPM, e instituído pelo Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013 modificado em 2019. Segundo consta no decreto de 2013, o programa previa a criação e a implementação da Casa da Mulher Brasileira, um espaço de concentração de serviços especializados e multidisciplinares para o atendimento integrado e humanizado para as vítimas de violência. Além disto, previa a realização de campanhas voltadas a conscientização do enfrentamento a violência de gênero. A primeira Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em 2015, durante o governo Dilma, em Campo Grande (MS)⁴⁵. A iniciativa buscava romper com a chamada rota crítica e garantir um acolhimento integrado às mulheres.

⁴⁵ Primeira Casa da Mulher Brasileira. Governo do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2015/fevereiro/primeira-casa-da-mulher-brasileira-do-pais-e-inaugurada-no-ms>

Capítulo 4 – A paridade e as reivindicações de gênero no interior da CUT

Como veremos neste capítulo, as primeiras análises sobre as relações de gênero no âmbito do sindicalismo surgem ainda nos anos de 1980, no Brasil, e remontam ao período de emergência do Novo Sindicalismo e da construção de organizações pelas mulheres, em especial, a criação de uma comissão da mulher trabalhadora nas entidades sindicais, principalmente aquelas filiadas à CUT. A revisão bibliográfica e, sobretudo as entrevistas que realizamos, nos deram muitos elementos para recompor a trajetória da organização das mulheres da central, para discutir a percepção das mulheres sobre o machismo no interior do sindicalismo, e para apresentar as pautas debatidas pelas mulheres cutistas. Consideramos que o tema gênero e sindicalismo, abordado por diversas autoras, vem despertando um interesse renovado com as discussões sobre a feminização da força de trabalho, a atual divisão sexual do trabalho, a crise da reprodução social, bem como a luta pela paridade de gênero. Estes são temas tratados por nós no capítulo que segue.

4.1 Gênero e sindicalismo

No Brasil, as primeiras pesquisas a articular gênero e sindicalismo surgiram final dos anos de 1980 e destacaram que tanto os dirigentes sindicais como as organizações compartilhavam de uma ideologia machista cujas práticas paternalistas reproduziam formas de segregação das mulheres nas entidades sindicais (ARAÚJO; FERREIRA, 1998).

Segundo Ângela Araújo e Verônica Ferreira (1988), autoras que discutem a relação entre gênero e sindicalismo, a tradição de exclusão das mulheres nas organizações sindicais está relacionada: à composição das categorias de trabalho, à posição das mulheres no processo de produção e ao estado das relações de gênero de um determinado contexto histórico. Araújo e Ferreira (1998) argumentam que todos estes fatores podem levar à formação de uma militância feminista ou dificultar sua construção.

Segundo as autoras, a baixa participação das mulheres no sindicalismo estava vinculada à identidade masculinizada da classe trabalhadora (composta e associada aos homens), mas também à sub-representação e à dificuldade de

influenciar os processos de decisão e negociação dos sindicatos. Para Araújo e Ferreira (1998), a posição subalterna das mulheres nas entidades sindicais advinha tanto da divisão sexual do trabalho, quanto da política interna da organização em que estavam inseridas as trabalhadoras.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o movimento feminista e de mulheres pautou a precariedade dos serviços públicos relativos à saúde, à educação, às creches, temas da esfera de reprodução social; assim como o trabalho gratuito realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, os padrões atribuídos ao gênero, etc. Foi naquele contexto que as questões de gênero ganharam visibilidade e influenciaram as entidades de classe, como os partidos e os sindicatos. Segundo Araújo e Ferreira (1998, p. 57),

O movimento sindical é um ator coletivo em permanente elaboração de sua própria identidade. A renovação das práticas sindicais que se deu, a partir do final dos anos setenta, através da busca pelas direções sindicais de uma relação mais estreita com suas bases e da reorganização dos trabalhadores a partir das fábricas, teve um papel fundamental na emergência do discurso feminino e no aumento do ingresso das mulheres na militância sindical.

Ainda de acordo com Araújo e Ferreira (1998), o surgimento de jornais feministas, tais como o *Brasil Mulher*⁴⁶ e o *Nós Mulheres*, foi importante na popularização de uma concepção feminista, logo incorporada às pautas sindicais. Os temas fundamentais, incluídos nas propostas levadas pelas sindicalistas feministas em congressos e reuniões no contexto de surgimento do Novo Sindicalismo, consideravam:

a articulação da exploração classista com a dominação sexista, sendo a última um instrumento do capitalismo para dividir a classe trabalhadora, maximizando a acumulação através do rebaixamento da massa de salários; II – o trabalho doméstico como função social, responsável pela reprodução da força de trabalho e devendo, portanto, ser assumido pelo Estado e pelos patrões; III- o machismo como parte da ideologia burguesa; IV – o fortalecimento da classe, dividida pelo capitalismo, a partir da incorporação das demandas feministas (ARAÚJO; FERREIRA, 1998, p. 76).

Como expõem as autoras, os nexos explicativos das relações de opressão de gênero e da exploração do trabalho estavam intimamente vinculados à ideologia burguesa e ao capitalismo. Naquele contexto, a concepção teórica veiculada era aquela do feminismo marxista e da crítica à suposta homogeneidade da classe

⁴⁶ O *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* foram os principais periódicos da imprensa feminista no Estado de São Paulo, no final da década de 1970.

trabalhadora. Como vimos em seções anteriores, especialmente no capítulo 2, o cerne desta concepção é elucidar os encargos assumidos pelas mulheres na esfera da reprodução social, no quadro da divisão sexual do trabalho, e apontar para as responsabilidades do Estado e dos patrões com esta esfera.

Nos anos de 1970 e 1980, começam a surgir no âmbito sindical as primeiras organizações de mulheres. Segundo Elizabeth Souza-Lobo (2011), a organização das mulheres, no âmbito do sindicalismo, antecede a fundação da CUT. Em 1978, ocorreu o 1º Congresso das Operárias Metalúrgicas, de São Bernardo do Campo. E naquelas circunstâncias, as mulheres enfrentaram as direções sindicais, essencialmente masculinas, e a própria empresa, sofrendo diversas formas de retaliação. Contudo, o congresso é um marco para as mulheres sindicalizadas que debateram temas referentes à legislação do trabalho, às condições de trabalho e ao sindicalismo.

Como mostrou Souza Lobo (2011), no congresso as mulheres denunciaram as más condições de trabalho e de higiene, a exigência de horas-extras obrigatórias, a falta de creches para as crianças, a intensificação do ritmo do trabalho e a falta de estabilidade no emprego frente à gravidez e ao casamento, que eram os principais motivos de demissão, além de casos de racismo e de assédio sexual por parte dos chefes (SOUZA-LOBO, 2011, p. 44). Além disto, as metalúrgicas reivindicaram: o uso da imprensa sindical para denúncias e a veiculação de conteúdos formativos com o compromisso de levar as discussões para a base; a participação em seminários e cursos de formação sindical para mulheres; a realização de debates e de discussões dos temas da reprodução social.

Ferreira (2005) observou que, durante os anos 1980 e início dos anos 1990, a iniciativa das mulheres metalúrgicas de formar comissões e exigir um departamento feminino influenciou os setores bancário e químico, nos quais passaram a ser organizadas reuniões e comissões para discutir as questões de gênero.

A comissão das metalúrgicas, em 1978, discutiu a legalização do trabalho noturno das mulheres. Contudo, o discurso sindical, como mostram as pesquisadoras Elizabeth Souza-Lobo (2011) e Juliana Souza (2011), preocupava-se em não tornar as comissões de mulheres em uma reunião feminista. A imprensa sindical, *A Tribuna Metalúrgica*, na época, cumpriu este papel fazendo a seguinte defesa:

A modificação da lei tem por objetivo intensificar a exploração da mulher aumentando sua jornada de trabalho, impondo-lhe tarefas prejudiciais a seu organismo, no exato momento em que os homens lutam para melhoria das condições de trabalho e dos salários. Significa enviar as mulheres à fábrica e os homens ao lar, numa incrível inversão de papéis (SOUZA, 2011, p. 24).

Como discute Juliana Souza (2011), o excerto retirado da imprensa sindical elucida a reafirmação da divisão sexual do trabalho por parte do sindicalismo. No trecho supracitado tem-se que, ao mesmo tempo, o discurso sindical pretende discutir os interesses das trabalhadoras frente à exploração, mas endossa, sobretudo, a defesa do emprego dos homens, através de uma nítida posição a favor da divisão sexual do trabalho. Do mesmo modo, o discurso sindical, acerca das relações generificadas, no âmbito interno, contribuiu para criar representações mistificadas sobre as trabalhadoras. Em outras palavras, as mulheres eram vistas ou representadas como mães, esposas ou como pessoas indefesas, sendo a luta das mulheres considerada complementar à luta dos homens trabalhadores (SOUZA, 2011; FERREIRA, 2005).

Segundo Eugenia Troncoso Leone e Marilane Oliveira Teixeira (2010, p. 13), a respeito do sindicalismo e as relações de gênero, ainda nos anos de 1980, a análise da PNAD, em 1988, aponta que havia 9,09 milhões de trabalhadores e trabalhadoras filiados aos sindicatos ou associações, dentre estes, 74,4% homens e 25,6% mulheres. Os dados da PNAD do ano seguinte, 1989, mostram que as mulheres compunham 35,5% da População Economicamente Ativa (PEA). Para as autoras, a análise dos dados demonstra que existia um percentual alto de mulheres que não havia sido sindicalizado. Além disto, as mulheres sindicalizadas se concentravam predominantemente nas bases sindicais e estiveram subrepresentadas nas instâncias de direção. Os dados de 1989 apresentam esta relação com a análise dos ramos:

Tabela 1
Participação das mulheres nas estruturas sindicais

Tipo de sindicato	% de mulheres na diretoria	% de homens na diretoria
Empregados urbanos	15	85
Profissionais liberais	25	75
Trabalhadores autônomos	12	88
Trabalhadores rurais	7	93

Fonte: IBGE, PNAD 1989. (LEONE; TEIXEIRA, 2010).

Leone e Teixeira (2010, p.14) destacam que os obstáculos às mulheres no âmbito do sindicalismo são os mesmos referentes à divisão sexual do trabalho, tais como a dupla jornada e as responsabilidades que estas assumem com a reprodução social. Diante disto, no anos 1990, sindicatos, sobretudo aqueles filiados à CUT votaram políticas de ações afirmativas: cotas de 30% de gênero para a composição das diretorias sindicais. O quadro abaixo aponta para as transformações que ocorreram na composição de gênero nas diretorias sindicais, comparados os anos de 1992 e 2001:

Tabela 2
Percentual de sindicatos por composição das diretorias por gênero

Composição das diretorias	1992	2001
Diretoria exclusivamente masculina	50%	35%
Sindicatos mistos	49%	64%
Mulheres no cargo de presidência	6%	10%
Mulheres no cargo de 1ª secretária	14%	24%
Mulheres no cargo de 1ª tesoureira	10%	16%

Fonte: IBGE 1992, 2001 (LEONE; TEIXEIRA, 2010, p. 15).

Para as autoras, é fato que as mulheres ampliaram sua participação nas instâncias sindicais, como apontou a tabela 4, entretanto, os postos assumidos pelas mulheres não são aqueles considerados mais relevantes, como a presidência, a tesouraria e a secretaria geral. No ano de 2010, a análise realizada pelas autoras demonstrou que as mulheres assumem, na CUT, os cargos de direção da secretaria da mulher, de relações de trabalho, de comunicação, de raça e meio ambiente.

Podem-se, ainda, observar as questões de gênero no âmbito do sindicalismo a partir das greves de mulheres e da inclusão das cláusulas de gênero discutidas nas negociações coletivas. Sabe-se que a greve é um forte instrumento de pressão da classe trabalhadora e um indicador da atividade sindical.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realizou uma análise sobre greves e questões de gênero, em especial, as paralisações motivadas por interesses das mulheres ocorridas entre 1983 e 2011. Os sociólogos e sociólogas buscaram selecionar greves que tinham como pauta os interesses da mulher trabalhadora, objetivando expandir direitos, “seja protestando ou defendendo condições já adquiridas, além das paralisações com expressiva participação de mulheres” (DIEESE, 2013, p. 141). Os temas foram compilados em grupos, que se referem, sobretudo, à equidade de condições, relações de trabalho, gestação e cuidado com os filhos (as).

A metodologia utilizada para a pesquisa sobre os interesses e a participação das mulheres trabalhadoras partiu da expressão “greves de mulheres”. E para que uma greve fosse considerada de mulher foram analisados os motivos do movimento e o seu histórico. Os motivos estão organizados em grupos: condições de trabalho, salário e remuneração, relações de trabalho e relações sindicais. E quanto ao histórico das greves, os termos pesquisados foram: “aborto, amamentação, dependente, discriminação, gênero, gestante, gravidez, maternidade, trabalhadora”, entre outros (DIEESE, 2013, p. 14).

O recorte temporal das análises do DIEESE abrange greves de mulheres que ocorreram entre os anos de 1983 e 2010, e no total foram analisadas 267 greves. Elas foram estudadas de forma qualitativa e quantitativa, e estão relacionadas a pelo menos um dos motivos citados anteriormente. Os “picos” dessas greves aconteceram em 1986 e 1989 e, depois, no novo ciclo de greves nos anos 2000 (conforme denominação de Armando Boito e Marcelino [2010]), contando com 10 greves de mulheres em 2006; esse número vai se elevando nos anos de 2008 a 2010, chegando até a 19 greves de mulheres em 2010.

Segundo o DIEESE, “o crescimento do número de greves de mulher no último período (2008-2011) foi impulsionado pela sanção da Lei nº 11.770/2008, que instituiu o Programa Empresa Cidadã” (DIEESE, 2013, p.148), que concede incentivo fiscal às empresas que aderirem a ampliação do período de licença-maternidade de 120 para 180 dias. Assim, como sugere o DIEESE, entendemos que a sanção da lei possibilitou o aumento da ação reivindicativa das mulheres exigindo, por parte das empresas, a adesão ao programa.

A análise da distribuição destas greves (1983-2010) por setor econômico nos mostra que elas estão assim distribuídas: 37,8% na indústria, 28,8% no setor de serviços e 15,7% no funcionalismo público estadual. As greves de amplitude nacional foram realizadas, sobretudo, pelas bancárias, que impulsionaram 25 paralisações de um total de 27 greves. A maior parte das greves ocorreram na região Sudeste, com 143 ocorrências, seguida da região Nordeste. E considerando o período de 1983-2010, dentre as 143 greves do Sudeste, em apenas 10 se reivindicou a equidade de condições entre homens e mulheres; 1 foi realizada por reivindicar cotas de gênero, 3 greves contra a discriminação de gênero e 6 por igualdade de remuneração (DIEESE, 2013).

Destaca-se que a maior parte das greves de mulheres, no período de 1983 a 2010, em 219 casos, tem como pauta acesso a direitos relacionados ao cuidado com os filhos, assim reivindicados: “abono de falta para acompanhamento do filho (a), auxílio-creche e/ou creche, auxílio maternidade-natalidade; bolsa de estudos para os filhos (as), pagamento de adicional/benefícios durante a licença-maternidade” (DIEESE, 2013).

A pesquisa do DIEESE considera que a preocupação preponderante do movimento grevista no Brasil é a remuneração do trabalhador, já que esta pauta está presente em 53% das paralisações do período estudado. Quando considerado o conjunto de reivindicações econômicas, composto por reajuste salarial, auxílios, gratificações etc., o percentual alcança a 78%. No que tange às mulheres, o documento afirma:

Questões de interesse da mulher trabalhadora estão presentes em apenas 1% do total de greves e, na maioria das vezes, ligadas à maternidade. A concentração de reivindicações sobre creche e outros cuidados com os filhos, perto de 80%, assim o demonstra. Essa situação leva a crer que o movimento grevista preocupa-se, principalmente, em melhorar aquelas condições de trabalho da mulher ligadas ao seu papel tradicional junto à família (DIEESE, 2013, p. 159).

Esta pesquisa, nos leva a problematizar não somente a incorporação das pautas de mulheres no sindicalismo, mas a participação das mulheres e a defesa das reivindicações por meio das greves. Como dissemos anteriormente, a greve é um forte indicador de atividade sindical. E as greves de mulheres aglutinam pautas prioritariamente vinculadas à maternidade e à reprodução social, o que se expressa também nas cláusulas de gênero negociadas pelas entidades sindicais.

O DIEESE publicou, em 2001, um mapa das questões de gênero, no qual analisa as pautas de reivindicações sindicais apresentadas pelas mulheres e a construção da equidade de gênero no mundo do trabalho. O monitoramento foi realizado com as entidades sindicais do Estado de São Paulo, os sindicatos dos Metalúrgicos, dos Químicos, dos Trabalhadores em Alimentação, Têxteis, Vestuário, Costureiras, Bancários e Jornalistas. Tais sindicatos eram ligados à CUT, à Força Sindical e à CGT. O documento é interessante por compilar as cláusulas negociadas entre categorias com alta participação de mulheres.

Estas cláusulas abarcam as várias dimensões do trabalho considerado feminino, como gestação, maternidade/paternidade, as condições e exercício do trabalho, a saúde da mulher e a equidade de gênero. E dentre elas se sobressaem: a garantia de emprego à gestante, a proibição do controle de fertilidade, a licença maternidade, o horário de amamentação, o auxílio creche, o fornecimento de absorventes, a formação profissional para mulheres, a licença aborto, a garantia de emprego por aborto, a prevenção ao câncer, o combate ao assédio sexual, a licença adoção, a igualdade de oportunidades, o combate à discriminação, a isonomia salarial, a ausência para consulta médica de filho, a política global de AIDS, o remanejamento gestante do local de trabalho. Consideramos que a ampliação das pautas de reivindicações exposta no Mapa das Questões de Gênero reflete um avanço significativo sobre as necessidades enfrentadas pelas trabalhadoras no âmbito do trabalho.

Nos anos mais recentes, as relações entre gênero e sindicalismo foram discutidas por diversos trabalhos acadêmicos, os quais destacam um avanço significativo das políticas de gênero nas entidades sindicais (OSTRONOFF, 2007; THOMÉ, 2012; SOARES, 2016). Leonardo Ostronoff (2007) analisou estas relações no ramo químico e observou a divisão sexual do trabalho operada no interior do sindicato, a qual submete a política de gênero à divisão de cargos entre as correntes internas à entidade sindical. Mas tratou também de avanços, tais como a efetivação da política de cotas e o reconhecimento por parte da militância sindical da pertinência da discussão de gênero, o que coloca, para o autor, o sindicalismo em uma nova fase, aquela que busca responder às identidades.

Com isto, consideramos que o tema – gênero e sindicalismo – pode ser abordado de distintas formas. Como vimos, as primeiras análises buscaram observar a divisão sexual do trabalho no âmbito dos sindicatos, demonstrando como o machismo promove verdadeiros obstáculos à participação e à presença das mulheres nas entidades sindicais. Estas pesquisas evidenciaram a desigual participação por meio de dados de sindicalização, de composição das diretorias sindicais, da veiculação de discursos sindicais ideológicos.

Entretanto, a organização das mulheres desde os anos de 1980, com o Novo Sindicalismo, naquela época, fortemente vinculado aos movimentos sociais e ao movimento feminista e de mulheres, conquistou espaços de representação, cotas de gênero, organizou greves de mulheres, e incluiu cláusulas relativas ao gênero feminino e à reprodução social nos espaços de negociação. A respeito desta trajetória de organização, vamos considerar a história de construção da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, antiga Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT-CUT), tema da próxima seção.

4.2 A construção da política de gênero: um breve histórico

O texto que segue é resultado de uma análise de documentos da CUT no que tange às discussões congressuais internas. A central é muito organizada em termos de registro e disponibilização de documentos advindos de congressos, debates, assembleias, encontros, etc. e disponibiliza o conjunto dos seus documentos em site próprio, o Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - CEDOC. Os temas apresentados aqui referem-se, sobretudo, à criação da Comissão de Mulheres, às principais campanhas e bandeiras defendidas pela central. Nossa análise priorizou os Cadernos de Resoluções dos congressos nacionais da CUT, o CONCUT, que corresponde à instância máxima de deliberação da central e ocorre a cada três anos.

A CUT formalizou sua *Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora* (CQMT) no 2º Congresso Nacional da CUT (RESOLUÇÕES DO 2º CONCUT), em 1986, sob os pilares da igualdade, liberdade e autonomia para as mulheres trabalhadoras (RESOLUÇÕES DO 2º CUT, 2016, p. 14). A CQMT foi criada subordinada à Secretaria de Política Sindical e tinha como objetivo elaborar, em âmbito nacional e estadual, propostas e projetos políticos sobre a mulher

trabalhadora, que orientassem a CUT e os sindicatos filiados. A central objetivava preparar atividades de formação, materiais e publicações sobre as trabalhadoras; definir estratégias de luta; impulsionar a participação das mulheres trabalhadoras no interior das entidades sindicais nas lutas específicas da categoria e das lutas gerais da classe trabalhadora. A central se comprometeu a atacar os pontos fundamentais da discriminação das mulheres e aqueles que dificultavam a sua participação no sindicalismo.

Naquele contexto, no 2º CONCURTO, a central avaliou que a maior participação das mulheres estava relacionada ao ascenso das lutas, mas que a atuação das mulheres na militância era desigual quando comparada à participação masculina. A CUT, na década de 1980, afirmava que a desigualdade e o entrave à participação das mulheres na militância se davam em função da ideologia burguesa e conservadora que reforçava os papéis tradicionais de gênero; e além disto, que a desigualdade entre homens e mulheres se dava, também, pela ausência de uma política e ação sindical para incorporação destas mulheres trabalhadoras, considerando as dificuldades frente à dupla jornada de trabalho (RESOLUÇÕES DO 2º CONCURTO, 1986, p.22). A CUT defendeu, portanto, que a incorporação das mulheres nas diversas instâncias sindicais e na luta da classe trabalhadora deveria ser um compromisso de toda a classe. Segundo o documento:

A organização das mulheres no movimento sindical, com a incorporação de suas lutas e reivindicações, deve ser assumida pelo conjunto da classe porque representará não uma divisão, mas o fortalecimento e unificação da classe contra a dominação burguesa. Cabe à CUT, como direção do movimento sindical, manter uma política de conscientização e incentivo à participação da mão-de-obra feminina na luta geral da classe trabalhadora (RESOLUÇÕES DO 2º CONCURTO, 1986, p. 21).

A primeira ação de amplitude nacional da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT) foi a realização da *Campanha de luta creche para todos*, no ano de 1986. Essa reivindicação também representa a unificação do sindicalismo com o movimento popular e de mulheres, no qual a luta por creche era – e ainda é – uma reivindicação. Na década de 1980, a CUT defendeu que as creches deveriam ser gratuitas, mantidas pelo Estado e pelos patrões, e organizadas sob o controle dos trabalhadores. A pauta em defesa do direito à creche é, para a central, expressão do conjunto dos trabalhadores até os dias atuais (13º CONCURTO, 2019).

A CNMT atuou com o objetivo de modificar a situação das mulheres trabalhadoras e, nesse sentido, se dedicou à elaboração de políticas e de ações afirmativas como a reivindicação de cota de gênero (cotas de 30%) para as direções sindicais. A CNMT votou favoravelmente à legalização e descriminalização do aborto, encampou a luta pelo direito à creche e por igualdade de oportunidades. Em 2003, no documento de balanço da central, avaliou que a criação das estruturas organizativas para as mulheres, com diferentes padrões de atuação ainda se encontrava em fase de consolidação (BALANÇO DA POLÍTICA DE GÊNERO DA CUT, 2003, p. 63).

Segundo Maria Berenice Godinho Delgado (1996), a CNMT teve um papel fundamental na trajetória das mulheres cutistas e na discussão e implementação das pautas relativas ao gênero feminino. Permitiu ampliar a concepção sobre o trabalho considerado feminino e a inserção das mulheres na luta sindical, modificando ideologias e práticas arraigadas do sindicalismo brasileiro que excluía as mulheres das entidades de classe. A CNMT unificou as reivindicações, possibilitou às trabalhadoras e sindicalistas o reconhecimento e enfrentamento das assimetrias e das discriminações.

Para Delgado (1996), foi a partir da consolidação da CNMT, que militantes da CUT do gênero masculino redefiniram sua percepção do movimento sindical, passando a encará-lo como um espaço de homens e mulheres e a valorizar a organização sindical das trabalhadoras. Por outro lado, alguns permaneceram refratários, mas tiveram que acatar a presença organizada das mulheres e a emergência das discussões das relações de gênero como temática sindical. A autora afirma que este processo foi fundamental para aumentar a legitimidade da CUT diante das mulheres trabalhadoras, bem como de possibilitar a sua representatividade. Ao mesmo tempo, fortaleceu parcerias com o movimento de mulheres, organizações não governamentais e instituições governamentais na elaboração de políticas públicas.

A CNMT faz parte da história da CUT e, em 2003, foi substituída pela Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT) que vamos tratar adiante. Nos interessa saber, sobretudo, quais foram as bandeiras e pautas de discussão levantadas pelas mulheres cutistas, no período de 2003 e 2016. Para tanto, as resoluções congressuais e do encontro de mulheres são partes fundamentais deste trabalho.

4.3 As pautas congressuais e de encontros debatidas pelas mulheres da CUT

A análise de documentos da central foi realizada a partir dos materiais disponibilizados pelo CEDOC-CUT. O texto que segue consiste em uma análise dos cadernos de resolução dos congressos da CUT e do encontro de mulheres. A análise de documentos que realizamos contemplou o período de 2003 a 2016, no qual foram organizados cinco congressos nacionais, e além destes, o 8º Encontro Nacional de Mulheres, no ano de 2015 em Brasília – DF. A análise é significativa, justamente por abarcar os textos de subsídios ao debate interno realizado pelas mulheres da central e por revelar as pautas de discussão e os possíveis avanços da agenda feminista apresentada pela central no período.

O primeiro congresso que analisamos foi o 8º CONCUR, que ocorreu na cidade de São Paulo, em julho de 2003. No caderno de resoluções (2015), a central afirma o comprometimento com a defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como a luta pela hegemonia política, ideológica e cultural a fim de construir uma nova sociedade. Neste documento, a central endossa o apoio a Lula da Silva e ao seu projeto político de crescimento econômico, com distribuição de renda, mais empregos e proteção social, além de reiterar a defesa da cidadania, a ampliação da democracia e a participação popular. A central reafirmou sua posição de autonomia e independência frente ao governo e se comprometeu a participar do diálogo entre o governo e as demais entidades da sociedade civil. No documento afirma-se:

O compromisso com o projeto político representado pelo governo Lula significa também incentivar e participar de um diálogo permanente com diferentes setores da sociedade, nos espaços abertos pelo governo, além de propor e reivindicar espaços e formas de participação, nas mais diversas áreas de interesse público. O ambiente de mobilização política na sociedade é condição para o avanço das iniciativas contra-hegemônicas. Independentemente do grau de confusão que algumas iniciativas políticas possam trazer, é preciso valorizar o papel mobilizador presente em cada uma delas. A participação e a representação de vários setores da sociedade em torno de uma mesa de negociações representarão mais um espaço para demonstrarmos que o ônus das crises sempre recaem sobre os trabalhadores e o povo (8º CONCUR, 2003, p. 8).

A central avaliou que a vitória de Lula da Silva representou o fortalecimento de sua base social e da abertura de uma possibilidade para avançar em termos de direitos sociais, econômicos e democráticos. E que, para tanto, tornava-se ainda mais

necessária uma intensa mobilização dos trabalhadores. Com isto, e como contido no documento, a central avaliou a conjuntura da época como um contexto favorável para fortalecer alianças estratégicas, incluindo o próprio movimento feminista. No caderno de resoluções afirma-se:

O atual contexto político do Brasil favorece o estabelecimento de alianças estratégicas e parcerias entre a CUT e outros setores: Organizações Não-Governamentais (ONGs) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central de Movimentos Populares (CMP), universidades e intelectuais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais, movimentos feministas, e diversos movimentos populares que atuam em defesa dos direitos de cidadania – habitação, saúde, educação; e para políticas afirmativas de raça, gênero, geração, orientação sexual, entre outras. Assim, a CUT deve desenvolver um arco de alianças para potencializar formulações, intervenções e mobilizações conjuntas, voltadas para as questões do emprego e da terra, e com isto desenvolver a cidadania (8º CONCUR, 2003, p. 23).

No tocante à política de gênero, o ponto fundamental do documento traz as mudanças que culminaram na criação de uma secretaria específica. A CNMT foi substituída pela Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT) e pelas secretarias estaduais. Como consta do caderno de resoluções, estabelece-se que a Secretaria Nacional seja eleita nos congressos nacionais e o mesmo para as estaduais. Além disso, no 8º CONCUR foi decidido que essas secretarias devem contar com um coletivo composto de representantes das diversas entidades e de diferentes setores da central. A CUT orientou que em todas as instâncias e direções deve-se designar uma mulher, com liberação plena, para coordenar e implementar ações que objetivem promover a equidade de gênero (RESOLUÇÕES DO 8º CONCUR, 2003, p.55). Assim, o Congresso aprovou por consenso que competia às Secretarias:

[...] elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção de mulheres trabalhadoras na perspectiva das relações sociais de gênero, raça e classe, subsidiando as instâncias horizontais e verticais e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos; organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida destas mulheres enquanto trabalhadoras (RESOLUÇÕES DO 8º CONCUR, 2003, p. 55).

Além disso, a central definiu a estratégia da política de gênero da CUT para o período, que consiste: a) na elaboração de propostas de políticas públicas; b) na construção de um referencial de análise teórico articulado à práticas das dirigentes sindicais que elucide as relações de gênero e raça; c) na inclusão do enfoque de gênero nas reivindicações sindicais, tais como, a valorização do salário mínimo, a

redução da jornada sem redução salarial entre outras. Ainda naquele ano, a central avaliou positivamente as políticas implementadas pela CNMT, e reconheceu a Pesquisa Sindical de 2001, realizada pelo IBGE, que apontou a maior participação das mulheres nos cargos diretivos das entidades sindicais, entretanto, sem ainda ocupar os cargos de presidência, secretário-geral ou tesoureiro.

O segundo congresso que analisamos foi o 9º CONCURT, que estabeleceu as políticas, planos de luta e estratégia para os anos de 2006 a 2009. O Congresso ocorreu na cidade de São Paulo – SP. Este foi o primeiro congresso que apresentou no Caderno de Resoluções a composição por gênero dos participantes, sendo no total 2.491 delegados(as), com 1.687 (67,2%) homens e 804 (32,28%) de mulheres. A política de gênero da central foi debatida no caderno de subsídios, na parte intitulada “Desafios e perspectivas para a política de gênero da CUT” e a aproximação e aliança com o movimento feminista, na seção “Relação da CUT com os movimentos sociais e a Coordenação dos Movimentos Sociais”.

No documento, o Caderno de Resoluções, a CUT afirmou priorizar o envolvimento e a participação das mulheres nas direções sindicais, com liberação plena para coordenação de atividades sindicais para a promoção da equidade de gênero e de oportunidades, bem como previu a ampliação da participação de trabalhadoras de base rurais em coletivos. A central defendeu o monitoramento da implantação das secretarias estaduais, visando à integração destas secretarias com a articulação por uma agenda nacional das mulheres, a ser construída com os demais movimentos sociais e sindicatos, incluindo os de aposentados.

A central defendeu a construção de uma Política Nacional de Gênero com cinco eixos de abrangência: a) o combate a todas as formas de discriminação; b) a intervenção nas políticas públicas; c) a organização das mulheres da CUT; d) o fortalecimento da interface com as demais políticas e projetos da CUT; e) a articulação com o movimento sindical internacional e com movimentos e organizações não governamentais na defesa dos direitos das mulheres (9º CONCURT, 2006, p. 58-59). Em relação a este último ponto, as parcerias com os movimentos sociais, a central afirmou:

A Coordenação dos Movimentos Sociais, que congrega as mais representativas entidades do movimento social brasileiro (como CUT, UNE, MST e Marcha Mundial de Mulheres dentre outras) é o melhor instrumento

para a construção desta agenda. A CMS cumpriu importante papel na manifestação de agosto de 2005, quando desmascarou a tentativa de desestabilização do governo, ao mesmo tempo em que exigiu mudanças na política econômica, reforma política democrática e apuração e punição dos casos de corrupção. Na atual conjuntura, de disputa ferrenha de projeto para a nação, esta unidade dos movimentos é ainda mais fundamental. Por isso, a CUT deve fortalecer a CMS na luta pela construção do projeto de desenvolvimento defendido pelos trabalhadores, expresso no Projeto Brasil, encampado como plataforma da CUT em seu 9º Congresso, pressionando o Governo a atender estas reivindicações (9º CONCURT, 2006, p. 79).

Em entrevista concedida para esta pesquisa, a ex-diretora da SNMT da mulher, Rosane Silva, discutiu a relação com os movimentos sociais, reafirmando a construção de uma unidade com os movimentos sociais à esquerda da política brasileira. Ela afirmou:

A orientação é sempre: nada a gente ganha sem ser coletivo. Então, é muito importante a gente conseguir alianças do movimento social, seja do movimento feminista, com o movimento misto, com as mulheres da classe trabalhadora, com as mulheres que participam dos espaços mistos, seja com os partidos políticos, que não existe saída individual. Só existe saída coletiva. E a saída coletiva se dá através de alianças, uma aliança programática, em cima de um programa, de um projeto político. Então, nessa perspectiva, nós mulheres da CUT sabemos que nós não vamos responder e resolver todos os problemas do machismo, do patriarcalismo, da exploração, do capital, do que o machismo produz sobre a vida das mulheres, mas que a gente pode avançar sim em políticas de Estado, em consciência coletiva, se a gente construir coletivamente. Portanto, a aliança que a CUT constrói desde seu nascimento e que as mulheres da CUT em particular constroem com o movimento feminista tem demonstrado sim, quando a gente se une, quando a gente questiona a sociedade, quando a gente levanta temas tão caros para a sociedade brasileira, a gente tem condição sim de avançar se esse debate for coletivo, se a gente envolver todos e todas neste processo de construção coletiva. Resumindo: a gente não resolve nada individualmente, é coletivo, é na solidariedade de classe, na aliança entre o campo, a cidade, as águas, as florestas, em particular, em aliança com a esquerda brasileira.

Como vimos, a central preocupa-se com a ampliação da participação das mulheres nos cargos diretivos da central, bem como nas relações com o movimento feminista, sendo a Marcha (MMM) a principal referência para a central. A CUT apoiou e construiu a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) com o objetivo de fortalecer a unidade entre os movimentos para apresentar uma plataforma dos movimentos e uma agenda comum.

O 10º CONCURT ocorreu em 2009, na cidade de São com o título *Desenvolvimento com trabalho, renda e direitos*. O congresso estabeleceu dois eixos de atuação estratégica: 1) o enfrentamento da crise econômica, defesa de direitos, emprego e renda, consolidação do Estado democrático; 2) a atualização e fortalecimento do projeto cutista, com ampliação da base de representação para a

disputa de hegemonia (RESOLUÇÕES DO 10º CONCURTO, 2009). No caderno de resoluções deste congresso analisamos especificamente a parte destinada a apresentar subsídios para o debate sobre as questões de gênero, a seção intitulada “Políticas para mulheres”.

Assim como consta do documento do 10º congresso, as mulheres da CUT reafirmam o compromisso com a luta feminista como parte da luta da classe trabalhadora. As mulheres cutistas reconhecem que a opressão machista atinge a todas as mulheres, entretanto, argumentam que esta opressão pode ser combinada com outras formas de discriminação atingindo as mulheres trabalhadoras urbanas e camponesas, negras, jovens de forma distinta. A central defendeu uma política transversal de gênero, atenta às diversas maneiras com que as formas de opressão se combinam e se reproduzem para o conjunto da classe trabalhadora.

Nas resoluções do 10º CONCURTO, as mulheres da CUT abordam os conceitos de divisão sexual do trabalho e de esfera de reprodução social. Como contido no documento,

Uma das consequências da “situação de fato” na divisão sexual do trabalho é que as mulheres trabalhadoras continuam sendo as principais responsáveis pela esfera doméstica, o que reafirma a persistência da dupla jornada e da sua quase exclusiva responsabilidade no cuidado dos filhos(as), idosos (as) e doentes. É preciso encarar o desafio de que o conceito de trabalho seja ampliado, abrangendo o trabalho reprodutivo e reconhecendo o trabalho doméstico como trabalho (RESOLUÇÕES DO 10º CONCURTO, 2009, p. 47)

No tocante à pauta de gênero, no 10º CONCURTO, em 2009, as mulheres debateram sobre a regularização do trabalho doméstico, a paridade de gênero, além de firmarem a participação na Frente contra Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto⁴⁷. No caderno de resoluções da central, afirma-se que ela:

1. Incentivará a participação das mulheres sindicalizadas nas ações do Poder Público que visem à criação de políticas públicas para as mulheres; bem como nas campanhas nacionais pela legalização do aborto e contra a criminalização dos movimentos sociais, em especial, os movimentos de mulheres.
2. Irá elaborar e propor uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC que altere o Art. 7º da Constituição Federal, e que garanta a equiparação de direitos às trabalhadoras domésticas, tendo a compreensão de que esta luta não é só das trabalhadoras domésticas e do Ramo, e sim do conjunto da classe trabalhadora e das entidades cutistas.

⁴⁷ Frente que aglutina diversas entidades em defesa da descriminalização e legalização do aborto no país desde 2008.

3. Ampliará a participação das mulheres na central, promovendo ações e campanhas entre os trabalhadores e trabalhadoras com vistas à paridade entre homens e mulheres (RESOLUÇÕES DO 10º CONCURTO, 2009, p.49).

O ponto 1 do documento refere-se principalmente às ações conjuntas para a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres da SPM, que ocorreram durante os governos do PT, nos anos de 2004, 2007 e 2013, que foram marcados pelas Conferências Nacionais, das quais a CUT fez parte, como vimos na seção 1.3 do capítulo 1 desta dissertação. Sobre o ponto 2, a chamada PEC das domésticas, a ex-secretária de mulheres, Rosane Silva, abordou em entrevista concedida para esta pesquisa. Ela afirmou:

A gente iniciou fazendo um debate na OIT sobre a Convenção 189, que foi a convenção que tratava dos direitos das trabalhadoras domésticas. Então, isso foi debatido quase cinco anos direito, começando nas comissões internas da OIT, depois em duas conferências da OIT e a CUT sempre esteve presente neste debate, inclusive, a CUT junto com o governo brasileiro, nos dois anos, levou uma delegação de trabalhadoras domésticas. Foi um dos únicos países que levou a delegação de empregadas domésticas para debater isso. No primeiro ano, nós levamos dez trabalhadoras domésticas, para o congresso da OIT (Rosane Silva, ex-secretária, da SNMT-CUT).

Na entrevista, Rosane destacou que a central discutiu a aprovação da Convenção 189, e que participou das comissões internas da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) que tratavam do tema. Estas comissões organizaram-se de forma tripartite, com a presença das centrais sindicais, da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), de membros do Poder Legislativo e da própria SPM. A chamada PEC das Domésticas foi aprovada no ano de 2015, garantindo a extensão dos direitos trabalhistas à categoria de trabalhadoras domésticas.

O último ponto abordado no 9º CONCURTO prevê a paridade de gênero, uma reivindicação que avançou no 11º CONCURTO, como veremos. O penúltimo congresso analisado nessa pesquisa foi o 11º CONCURTO que ocorreu entre os dias 9 e 13 de julho de 2012, na cidade de São Paulo e contou com a participação de 2.322 delegados/as no total, sendo 58,05% homens e 41,95% mulheres. Com o tema “liberdade e autonomia sindical: democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar direitos”, esse congresso definiu que a atuação da central se daria em dois eixos principais: 1) “impulsionar a luta por desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho e unidade de ação com outros atores

sociais para disputa de hegemonia; e 2) “atualizar o projeto político-organizativo da CUT para os próximos 10 anos, ampliando as potencialidades para organizar a maioria da classe trabalhadora” (RESOLUÇÕES DO 11º CONCUR, 2012, p. 13).

Neste congresso, as mulheres cutistas conseguiram avançar significativamente na votação da paridade de gênero. No 11º CONCUR foi deliberado a alteração do estatuto da central para garantir a paridade na Executiva e Direção Nacional e Estaduais, além de defender que a paridade de gênero seja objeto de discussão com as entidades filiadas e demais instâncias da CUT até o 12º CONCUR. Assim, a partir daquele momento, as mulheres cutistas conquistaram a alteração do estatuto de central, modificando o “inciso VI, do art.57, Seção I – Das Eleições – Capítulo IV – Das disposições comuns às instâncias” com o texto que segue:

Alteração no inciso VI, do art. 57, Seção I – Das Eleições – Capítulo IV – Das disposições comuns às instâncias. Organizativas e deliberativa, com o seguinte texto:

- Na composição das Direções e Executivas Estaduais e na Direção Nacional e Executiva da CUT deve obrigatoriamente ser cumprido o princípio de paridade, ou seja, 50% de homens e 50% de mulheres. A direção que não cumprir esse requisito não poderá ser empossada.

- Na composição das Direções Executivas e Executivas verticais (Federações e Ramos) deve obrigatoriamente ser cumprida a cota de, no mínimo, 30% de um dos sexos. A direção que não cumprir esse requisito não poderá ser empossada.

- Cumprir o estatuto da CUT sobre as cotas de gênero em atividades de formação, de representação e delegação (RESOLUÇÕES DO 11º CONCUR, 2012, p.91).

A paridade de gênero da central foi votada naquele ano, em 2012, e como veremos na seção 4.5, as mulheres cutistas persistem na reivindicação de sua real efetivação em relação aos cargos ocupados e nos ramos da central.

O último congresso analisado foi o 12º CONCUR, que ocorreu entre os dias 13 e 17 de outubro de 2015, na cidade de São Paulo, e contou com a participação de 2.154 delegados/as, além da presença de Dilma Rousseff, Lula da Silva e Pepe Mujica — ex-presidente uruguaio. Com o tema *Educação, trabalho e democracia: direito não se reduz, se amplia*, discutiu-se a defesa da democracia e dos direitos, o trabalho e as políticas públicas. Destaca-se que esse foi o primeiro congresso organizado sob o critério de paridade de gênero para a Executiva e a Direção Nacional. Além disto, o 12º CONCUR aprovou na íntegra as resoluções do 8º *Encontro Nacional das Mulheres*, que veremos adiante.

A partir de 2008, o documento do encontro de mulheres mais importante é o *8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT* que ocorreu nos dias 27, 28 e 29 de março de 2015, em Brasília – DF. O encontro reuniu cerca de 600 sindicalistas de 23 estados da federação e de 15 ramos de atividade econômica do país. A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres⁴⁸ Eleonora Menicucci, e Laysi Morieri, da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, estiveram presentes, além de representantes de movimentos sociais nacionais e internacionais, tais como: a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), o Comitê de Mulheres Sindicalizadas, entre outros.

O Encontro foi idealizado pelo Coletivo Nacional de mulheres da CUT e pelas mulheres da Executiva com o objetivo de construir uma pauta de reivindicações das mulheres da central (8º ENCONTRO NACIONAL, 2015). Com o tema *Trabalhadoras em luta por igualdade, liberdade e autonomia*, as mulheres debateram sobre as políticas públicas, as estratégias e as ações que podem dar “visibilidade e reconhecimento à contribuição social, econômica e política das mulheres para o desenvolvimento econômico e social” (8º ENCONTRO NACIONAL, 2015, p.11). Para tanto, discutiu-se a incorporação da questão do trabalho reprodutivo nas lutas da central, bem como a necessidade de pautar a criminalização da homofobia e lesbofobia; estabelecer a paridade de gênero e fortalecer a organização das mulheres.

O texto final, contido no Caderno de Resoluções do encontro, intitulado *Igualdade na vida, no trabalho e no movimento sindical*, apresenta os pontos debatidos pelas sindicalistas. Conforme o documento do Encontro Nacional de Mulheres, a política de gênero contém um conjunto de quinze reivindicações referente ao debate de gênero do Coletivo de Mulheres cutistas e da Secretaria de Mulher Trabalhadora (SMT), que estão contidas no quadro 2, que segue:

Quadro 2

Reivindicações do 8º Encontro Nacional das Mulheres da CUT (2015)

1. Continuar e ampliar políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo;
--

⁴⁸ O governo de Michel Temer extinguiu essa Secretaria em 2017.

2. Políticas para as mulheres do campo, da floresta e das águas;
3. Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
4. Economia solidária com autonomia política e econômica das mulheres;
5. Direitos das trabalhadoras domésticas remuneradas;
6. Creches públicas de qualidade;
7. Fim das terceirizações;
8. Seguridade social pública e universal;
9. Sistema político;
10. Democratização da estrutura sindical brasileira;
11. Paridade;
12. Autonomia se constrói com igualdade e liberdade, empoderamento e combate a todo tipo de discriminação;
13. Democratização dos meios de comunicação;
14. Aborto e direitos reprodutivos: autonomia sobre nossos corpos e nossas vidas;
15. Combate à violência contra as mulheres.

Fonte: 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT

A respeito da pauta de discussão, vimos (nos capítulos 1 e 3) que muitos pontos foram debatidos nas instâncias governamentais, como a SPM, e construídos em conjunto com o movimento feminista e de mulheres, como a MMM e na ação da Marcha das Margaridas. Outros não chegaram a ser encaminhados. Além disto, há aqueles que tratam de temas internos à central, como a paridade que veremos ainda neste capítulo.

4.4 A percepção das mulheres da CUT do machismo no sindicalismo

Em seções anteriores vimos que o sindicalismo se configurou como um espaço que partilha de uma tradição cultural e ideologia machista. Como diversas pesquisadoras (SOUZA-LOBO, 2011; ARAÚJO, FERREIRA, 1998) mostraram, nos anos de 1970 e 1980, o machismo interno às entidades sindicais vinculava-se à ideologia de que as reivindicações apresentadas pelas mulheres poderiam dividir a classe trabalhadora, fragilizando o movimento. Somava-se a isto, a identidade

masculinizada da classe trabalhadora naquele contexto, a própria divisão sexual do trabalho e a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e de decisão.

Contudo, as mulheres cutistas, ainda no decorrer dos anos 1980, logo após a fundação da central, organizaram a primeira comissão para tratar dos temas de interesse das mulheres trabalhadoras, aprovando diversas reivindicações, tais como a política de cotas, a legalização e descriminalização do aborto, a política de paridade de gênero, entre outras. Estes elementos contribuíram para um acúmulo sobre a situação desigual e a ideologia machista no interior das entidades sindicais. E em 2015, a CUT realizou seu primeiro congresso com paridade para os cargos da executiva da central.

Nas entrevistas que realizamos durante o 13º CONCUT, em 2019, buscávamos discutir a importância da ação sindical em defesa dos interesses das mulheres trabalhadoras, como parte de um compromisso histórico assumido pela CUT. Um dos primeiros depoimentos que coletamos foi o de Vagner Freitas, ex-presidente da CUT, que afirmou:

Acho que uma das lutas mais bonitas que a CUT fez é a trajetória de luta que as mulheres da CUT têm [...] que é para impulsionar no Brasil inteiro a luta das mulheres, a igualdade de salário, a igualdade de condições de trabalho, igualdade de política, igualdade na sociedade, igualdade de oportunidades, num país tão machista como o Brasil. Ainda mais neste governo que nós temos hoje, que amplifica o machismo no Brasil. Acho que é uma luta muito importante, agora, é mérito das mulheres da CUT. Não tem nenhuma dívida dos homens, tudo foi uma conquista de luta (Vagner Freitas, ex-presidente da CUT, 2019).

Em diversos depoimentos, as sindicalistas afirmam que os sindicatos têm um papel fundamental na transformação das relações de gênero, como se pode observar:

O papel em si é a luta pelo direito trabalhista. Agora, considerando as diversas lutas que são paralelas a ela, não só a questão de mulher, como tem a questão de raça, a questão LGBT, a juventude, abrir espaço para a juventude... O sindicato também tem o compromisso de abraçar estas diversas lutas, porque está no contexto da luta de classes, está no contexto da luta dos trabalhadores, está no dia a dia do trabalhador e da trabalhadora. Desta forma, não pode focar apenas na campanha salarial, no acordo coletivo, precisa ampliar para as diversas lutas que envolvem toda a população, no caso, os trabalhadores e trabalhadoras (Elizabeth José do Sacramento, secretaria geral do Sindipetro – Bahia, 2019).

O depoimento de Elizabeth Sacramento, sindicalista do Sindipetro, categoria petroleira, vincula a luta sindical às diversas lutas, inserindo-as no contexto da luta de classes. Para a sindicalista, estas diversas lutas são, sobretudo, parte do cotidiano

das trabalhadoras e dos trabalhadores e, deste modo, de interesse também do sindicalismo.

Para Thaísa, professora, trabalhadora de base do sindicato de professores da rede pública, o sindicalismo tem um papel fundamental na organização das mulheres trabalhadoras; elas são parcela significativa da força de trabalho e permanecem subinseridas e no quadro da divisão sexual do trabalho. Ela destacou a situação de precarização a que está submetida uma parcela significativa das mulheres negras, as quais, em maioria, assumem postos de trabalho informais e temporários. Ela afirmou:

O papel do sindicato [na luta feminista] é primordial porque nós somos mais de 50% da população trabalhadora, nós somos mais de 50% da força de trabalho no Brasil. A maior parte das mulheres está, principalmente as mulheres negras, em trabalho precarizado, sem carteira assinada, com baixo salário, vivendo próximo à linha da pobreza. E se o sindicato não serve para organizar na vida concreta e real de mais da metade da classe trabalhadora, que são as mulheres, então... Esse é o papel dele. Agora, precisa, para organizar adequadamente essas mulheres trabalhadoras, precisa entender qual a realidade que elas vivem e porque elas estão naquela realidade (Thaísa, sindicato de professores).

David Bacelar, petroleiro e diretor do Sindipetro da Bahia, comentou que o papel do sindicalismo é fazer a defesa dos direitos da classe trabalhadora como um todo, entretanto, para representar os interesses das trabalhadoras é necessário avançar. Um dos obstáculos para sua efetivação está na “prática do dia-a-dia”, a posição de comando atribuída e exercida pelos homens dentro de direções sindicais. Bacelar afirmou:

O papel do movimento sindical, que é de defesa dos direitos da classe trabalhadora como um todo, isso nós temos cumprido a nível geral. Óbvio que aqui, como nós estamos pontuando, há uma necessidade de avançar no sentido de nós também representarmos de fato as trabalhadoras, as mulheres que compõem a classe trabalhadora. Isso devido a vários problemas, desde problemas de nível de compreensão de alguns conceitos, como infelizmente da prática do dia a dia, de homens que ocupam espaços de poder e de comando dentro dos sindicatos. Mas é uma busca incessante, como aqui coloquei, por conta da maior participação das companheiras, que por sinal passam maus bocados dentro das direções sindicais, por quererem fazer alguma coisa diferente, ou fazer com que o sindicato ou o sindicalismo se movimente de uma forma diferente para também representar as trabalhadoras. Apesar de toda esta dificuldade, tem avançado, precisa avançar muito mais. Um exemplo do que tem avançado: aqui no Congresso da CUT; a CUT já desde o seu último congresso que aprova a paridade entre homens e mulheres dentro das direções, tanto a nível nacional quanto a nível das direções nos estados. Infelizmente, isto não se replicou nas confederações, federações e nos sindicatos de base. Este exemplo que a CUT nos deu deveria ser seguido por entidades sindicais filiadas a ela. Ou seja, temos muito a avançar ainda neste debate de questões de gênero (David Bacelar – Sindipetro- BA).

Como vimos em seções anteriores e nos depoimentos, diversos elementos contribuem para a participação desigual da mulher nas entidades de classe. Souza-Lobo (2011) destacou, nos anos 1990, que a participação das mulheres no movimento sindical, em especial nas greves, foi bastante significativa; entretanto, nas atividades sindicais, como assembleias e reuniões, a participação delas era baixa. O motivo principal da baixa participação em assembleias era que estas ocorriam em horários nos quais as mulheres exerciam atividades domésticas e familiares. Lobo (2011, p.47) considerou que a participação das mulheres nas greves era produto da ampliação da presença das mulheres no mercado de trabalho, e que a greve ocorre no horário de trabalho, enquanto as demais atividades ocorrem em horários em que as mulheres precisam cumprir com as atividades de reprodução social. Além disto, a associação do sindicalismo como “espaço masculino” e a proibição de participação pelos pais ou maridos, afastava as mulheres das entidades de classe. A entrevista de Elizabeth Sacramento indica isso:

Sim, a princípio eu tive resistência do meu pai, de que não era para me envolver com este tipo de coisa, a ponto de ele proibir minha mãe, que sempre me deu suporte para eu participar das atividades, [de me ajudar]. E meu pai proibiu minha mãe de ficar com a minha filha se fosse para participar de atividade do sindicato. Até que um dia, minha mãe mentiu dizendo que eu estava indo viajar a trabalho. E sem querer eu postei uma foto, nós estávamos fazendo uma campanha em defesa do Sistema Petrobras e nós fizemos uma intervenção durante uma fala da então presidenta Dilma. E aí, quando o pessoal tirou foto, eu mandei para meus familiares e meu pai viu que, na verdade, não tinha ido pela empresa, mas sim por uma atividade sindical. Aí minha mãe ficou receosa, mas só que depois dali ele resolveu aceitar. Ele disse que não ia mais interferir, que ela que sabia. E hoje estou aqui numa atividade sindical e estão meu pai e minha mãe tomando conta das minhas filhas (Elizabeth Sacramento, Sindipetro – BA, 2019).

Além de proibições por parte da família ou maridos, as sindicalistas reconhecem que a divisão sexual do trabalho, a culpabilização da mulher por estar em reuniões no horário que supostamente deveria estar com a família, as práticas antisindicais por parte das empresas, a ausência de espaço de recreação para as crianças, continuam a comprometer a participação efetiva da mulher nas assembleias, espaços de formação e demais atividades sindicais. Acrescenta-se que, no âmbito do sindicalismo, ainda permanece uma concepção de que as lutas contra as opressões são secundárias, como se pode observar no depoimento de Thaísa:

O sindicalismo no Brasil foi sempre, desde o início composto por homens. Em sua maioria, brancos, que são as pessoas que estão há mais tempo no movimento sindical e que ocupam todos os espaços de direção. Não todos, mas existe uma resistência refletindo as pautas das quais não te atingem.

Discutir a realidade das mulheres trabalhadoras é sempre muito difícil dentro do movimento sindical, porque uma parte da direção dele realmente não entende o combate ao racismo, o combate ao patriarcado e ao machismo, assim como o combate à transfobia. Ninguém entende isso como pauta prioritária, mas como pauta secundária (Thaísa Borges, sindicato de professores do DF, 2019).

Nas nossas entrevistas tínhamos uma questão sobre a política de formação para as trabalhadoras, buscando considerar a incidência das atividades, os temas trabalhados e a participação das mulheres, sindicalistas e trabalhadoras. Em resposta, as sindicalistas relataram os limites encontrados, o que pode ser visto na entrevista de Ludmilla Outtes:

A gente não tem uma política, infelizmente, contínua, deste tipo de discussão. A gente acaba fazendo muito em determinadas épocas do ano que propiciam isso. Então, em março, que se debate muito a mulher, agora em novembro, que tem o dia da mulher negra, aí a gente acaba debatendo um pouco, mas não é uma política regular (Ludmilla Outtes, presidente do sindicato dos enfermeiros, de Pernambuco).

Em entrevista, Ana Cristina (trabalhadora de base, filiada ao sindicato de professores) afirmou a necessidade de criação de espaços de discussão separados por gênero e mistos, compostos somente de mulheres, de homens e de mulheres; bem como sugeriu a criação de reuniões exclusivas para os homens discutirem o tema da masculinidade tóxica. Além disso, Ana Cristina criticou a segmentação da discussão, apontando o esvaziamento de reuniões que tratam de temas relativos à opressão. Ela afirmou:

A gente tem um encontro de mulheres e tem uma questão que eu acho bem polêmica, que eu tenho colocado: que tem espaços que devem ser nossos, só de mulheres, mas tem espaço que a gente deve construir conjuntamente. Por exemplo, agora eu quero sugerir que os homens, eles criem um grupo para discutir a questão da masculinidade tóxica. Nós temos o nosso espaço e que eles entendam e compreendam que eles precisam discutir entre eles, para saber que a postura deles nos prejudica, prejudica a todas as mulheres. E, se a gente quer construir uma sociedade diferente, e eles que se dizem nossos pares, entre aspas, eles também deveriam ter esta preocupação. Este seria um ponto. E outro ponto, que a gente começasse a criar um espaço conjunto para discutir: olha, companheiro, eu acho que esta sua postura não é legal, esta sua postura me violenta. Porque, às vezes, eles falam e eles não se dão conta de que as posturas deles estão nos prejudicando, nos agredindo, que não está fortalecendo a luta. E eles acabam fortalecendo esta cultura machista, racista, patriarcal. [...] Se nós mulheres sofrermos, imagine o sofrimento que é com relação aos gays, lésbicas, travestis e transexuais. Se entrar neste plenário aí, a gente conta a dedo quantos, assumidamente, nós encontramos. O movimento sindical ainda é muito conservador, precisa mudar muito (Ana Cristina, sindicato de professores).

Os depoimentos citados acima destacaram obstáculos à continuidade de debate interno da central sobre a questão de gênero, enfatizando a sua sazonalidade,

com as ações centradas no 8 de março, dia internacional da mulher trabalhadora, além da segmentação e do esvaziamento das atividades realizadas para debate sobre a questão de gênero, o que compromete a defesa dos interesses das mulheres como um todo e por parte da central.

No que tange às negociações coletivas e a sua forte vinculação com a maternidade, Reneo Augusto, do sindicato do telemarketing expõe:

Nós procuramos dar mais segurança para as mulheres no local de trabalho, do ponto de vista do combate ao assédio moral e sexual, mas também estendendo benefícios, a questão do auxílio creche. São iniciativas restritas, que de certa forma melhoram a condição? Sim, melhora. Mas são dispositivos que agem justamente na contramão da libertação das mulheres, porque fortalecem o estigma de que essas são tarefas própria delas e não tarefa dos homens. Mas é uma contradição que a gente tem que conviver com ela. Em uma mesa de negociação a gente apresenta uma licença paternidade e tem resistência, se você apresenta valorizar a maternidade as empresas flexibilizam melhor (Reneo Augusto, diretor do sindicato de telemarketing).

Como apontou Reneo, as negociações coletivas, as cláusulas de gênero, e as greves de mulheres têm o enfoque na questão da maternidade e da esfera de reprodução social. As ações objetivam respaldar as mulheres, mas precisam avançar no compartilhamento do trabalho entre homens e mulheres.

No dia anterior ao início do 13º CONCURT, em 2019, as mulheres cutistas realizaram uma reunião do Coletivo de Mulheres da central, que aglutina as sindicalistas dos distintos ramos, a fim debater a equidade entre homens e mulheres, na vida, no trabalho e no movimento sindical, e de organizar a apresentação de uma proposta de alteração no estatuto da entidade para a incorporação do combate ao assédio moral e sexual dentro das instâncias da central. Aquele congresso foi o segundo realizado a partir da política de paridade.

4.5 A política de paridade

A CUT publicou em 2012, o documento *Liberdade + Autonomia se constrói com igualdade*, organizado pela Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT-CUT). Segundo a cartilha, as mulheres cutistas afirmam que a participação das mulheres em condições de igualdade exige do sindicalismo a criação de condições para a participação das mulheres nas Organizações nos Locais de Trabalho (OLTs), no sindicato, nas direções da CUT estaduais e nacionais. Elas defendem que a paridade de gênero é uma medida de justiça social fortemente vinculada à qualidade

da democracia interna da central, que visa garantir às mulheres a equidade no âmbito da representação e no acesso à política. As sindicalistas argumentam que a presença das mulheres nos cargos diretivos da central propicia o reconhecimento das desigualdades, bem como influencia a elaboração de propostas que objetivam superá-las.

Assim como consta no material que subsidia a discussão acerca da paridade, as mulheres cutistas consideram que esta é uma medida que fortalece a classe trabalhadora ao compartilhar o poder e a responsabilidade pela tomada de decisões. A paridade é, para as mulheres, um instrumento para garantir a legitimidade e a autoridade política de seu sujeito histórico, um meio para dar voz às próprias demandas. Deste modo, como destacaram as trabalhadoras de base e as sindicalistas da central nas entrevistas, a política de paridade de gênero não se resume à mera composição de cargos, mas sim, na construção de uma política equitativa para o gênero feminino, uma estratégia das mulheres da central de viabilizar a democracia interna da entidade sindical e garantir a participação das mulheres.

Como vimos, a votação de paridade de gênero ocorreu 11º CONCURTO, em 2012. Entretanto, tal como afirmam as mulheres da central, sua efetivação requer ainda outras ações. Na cartilha que oferece subsídios à discussão do tema, as mulheres cutistas afirmam que para a paridade de gênero:

Incorpore uma nova concepção de trabalho, que considere o trabalho reprodutivo, realizado pelas mulheres no âmbito familiar e doméstico, na definição da política sindical e, portanto, leve em consideração as desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho; [...] assuma as propostas e reivindicações das mulheres como demandas da central e não apenas das mulheres, etc (Liberdade, autonomia, CUT, 2012, p.16).

Em outras palavras, as mulheres cutistas afirmam que é necessário o reconhecimento das dimensões da desigualdade de gênero diante da divisão sexual do trabalho e dos encargos com a esfera da reprodução social, isto é, dos obstáculos à real participação das mulheres na esfera sindical e no mundo do trabalho.

Além disto, o documento destaca criticamente a segmentação desta reivindicação, que segundo as mulheres da CUT, não deve tornar-se uma reivindicação exclusiva das mulheres, sendo, portanto, de toda a central e do conjunto da classe trabalhadora.

A pesquisa realizada por Élide Franco (2017) sobre a paridade e participação das mulheres nos cargos diretivos da central, nos mostra que a paridade conquistada pelas mulheres cutistas não culminou em uma real divisão do poder entre homens e mulheres. Segundo Franco (2017), há uma divisão sexual do trabalho no interior da central, isto é, as mulheres ocupam determinadas secretarias e não alçaram a posição de presidente da central ou de determinadas secretarias, tais como a Secretaria-Geral ou a Tesouraria.

Em uma das entrevistas realizadas, a diretora da secretaria da mulher (SNMT-CUT), Junéia Batista, relata a luta pela paridade de gênero no interior da central. Segundo Junéia, após a aprovação da política de cotas de 30% para mulheres na direção da CUT, em 2012, as mulheres da central iniciaram a discussão sobre a paridade aprovada em 2015. Entretanto, a sindicalista apresenta uma visão crítica deste processo:

Eu disse — quando eu assumi a secretaria — que além da paridade, a gente quer o empoderamento. Porque a paridade, onde têm 22 mulheres numa executiva e 22 homens, não significa que as 22 mulheres têm o mesmo poder que dez homens. E eu estou falando 22. Então, o grande — não é obstáculo — digo que é um grande debate para o próximo período, as mulheres conseguirem de fato, assumir cargos de responsabilidade, como por exemplo, a Tesouraria, as Relações Internacionais, que é uma secretaria que tem as relações com o mundo do trabalho fora do Brasil, tem orçamento próprio, a Secretaria Geral, que coloca toda a questão administrativa e os encaminhamentos das políticas que a CUT toca, e obviamente a presidência da central. A CUT nunca teve uma mulher na presidência. [...] Nós tínhamos um debate em 2015, de que o próximo, para além da paridade, a próxima conquista nossa seria a gente ter uma paridade empoderada. [...] Os homens da classe trabalhadora, eles nos veem já como companheiras. A gente pode estar lado a lado, mas, desde que eles estejam no comando. É assim que eu vejo e eles sabem que eu penso isso. Isso é a minha leitura (Junéia Batista, secretária da SNMT-CUT).

Para Junéia Batista, é necessário que as mulheres da CUT apresentem uma candidata para a Presidência da central:

Para nós, já estava bom, pelo menos, a gente ter uma mulher na presidência da CUT. E que essa mulher não fosse do Sul, do Sudeste, que é o caso, sempre todos vieram daqui do sudeste, moram aqui no sudeste, e fosse não branca e não fosse nem professora, nem metalúrgica, nem urbanitária. Então, a gente tem um nome de uma companheira que é uma companheira rural, que é a vice-presidenta atual. [...] Você daria um exemplo, a CUT de novo saindo na frente, propondo uma mulher para presidente. Infelizmente o grande obstáculo ainda são os homens e os acordos (Junéia Batista, secretária da SNMT-CUT).

Assim como está presente no depoimento (SNMT-CUT) a defesa de que uma mulher ocupe a presidência da central pode ser observada em outras entrevistas. Para

Cida Trajano, da direção executiva da CUT e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo do Vestuário (CNTRV),

Nós temos uma grande companheira, que ela se colocava à vontade para que se fizesse esse pleito, essa disputa, que é a companheira Carmem Foro, que hoje é a nossa secretária geral nacional da CUT. Nós temos essa grande vontade, nós temos belos companheiros dentro da central, mas nós sabemos que infelizmente há discriminação com a mulher. Isso é aquilo que eu falei: quanto o poder for mais alto, a discriminação é maior. E, muitas vezes, uma discriminação que eles nem percebem. Dá para ver no dia a dia que é uma discriminação que está tão arraigada neles que eles nem enxergam que estão nos discriminando. É como se estivesse tudo normal, mas a discriminação é muito grande. E aí, quando vamos falar com as companheiras de outras organizações, aí é pior ainda. Na CUT, ainda temos o fato da Carmen, que foi vice por dois mandatos e está hoje na Secretaria Geral; isso para nós é muito bom, é uma companheira com grande acúmulo e a gente percebe muitas vezes, que é o seguinte: a mulher, para chegar a determinada secretaria ou determinado espaço, ela tem que se desdobrar. Ela tem que saber mais que todos eles para poder estar ali. E não pode falhar, porque se falha, tudo o que teve de bom, tudo o que teve de ganho parece que é esquecido. Eu costumo dizer que, é tão interessante quando o homem faz um belo discurso, todos os homens dão parabéns. As mulheres também. Quando é mulher, é assim: valeu! O legal é quando os homens fazem um bom discurso, não só eles parabenizam, como também eles dão eco. Dizem: você viu o discurso do fulano? Foi. Foi. Se é mulher, dizem: ah, foi bem. Tem diferença. Um reconhecimento menor, tem os “parabéns” com palavras amenas. É duro, mas é isso que nós vivemos (Cida Trajano, presidente da CNTRV).

Diante do exposto, consideramos que a luta das mulheres cutistas contra as distintas formas de violência e de discriminação contra a mulher no âmbito da central permanece, para a efetivação de uma real igualdade entre homens e mulheres, e que estas possam ocupar os altos cargos da central e determinadas secretarias, modificando, substancialmente, a relação hierárquica da divisão sexual do trabalho no seu interior. A proposta de pleitear a presidência da central pode ser a orientação das próximas discussões internas.

Conclusão

A longo desta pesquisa buscamos responder as questões iniciais: nos anos 2000, a conjuntura favorável ao sindicalismo teria provocado o avanço das pautas feministas e a ampliação organizativa do movimento? Como se orientaram as ações da CUT no tocante ao gênero durante os governos do PT (2003-2016)? No início deste trabalho, nossas hipóteses buscavam considerar a perspectiva feminista adotada pela central e possíveis avanços da discussão de gênero, da divisão sexual do trabalho e da esfera da reprodução social, de forma a refletir as mudanças no mercado de trabalho. Além disso, no que tange ao âmbito interno à central, considerávamos que a aprovação da paridade de gênero para os cargos diretivos da central um aspecto fundamental para a luta feminista no âmbito do sindicalismo. Em outras palavras, considerávamos as questões externas e internas à central como elementos importantes ligados àquela conjuntura. Deste modo, para fins de conclusão, apresentaremos pontos cruciais desenvolvidos neste trabalho.

No Brasil, os anos 2000 foram marcados pelo crescimento econômico, decorrente de uma conjuntura internacional favorável fomentadas pelo *boom* das commodities e pelas políticas econômicas implementadas pelo governo Lula, tais como a distribuição de renda, de investimentos públicos por meio do BNDES, a expansão do crédito, ações que contribuíram para a melhora no mercado de trabalho, com expansão do emprego formal e valorização do salário mínimo, modificando também os indicadores de desigualdade social no país. Como demonstrou Boito (2018), no período em que a frente neodesenvolvimentista vigorou, a política econômica favoreceu o fortalecimento das estatais, com maior intervenção do Estado por meio de investimentos públicos. Contudo, tais ações ocorreram dentro dos limites postos pelo próprio neoliberalismo.

Como afirma Boito (2018), durante o período de crescimento econômico, principalmente entre 2004 e 2014 vigorou uma frente neodesenvolvimentista que abarcou o PT no plano político partidário, a burguesia interna, a baixa classe média, o sindicalismo (com destaque para a CUT alinhada àquele governo) e o campesinato. A frente foi hegemônica pela burguesia interna, concedendo prioritariamente aos seus interesses político-econômicos, sem, entretanto, deixar de atender

reivindicações oriundas das demais classes e frações de classe. O quadro político e econômico de crescimento modificou-se a partir do biênio de 2011 e 2012, acirrando as tensões da frente neodesenvolvimentista. A burguesia internacionalizada provocou uma ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo. Além disso, os conflitos internos à frente também se acentuaram, principalmente entre a burguesia interna e o sindicalismo, sendo foco desse conflito, a política distributiva.

Com o arrefecimento da economia a burguesia interna deslocou-se para o campo da ofensiva restauradora, exigindo políticas de austeridade que marcaram o segundo governo de Dilma Rousseff. O acirramento dos conflitos e o desgaste da frente culminaram na perda de apoio político daquele governo, da instauração de uma crise política e econômica, e a crise entre representantes e representados marcaram os anos finais dos governos petistas e o *impeachment* da então presidente (BOITO, 2018).

Como visto, o sindicalismo integrou, de forma subordinada, a frente neodesenvolvimentista. As centrais sindicais, CUT, Força Sindical, CTB, CGTB, NCST e UGT declararam em distintos momentos apoio aos governos petistas e compunham uma base de sustentação daqueles governos (MARCELINO, 2017; BOITO, 2018). A CUT, como expresso nas resoluções congressuais, acatou a participação nos conselhos tripartites criados durante os governos Lula para debater as reformas da previdência e sindical. Além disso, sindicalistas ligados à central ocuparam, em distintos postos, cargos de poder e prestígio no governo. As centrais sindicais foram reconhecidas, com a Lei 11.648/2008, como interlocutoras do governo e beneficiadas pelo imposto sindical (Resoluções dos CONCUTs).

Assim como apontou Boito (2018), pode-se dizer, especificamente sobre o governo do PT e o sindicalismo, principalmente acerca de sua relação com a CUT, que a participação institucional levou a práticas sindicais contraditórias. Se por um lado, a entrada da CUT nos mecanismos institucionais do Estado provocou o surgimento de alianças entre o sindicalismo e o patronato, que levaram à moderação política das cúpulas sindicais; tem-se, por outro lado, o aumento do crescimento econômico, a diminuição do desemprego e a ampliação da luta reivindicativa, que provocaram ganhos reais para os trabalhadores.

Segundo Marcelino (2017), o período foi marcado por maior incidência no número de greves, bem como pelo aumento do salário-mínimo que provocaram ganhos reais para os trabalhadores. A análise das greves realizada por Marcelino (2017), indica que durante o período de 2004 a 2012, ocorreu um ciclo ascendente de greves ofensivas que resultaram em melhores salários e ampliação dos benefícios trabalhistas. Contudo, a partir de 2013, as greves passaram a ser predominantemente defensivas, exigindo salários atrasados, contra o descumprimento de direitos e pela manutenção de contratos.

Além da tese de moderação das cúpulas sindicais, pode-se destacar que a ação sindical, durante o período estudado (2003-2016), foi amplamente marcada por um sindicalismo propositivo, um sindicalismo cidadão. Para Colombi (2020), a ação sindical priorizou a ação de parceria social, combinada ao chamado de mobilizações, atos e manifestações, tais como as Marchas da Classe Trabalhadora, que ocorreram nos primeiros anos do governo Lula.

Tendo em vista o que foi delimitado para esta pesquisa, buscamos analisar a participação da CUT na política de gênero proposta e construída com a SPM. Nos anos de 2004, 2007 e 2013, a central participou efetivamente das conferências nacionais de políticas para as mulheres, que tinham por objetivo a elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM I, II, III), documentos que estabeleceram as diretrizes para a política nacional no tocante ao gênero. A concepção de transversalidade das relações de gênero provocou uma análise da desigualdade a que estão submetidas as mulheres em diversas esferas da vida social e orientou as ações do governo e da central, aumentando o rol de temas abordados nas conferências e a proposição de políticas públicas.

Durante o período que analisamos, 2003-2016, avanços significativos foram conquistados, como a promulgação da Lei Maria da Penha (11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015), a realização do Programa Pró-Equidade em empresas públicas, a ampliação do crédito para as mulheres camponesas pelo PRONAF, a concessão da titularidade compartilhada da terra, a LC 150/2015 que estendeu direitos trabalhistas à categoria de empregadas domésticas, são alguns dos pontos que mais avançaram.

Em nossas entrevistas, as sindicalistas da Executiva e dos ramos da central, as trabalhadoras e os trabalhadores de bases dos sindicatos filiados à CUT, destacaram os diversos benefícios dos programas sociais implementados pelos governos tais como o Bolsa Família, bem como destacaram a política de valorização do salário-mínimo e a ampliação das ações de denúncia da violência machista em parceria com o movimento feminista. Como exposto anteriormente, pode-se dizer que, durante os anos 2000, o movimento feminista ampliou sua organização através das ações da MMM e da criação da Marcha das Margaridas.

No que tange ao movimento social (feminista), estas entidades são parceiras da CUT, estão alinhadas ao projeto democrático e popular e constroem coletivamente as distintas ações, dentre elas, o 8 de março – dia internacional das mulheres trabalhadoras, as ações de 24 horas de solidariedade, os 16 dias de combate à violência de gênero, que marcam o calendário de ambas entidades. Pode-se dizer que a relação da CUT com o movimento feminista se aprofundou com a criação desta agenda comum como o movimento social a ela alinhado e que o combate à violência de gênero e a divisão sexual do trabalho são temas prioritários para as mulheres da central.

No âmbito do sindicalismo, as análises do DIEESE (2001; 2013) contribuíram para a observação da inserção e desenvolvimento das cláusulas de gênero nas negociações coletivas, que em sua maioria, estão vinculadas à maternidade. Ademais, estas pesquisas também revelam a ocorrência e incidência de greves de mulheres no país, e um pico destas greves durante os anos de 2008 a 2011, dentre outros fatores, impulsionado pela sanção da Lei 11.770/2008 que institui o Programa Empresa Cidadã, concedendo isenção fiscal para empresas que aderem a licença maternidade de 180 dias.

No âmbito interno do sindicalismo cutista, as mulheres da CUT votaram a paridade no 11º CONCUT, em 2012, e organizaram os demais congressos sob este critério. Os depoimentos, entretanto, apresentam uma visão crítica deste processo, apontando suas limitações. As mulheres sindicalistas da CUT demonstraram que têm por objetivo a mudança significativa do quadro da divisão sexual do trabalho, de modo a assegurar a equidade na participação das mulheres nos quadros diretivos da central, e discutem pleitear a presidência da central. Assim como foi exposto, a aprovação das

cotas de gênero e, posteriormente, a paridade de gênero foram impulsionadas com a feminização da força de trabalho e com a ampliação da participação das mulheres nas entidades de classe.

Em suma, pode-se afirmar que a ação da CUT, no âmbito externo, buscou a participação na construção de políticas públicas com a articulação junto à SPM e com o movimento feminista alinhado (a Marcha e as Margaridas), combinando a participação institucional e a relação com o movimento. Tais ações visavam à aprovação de reivindicações do projeto democrático popular para as mulheres, com ênfase no combate à violência contra a mulher e a equidade de participação no mundo do trabalho, denunciando a desigual divisão sexual do trabalho no Brasil.

Contudo, determinadas pautas não foram debatidas ou votadas, não avançaram e sofreram forte oposição de setores religiosos, de parlamentares, e da própria burguesia interna. Pode-se dizer que, no Brasil, no âmbito da política de Estado, a falta de um orçamento próprio para o combate à opressão de gênero, a não concretização de políticas públicas de gênero em políticas de Estado, a manutenção da divisão sexual do trabalho, o neoliberalismo que assola a reprodução social, continuam a ser obstáculos para a equidade entre homens e mulheres no país.

Anexo I - Entrevistas

Nome	Atividade	Sindicato	Data
Ana Cristina de S. Machado	Professora	Sindicatos dos Professores no Distrito Federal - SINPRO-DF	9.10.2019
Ana Lúcia de Almeida	Vice-presidente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais - CONTAG	9.10.2019
Carlos Alberto Silva Souza	Secretário de Política Agrícola e Agrária	Sindicato dos Trabalhadores Rurais - CONTAG	08.10.2019
Cida Trajano	Direção	Confederação nacional dos Trabalhadores do Ramo do Vestuário – CNTRV - CUT	30.06.2020
Cleonice Ribeiro	Presidenta do SindSaúde – SP	Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Saúde- SP	08.10.2019
Deyvid Souza Barcelar da Silva	Direção	Sindicato dos Petroleiros da Bahia - Sindipetro – BA/FUP	7.10.2019
Edjane Rodrigues	Secretária de Políticas Públicas	CONTAG – Confederação nacional dos Trabalhadores na Agricultura	20.05.2021
Elizabeth de Jesus Sacramento	Secretária Geral do Sindipetro – BA	Sindicato dos Petroleiros da Bahia - Sindipetro – BA	7.10.2019
Gerli Lucine Cely	Técnica em Enfermagem	Trabalhadora de base	7.10.2019
Hílem Moisés de Souza Rodrigues	Técnico em Administração	Trabalhador de base – Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTUF-RJ	7.10.2019
Junéia Batista	Dirigente Nacional da Secretaria de Mulheres (SNMT)	Direção da CUT	19.08.2019
Liana Mary Almeida Araújo	Direção	Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados	09.10.2019
Ludmilla Medeiros Outtes Alves	Presidenta	Sindicato dos Enfermeiros no Estado de Pernambuco	09.10.2019
Luiza Batista Pereira	Presidenta	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD	9.10.2019
Maria Adriana Oliveira	Presidenta	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	08.10.2019

Maria Luiza da Costa	Assessora Sindical	CUT Socialista e Democrática - CSD - CUT	08.10.2019
Mônica B. R. de Moraes	Professora	Trabalhadora da base	09.10.2019
Rachel Moreno	Autora/pesquisadora	Movimento feminista	28.05.2021
Reneo Augusto dos Santos	Direção	Sindicatos dos Trabalhadores de Empresas de Telecomunicação - SINTTEL - RJ	09.10.2019
Rosane Bertotti	Secretária de Formação	CUT	29.06.2020
Rosane Silva	Ex-secretária da SNMT	CUT	10.05.2021
Sueli Silva Adriano	Diretora Financeira	Sindicato dos Servidores Municipais de Blumenau – SC	09.10.2019
Sônia Coelho	Direção	Sempreviva Organização Feminista -SOF	14.10.2021
Thaísa R. Magalhães	Professora	Trabalhadora de base	8.10.2019
Valéria de Jesus Silva	Diretora	Sindicatos dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal de São Paulo SINPEEM - SP	7.10.2019

Referências bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Sem maquiagem – o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2014.

ABRAMO, Laís. Cadeias produtivas, segmentação de gênero e novas formas de regulação: notas metodológicas a partir e uma experiência de pesquisa. Seminário, 1999.

_____. Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho, Brasil, 1997.

AGUIAR, Vilenia Venâncio. Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. Campinas: UNICAMP, 2015. 521p.

ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Pontes, 1995

_____. O privilégio da servidão. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018

ARAÚJO, Ângela; AMORIM, Elaine; FERREIRA, Verônica. O sentido do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Portugal, setembro de 2004.

ARAÚJO, Ângela; FERREIRA, Verônica. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). Revista de Sociologia e Política. Ed. 10-11, 1998. pp.55-81

ARRUZZA, Cinzia. Ligações perigosas – casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. 1 ed. São Paulo: Usina, 2019.

_____. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Trad. Camila Góes. Revista Outubro. Nº 23, 1º semestre, 2015. p.35-58

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99% - um manifesto. Trad Heci Regina. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social. Trad Maíra Mee; Mariana Luppi. Revista Outubro. Nº32, 1º semestre, 2019.

BENEDITO, Fabiana de Oliveira. A comunicação popular e feminista da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) como uma experiência do Comum. Campinas: UNICAMP, 2021. 200p.

BENEVIDES, Laura; MORGADO, Luciana; SILVA, Thamires; CAPUTO, Ubirajara. Greves e questões de gênero: um panorama das paralisações motivadas por interesses das mulheres ocorridas entre 1983 e 2011. Revista Ciências do Trabalho. vol 1. nº1. DIEESE, 2013 p.141-161. Disponível em: file:///C:/Users/Chagas/Downloads/29-105-2-PB%20(2).pdf

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades – limites da democracia no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOITO, Armando Jr. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. 1ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, HUCITEC, 1991

_____ Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 1999.

_____ Reforma e crise política no Brasil – os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora UNICAMP, Editora UNESP, 2018

_____ O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. Revista Crítica Marxista, nº 37, outubro, 2013. p171-181

BOITO, Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. In. Dossiê Metrôpole. Caderno CRH, n v26, nº59, 2010.

BRAGA, Ruy. Os sindicatos e o governo Lula. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Os-sindicatos-e-o-governo-Lula-Ruy-Braga.pdf>, 2010

_____ A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____ Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria de call center. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 103, 2014. p.25-52

_____ O fim do lulismo. In. Por que gritamos golpe? JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org). São Paulo: Boitempo, 2016

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, 37, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>

CARVALHO, Francisco Prandi. O sindicalismo brasileiro nos governos do PT: um balanço crítico da bibliografia. Relatório Final de Iniciação Científica. São Paulo: FAPESP, mimeo, 2016. 56p.

CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari. As formas flexíveis de contratação e a divisão sexual do trabalho. In Mundo do Trabalho das Mulheres. – ampliar direitos e promover a igualdade. LEONE, Egênia; KREIN, José; Teixeira, Marilane (org) São Paulo, 2017.

COLOMBI, Ana P. Trabalho e ação coletiva nos governos do PT – a atuação da CUT e da FS entre os anos 2003 e 2014. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

DELGADO, Maria Aparecida Godinho. A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores. A comissão nacional sobre a mulher trabalhadora. São Paulo: PUC, 1996. 171p.

DELPHY, Cristine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira De Ciência Política*, 17, 2015. p.99–119.

_____. Patriarcado. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Helène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p.173-179.

DIEESE. Projeto mapa das questões de gênero: perspectivas para a ação sindical frente às transformações no mundo do trabalho. Relatório Final – monitoramento dos resultados. Acompanhamento das pautas de reivindicações. 2001. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2001/mapaRelatorioFinal.pdf>

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. In. OSAL, ano VI, nº 19. CLACSO, Argentina, Julho, 2006

_____. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. In: Dossiê: Trabalho, flexibilidade e precarização. DRUCK (org). Caderno CRH. vol 15, n37, 2003

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicatos: espaços para a atuação das mulheres? Um estudo sobre a participação das mulheres em sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores num cenário de reestruturação produtiva (1986-1999). Campinas: UNICAMP, 2005. 240p.

FRANCO, Élide. Ação sindical e a questão de gênero: um estudo sobre a participação das mulheres nas direções da Central Única dos Trabalhadores. Bahia: UFBA, 2017. 200p.

GALVÃO, Andréia. Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil. 1 Ed. Rio de Janeiro: Revan, FAPESP, 2007

_____. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. Revista Crítica Marxista. N 38, 2014. p. 103-117

GALVÃO, Andrea; Marcelino. O sindicalismo brasileiro diante da ofensiva neoliberal restauradora. Revista Tempo Social, v.32, n.1, 2020, pp.157-182

_____. O sindicalismo brasileiro diante do golpe. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/36801744/O_sindicalismo_brasileiro_diante_do_golpe. Acesso em: 2020.

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviética, 1917-1936. 1 ed. São Paulo: Iskra Edições, 2014.

GUIMARÃES, N. A. Os circuitos do cuidado. Reflexões a partir do caso brasileiro. Comunicação ao painel “El trabajo de cuidado. Relaciones, significados, derechos. Miradas Latinoamericanas”, 2019 Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Boston, 24-27 may 2019.

HIRATA, Helena. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. Trabalho, gênero e cuidado. Instituto de Estudos Avançados, maio, 34, 2020.

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cardenos Pagu, 2001. pp. 139-156

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Helène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

_____. Lutar, dizem elas.... 1. Ed. Recife: SOS Corpo, 2018.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações socais. Novos Estudos. n86. Março, 2010. p. 93-103

_____. “O cuidado e a imbricação das relações sociais”, in H. S. Hirata & N.A. Guimarães (org.), Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais, São Paulo, Boitempo, 2016.

_____; HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p. 595-609, dez, 2007

KREIN, Dari; SANTOS, Anselmo. Formalização do trabalho: crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil. Nueva Sociedad. Junho, 2012.

LAPA, Thaís de Souza. Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletrônica no contexto de flexibilidade produtiva. Dissertação. USP, 2015. 361p.

LEONE, Eugenia; TEIXEIRA, Marilane. As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: MG, 2010. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2289/2243> . 21p.

MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. Revista Tempo Social, 29 (3), 2017. p.201-227

_____. Trabalhadores terceirizados e luta sindical. 1ª ed. São Paulo: Appris, 2013.

MARTUSCELLI, Danilo. O capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. Revista Crítica Marxista nº 47, setembro, 2018. p-55-73

MATOS, Myllena; BRITO, Priscila; PASINATO, Wânia. A nova Lei Maria da Penha: análise das alterações recentes da lei de enfrentamento à violência doméstica. In. Tecendo fios das críticas feministas ao Direito no Brasil II. Vol 2 CASTILHO, severi; MATOS (org), Ribeirão Preto: FDRT/USP, 2020

MATTOS, Marcelo B. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MENICUCCI, Eleonora. Dez anos de política para as mulheres: avanços e desafios. In: 10 anos de governos pós-neoliberais. SADER, Emir (org). 1ªed. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização do mundo do trabalho. São Paulo: Autores Associados, 2004.

_____. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: Infoproletários. ANTUNES; Braga (org) São Paulo: Boitempo, 2019. p187-212.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica a razão dualista – o ornitorrinco. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

OSTRONOFF, Leonardo José. Poder, gênero e identidades. Um novo momento do sindicalismo. São Paulo: FFLCH-USP, 2007. 201p.

PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A pratica feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2001.

PRÁ, Jussara R. Políticas para Mulheres – transversalizar é preciso. In: Travessias de gênero na perspectiva feminista. Alves, Ivia; Scheffler, Aquino, Petilda (orgs). 1ª ed. Salvador: Ed. EDUFBA/NEIM, 2010

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Editora UNICAMP, 2019

RODRIGUES, Irám J. Sindicalismo e política: a trajetória da CUT. 1º ed. São Paulo: Scritta, 1997

_____. O novo sindicalismo – vinte anos depois. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

SAFFIOTI, Helleieth. A mulher na sociedade de classes. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. O trabalho da mulher no Brasil. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 5, 1982. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108212>>.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. In Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções. Novos Estudos. CEBRAP nº 97, novembro, 2013.

_____. Cutucando as onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Novos Estudos, nº 102, julho, 2015. p.39-67

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org). As contradições do lulismo – a que ponto chegamos? 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016

SOARES, José. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo do governo Lula. In Dossiê: Trabalho – questão teóricas e práticas. Sociedade e Estado. Nº 28, dezembro, 2013.

_____. As políticas de gênero no sindicalismo brasileiro contemporâneo. 40º Encontro Anual da ANPOCS. Trabalho, trabalhadores, ação coletiva. Setembro 2016

SORJ, Billa; PONTES, Adriana. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres. FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs). São Paulo: SOF, 2010

SOUZA, Juliana. As mulheres trabalhadoras em luta pelos espaços de poder no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. São Carlos: UFSCAR, 2011. 165p.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos – rabalh, dominação e resistência. 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

THOME, Candy Florencio. O princípio de igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores. São Paulo: FADUSP, 2012.

TORNQUIST, Carmen; FLEISCHER, Soraya. Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 2012. pp.291-312.

Documentos da CUT

CUT. Resoluções da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Praia Grande, 1981. Disponível em: <file:///C:/Users/Chagas/Downloads/conclat-1981.pdf>

_____. Resoluções do 2º CONCUR. São Paulo, 1986. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/115>

_____. 8º Congresso Nacional da CUT. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/121>

_____. 9º Congresso Nacional da CUT. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/122>

_____. 10º Congresso Nacional da CUT. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/123>

_____. 11º Congresso Nacional da CUT. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/124>

_____. 12º Congresso Nacional da CUT. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/125>

_____. 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT: Trabalhadoras em luta por igualdade, liberdade e autonomia. São Paulo: CUT, 2015. 76p.

_____. Liberdade + Autonomia se constrói com igualdade. Paridade Já. São Paulo: SNMT, 2012.

SPM. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. I PNPM. Brasília, 2004

_____. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. II PNPM. Brasília, 2007.

_____. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. III PNPM. Brasília, 2013.

_____. Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2013. 130p

_____. Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Autonomia e Igualdade para as mulheres. Brasília, 2013. 130p

_____. Política de enfrentamento à violência contra às mulheres. Brasília, 2011. 46p.

Outros documentos

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Novembro, 2013. 170 p.

CONTAG. Combate à violência as mulheres trabalhadoras rurais. Abram os olhos para os seus direitos. Distrito Federal: CONTAG, 2018. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f1390cartilha-cnmtr-contraviolenca022009.pdf>

_____; Marcha das Margaridas – caderno de textos e subsídios, 2015.

FOLHA, Online. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. Folha de São Paulo. São Paulo, 24.06.2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Cronômetro da violência contra as mulheres. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/biblioteca/> IPEA. Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

IRIB. Cresce o número de mulheres titulares de terra da reforma agrária. Disponível em: <https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/cresce-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>

MMM. Campos de Ação. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/campos-de-acao/>

ONU. Diretrizes nacionais do feminicídio – Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf

SPM; CEPAL. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília, 2005. 47p.

SOF. Governo golpista propõe medidas pífias para combater a violência contra a mulher. Sônia Coelho, 2016. Disponível em: sof.org.br/governo-golpista-propoe-medidas-pifias-para-combater-a-violencia-contra-a-mulher/